

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO

A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a
Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão

São Luís

2018

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO

A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a
Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, visando a obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa.

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Campelo Feitosa Filho, Jarbas.

A economia criativa e a factibilidade do viver sustentável: a cultura da sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva do babaçu, estado do Maranhão / Jarbas Campelo Feitosa Filho. - 2019.

163 f.

Orientador(a): Antonio Cordeiro Feitosa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Cultura. 2. Economia Criativa. 3. Empreendedorismo. 4. Sustentabilidade Ambiental. I. Cordeiro Feitosa, Antonio. II. Título.

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO

A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a
Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, visando a obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa (Orientador)

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Ilmar Polary Pereira

Doutor em Administração

Fundação Getúlio Vargas / FGV - RJ

Àqueles que almejam e lutam pela proteção ambiental, sobretudo às honrosas quebradeiras de coco babaçu.

AGRADECIMENTOS

Definitivamente, não estamos à deriva no plano material da vida. Diariamente somos munidos com os recursos, tangíveis ou intangíveis, necessários para o nosso caminhar e evolução. Expresso e formalizo meu incomensurável agradecimento através de uma matriz que carinhosamente chamo de “vetores de gratidão”.

Nesse protótipo de gratulação estão os agentes condutores da minha energia essencial e determinadores do meu eu: a minha família. Neste eixo agradeço, em oração: (a) a minha noiva, Gabriela Serra Pinto de Alencar. Minha referência de amor, a propulsão da minha vida, inclusive a acadêmica; (b) meus pais, Jarbas Campelo Feitosa e Maria Regina Abreu Costa Feitosa. Vocês são a expressão de quem sou/serei e do fui/sou capaz de conquistar; (c) meu irmão, Fábio Costa Feitosa. Orientador nas horas de lazer e torcedor vibrante do meu sucesso.

No próximo eixo estão presentes os amigos acadêmicos e de vida, com os quais aprendo, ensino e vivo. Ao meu competentíssimo orientador, professor doutor Antonio Cordeiro Feitosa, a quem devo o entrelaçamento interdisciplinar das temáticas e a concepção desta dissertação, registro meu irrestrito agradecimento pela liderança e pela condução desta investigação através dos pilares da liberdade de criação, do respeito e da confiança. Agradeço, oportunamente, à professora Klautenys Dellene Guedes Cutrim e ao professor Ilmar Polary Pereira pela disponibilidade, cuidado e honra de tê-los em minha banca de qualificação e defesa.

Sou grato aos demais professores, colaboradores e colegas do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade - PGCULT, sobretudo ao amigo Maurício José Morais Costa, fiel companheiro de produção acadêmica e de vida, o qual fomenta a cada dia minha evolução. Sou um pesquisador e uma pessoa melhor devido a sua amizade. Agradeço ao amigo e inspiração, João Batista Bottentuit Junior. Obrigado por me presentear gratuitamente com sua amizade pura e por catalisar meu desenvolvimento pessoal e profissional com benquerença e oportunidades concentradas.

*“Primeiro devemos imaginar o mundo que
queremos, e então, começar a criá-lo”.*
Muhamed Yunus

RESUMO

A economia criativa, em prática efetiva, pode resultar na desconstrução do sistema socioeconômico global, proporcionando vida à sustentabilidade em um mundo que percebe e cria valor na abundância dos intangíveis, no diverso, no plural, no humano e no inclusivo. Essa alteração profunda oportunizada por esse novo paradigma pode retirar a natureza do papel de exclusiva provedora de recursos, já que insere a criatividade, a cultura, o conhecimento e novos valores sociais como fontes expressivas de recursos para o sistema produtivo e para a vida. Objetiva-se, com essa exploração dissertativa, analisar e compreender a potencialidade de a economia criativa, expressa através do empreendedorismo sustentável atuante na cadeia produtiva do babaçu, constituir-se em estratégia paradigmática que fomente a criação, o desenvolvimento e a consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e cujo campo de investigações delimitou-se aos municípios de Pedreiras, Lago do Junco e Esperantinópolis, microrregião do Médio Mearim maranhense. Quanto aos instrumentos para coleta de dados foram realizadas observações sistemáticas e aplicadas entrevistas semiestruturadas a três grupos distintos de sujeitos, selecionados mediante método de amostragem não probabilística, por conveniência, de 30% (trinta por cento) dos empreendedores, das quebradeiras de coco e dos representantes de comunidades ou associações atuantes no recorte geográfico fixado. Como metodologia de interpretação dos dados, foi priorizada a análise de conteúdo exploratória e indireta, em obediência à perspectiva de Bardin (2016), e empregada a noção de “processo de ambientalização” como recurso metodológico que auxilia na disposição das argumentações que conformam as arenas de discussão ambiental. Como resultado, defende-se a plausibilidade da hipótese do despertar e do fomento de uma cultura de sustentabilidade ambiental nos campos estudados, isto por meio das profundas transformações que a economia criativa e o empreendedorismo sustentável podem materializar.

Palavras-chave: Economia Criativa. Empreendedorismo. Sustentabilidade Ambiental. Cultura.

ABSTRACT

Creative economics, in actual practice, can result in the deconstruction of the global socioeconomic system, bringing life to the sustainability in a world that perceives and creates value in the abundance of the intangible, the diverse, the plural, the human, and the inclusive. This profound change opportunized from this new paradigm can remove the nature of the role of exclusive resource provider, since it inserts creativity, culture, knowledge and new social values as expressive sources of resources for the productive system and for life. With this dissertative exploration, the aim is to analyze and understand the potentiality of the creative economy, expressed through the sustainable entrepreneurship active in the babassu production chain, to be a paradigm strategy that is Creation, development and consolidation of a culture of environmental sustainability, contributing to motivate a sustainable living. This is an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach and whose field of investigation was limited to the municipalities of Pedreiras, Lago do Junco and Esperantinópolis, a micro-region of the Middle Mearim of Maranhão. As for the instruments for data collection, systematic observations were made and semi-structured interviews were applied to three different groups of subjects, selected using a non-probabilistic sampling method, for convenience, of 30% (thirty percent) of the entrepreneurs, of coconut breakers and representatives of communities or associations active in the defined geographic cut. As a methodology for data interpretation, the exploratory and indirect content analysis was prioritized, in accordance with perspective of Bardin (2016), and the notion of "process of environmentalization" as a methodological resource was used, which assists in the disposition of the arguments that conform the arenas of environmental discussion. As a result, is defended the plausibility of the awakening and the fostering a culture of environmental sustainability in the studied fields, through the profound transformations that the creative economy and sustainable entrepreneurship can materialize.

Keywords: Creative Economy. Entrepreneurship. Environmental Sustainability. Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de árvore da palavra “sustentabilidade”	96
Figura 2 – Nuvem de palavras mais frequentes nas fontes de pesquisa	97
Figura 3 – Distribuição em clusters das 50 palavras mais frequentes nas fontes	98
Figura 4 - 5D9V do Embrião do Viver Sustentável Comunitário	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual da produção de dissertações por ano	41
Gráfico 2 - Distribuição Percentual das Dissertações por Repositório.....	42
Gráfico 3 - Distribuição Percentual das Dissertações por Programa de Mestrado.....	42
Gráfico 4 - Distribuição Percentual das Dissertações por Área Explorada	43
Gráfico 5 - Distribuição Percentual das Dissertações por Instituição de Ensino de sua Publicação.....	43
Gráfico 6 - Representação da distribuição hierárquica das categorias de análise	86
Gráfico 7 - Contagem de referências de codificação por cidades investigadas nas categorias de pesquisa	100
Gráfico 8 - Contagem de referências de codificação por função do entrevistado nas categorias de pesquisa.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização dos acontecimentos históricos.....	49
Quadro 2 - Estruturação do Roteiro de Entrevistas direcionado aos Empreendedores Criativos.....	79
Quadro 3 - Estruturação do Roteiro de Entrevistas direcionado aos Líderes Comunitários e Quebradeiras de Coco.....	80
Quadro 4 – Segmentação estrutural percentual das categorias de pesquisa.....	86
Quadro 5 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instrumentos mais utilizados nas Dissertações Analisadas	44
Tabela 2 - Produção nacional, em toneladas, de amêndoas de babaçu durante o período de 2013 a 2016	73
Tabela 3 - Produção na Região Nordeste, em toneladas, de amêndoas de babaçu entre 2013 e 2016	73
Tabela 4 – Contagens e percentuais ponderados das palavras mais frequentes nas categorias	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSEMA	Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COOPAESP	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas de Lago do Junco
DEDS	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
ECO-92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINC	Ministério da Cultura
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SEC	Secretaria de Economia Criativa
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
Unctad	United Nation Conference on Trade and Development
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ECONOMIA CRIATIVA	22
2.1 A Gênese da Economia Criativa	22
2.2 Das Indústrias Criativas à Economia Criativa: um conceito em expansão	30
2.2.1 Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de dissertações: cenário acadêmico nacional	39
3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A ECONOMIA CRIATIVA	47
3.1 O Paradigma da Sustentabilidade: conceitos, problematização e impactos	48
3.1.1. Sustentabilidade Ambiental: reflexões, desafios e limites	54
3.2 Sustentabilidade e Empreendedorismo	58
3.3 A Cultura da Sustentabilidade Ambiental e a Economia Criativa	63
4 PERCURSO METODOLÓGICO	69
4.1 Tipologia da pesquisa	69
4.2 Delimitação do universo de estudo	72
4.3 Instrumentos de recolha de dados, sujeitos da pesquisa	76
4.4 Procedimento de análise e interpretação dos dados	81
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	84
5.1 Análise Clássica de Conteúdo: demonstrações gerais das fontes codificadas	84
5.2 Categoria Econômica	103
5.2.1 Cadeia Produtiva do Babaçu.....	103
5.2.2 Criatividade, Empreendedorismo e Cooperativismo	107
5.2.3 Desenvolvimento das Comunidades Extrativistas.....	110
5.2.4 Redes	112
5.3 Categoria Social	113
5.3.1 Cooperação, Colaboração e Associativismo	113
5.3.2 Mobilização Política	115
5.4 Dimensão Ambiental	116
5.4.1 Valores, Ética e Educação Ambiental	117
5.4.2 Comportamentos, Ações e Práticas Comuns	119
5.5 Dimensão Cultural	121
5.5.1 Cultura da Sustentabilidade Ambiental	121
5.6 Desafios e Tendências	125
5.7 Entrelaçamento de Categorias e Consolidação Inferencial	127

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	147
APÊNDICE B – TCLE EMPREENDEDORES	150
APÊNDICE C – TCLE REPRESENTANTES DE COMUNIDADE EXTRATIVISTA	153
APÊNDICE D – TCLE QUEBRADEIRA DE COCO	156
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	160

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, introduziu os alicerces de um modelo econômico calcado no meio ambiente como provedor essencial e exclusivo de recursos. Para além disso, os avanços técnicos na agricultura, pecuária e extração mineral evidenciaram uma intervenção humana inconsequente e predatória da natureza, sob a justificativa da necessidade de sobrevivência e progresso. Morosine (2005) enfatizou esse constructo quando destacou que a atuação humana no ambiente natural, para o seu sustento e sobrevivência, realizou durante muito tempo a exploração e o consumo de recursos naturais, sem preocupação com a sua preservação.

Em meados do século XX, a percepção e a exploração da natureza como fonte única de recursos ainda norteavam o sistema econômico. A fase de crescimento mais expressiva da economia – final dos anos de 1950, intensificando-se na década seguinte e adentrando os anos de 1970 – tornou perceptível o impacto desastroso que os processos econômico e produtivo estavam causando ao meio ambiente. A partir disso, notou-se, em virtude do descontentamento de determinados grupos da sociedade em países desenvolvidos, a disseminação de movimentos ambientalistas, os quais foram fundamentais para o fomento de uma preocupação social com a degradação, poluição e esgotamento dos recursos ambientais, como também para a produção de um conjunto de princípios formais registrados, oriundos de encontros e congressos internacionais, e estruturantes das bases políticas e de legislações ambientais adotadas em diversos países, incluindo o Brasil.

Instaurou-se, assim, a admissão da compatibilidade entre economia e meio ambiente. Os processos de crescimento econômico e industrialização, primordialmente predatórios, não deixaram de apropriar-se das novas tecnologias para melhoria contínua do sistema produtivo, nem abandonaram o foco no lucro exponencialmente ascendente. Contudo, passaram, diante dessa dinâmica, a ter em seus horizontes o cuidado ambiental e a melhoria da atenção social. A submissão das leis que regem os ciclos naturais às leis da racionalidade econômica, como alertado por Passet (1979), foi atenuada.

É inegável que mudanças significativas foram incorporadas ao processo produtivo, à economia e ao modo com o qual as sociedades estão organizadas, porém traços históricos da insustentabilidade, característicos da utilização do ambiente natural como provedor único de recursos, ainda permanecem vivos. As bases do crescimento econômico do capitalismo industrial ainda estão presas aos recursos tangíveis historicamente explorados, como terra, petróleo e ouro. São recursos não renováveis absorvidos por uma economia fortemente

arraigada ao conceito de escassez, onde relações desiguais de poder, acesso discriminatório às riquezas e comportamento humano, voltado ao consumo desenfreado, são a sua essência.

Em referência ao estado do Maranhão, o modelo produtivo de exploração dos recursos naturais para promoção de crescimento econômico apresenta reflexos visíveis daquele que foi o cerne da economia colonial. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), toda uma estrutura da economia maranhense, já voltada ao mercado externo da indústria têxtil, adequou-se às novas demandas despertadas pela desestruturação dos mercados internos dos países em conflito. O interesse do mercado nacional e internacional, já percebido pelo coco babaçu, ganhou projeção após a crise da cultura algodoeira, migrando seu modelo de exploração do consumo doméstico para o mercadológico. Com efeito, os grandes proprietários de terras, nas quais existiam as florestas babaçuais, direcionaram esforços para explorar essa cobertura vegetal e, também, as famílias agroextrativistas (AMARAL FILHO, 1980).

O auge da economia do babaçu no Maranhão, que vai desde a década de 1960 até início dos anos de 1980, consoante Amaral Filho (1980) contava com empresas processadoras de óleo comestível e láurico, de médio e grande porte, que destinavam sua produção ao abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza, nacionais e internacionais. Esse contexto resultou em uma intensificação da atividade agropecuária em detrimento da agroextrativa, acirramento dos conflitos pelo acesso à terra, intensa atividade de desmatamento das florestas de babaçu e agressão à fauna. Tais fatores estimularam um processo geral de insustentabilidade ambiental e social.

No Maranhão as consequências das transformações na estrutura agrária maranhense, que concentrou as propriedades de terra nas mãos de um grupo seletivo de grandes fazendeiros, grupos empresariais e o Estado, definiu outras formas de utilização das terras e recursos naturais. Essas transformações dificultaram a reprodução das famílias moradoras das grandes propriedades ou ocupantes de áreas devolutas, ameaçando, também, a perenidade das atividades comerciais e industriais relativas ao babaçu (MAY, 1990).

Esta investigação absorve concepção pluridimensional da sustentabilidade, diretamente relacionada e responsável pelos aspectos mais fundamentais do viver humano atual e futuro. A Sustentabilidade materializa em suas dimensões todas as ações do homem, bem como suas consequências positivas e negativas, que irão refletir diretamente no planeta. Quando empreendimentos humanos diversificados consideram, por exemplo, a manutenção da integridade ecológica; o poder público a exercer seu papel regulador mediante aplicação da legislação ambiental; as desigualdades e exclusões sociais, aspectos imateriais da identidade e diversidade locais e regionais, e meios produtivos de desenvolvimento econômico justos,

ecologicamente limpos e socialmente igualitários, a Sustentabilidade está sendo concebida como a percepção lógica da dinâmica das condições reais do viver social, como o fundamento mais essencial da qualidade de vida local, regional, nacional e mundial. Fala-se, concisamente, em Viver Sustentável.

Corroborando, Gadotti (2008, p. 75) afirma que a Sustentabilidade “[...] é um sonho de bem viver.” O autor complementa sua conceituação ao destacar que o referido termo é o equilíbrio dinâmico entre todos e todos com a natureza, a harmonia entre os diferentes. Ele também deixa claro que Vida Sustentável é “[...] um modo de vida de bem-estar e de bem viver para todos, em harmonia (equilíbrio dinâmico) com o meio ambiente: um modo de vida justo, produtivo e sustentável [...]” (GADOTTI, 2008, p. 75).

Com efeito, uma mudança estrutural significativa na essência do sistema atual de produção capitalista e na forma de vida social precisa ser empreendida. Dessa forma, a Sustentabilidade, em todas as suas dimensões, com destaque à Ambiental, poderá se transformar em uma prática generalizada e habitual. Diante disso, emerge um novo paradigma, incipiente, mas com base rigorosamente plausível e alicerçada na criatividade, que pode constituir-se em estratégia de viabilização de uma nova ordem, no nascimento de uma forma inovadora de ser, fazer, ver e viver sustentável: a Economia Criativa.

Em sintonia, a Economia Criativa, segundo Deheinzelin (2008, p. 12), “[...] é estratégica para a sustentabilidade do planeta e de nossa espécie.” A autora destaca que essa nova economia extrapola a dimensão econômica, apesar de imprescindível, constituindo-se em fator de mudança, interação e organização social. A Economia Criativa tem o poder de interferir ativa e simultaneamente em todas as dimensões da sustentabilidade, pode despertar uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental.

Nessa nova ordem, altera-se o eixo do modo de pensar, de construir o conhecimento, de agir, ou seja, muda-se a cultura local. O modo econômico vigente, ainda conceitualmente ligado à escassez, ao tangível, ao capital, à natureza como provedora fundamental de recursos, evolui e tem seu centro captador de matéria-prima no intangível (conhecimento, cultura, experiências e criatividade), o que muda o modo de ser social da competitividade para colaboração, para o compartilhamento. Segundo Lala Deheinzelin (2008), a Economia Criativa reconfigura a sociedade do TER para o USAR, o que representa uma mudança drástica no Capitalismo Industrial e no modo real de ser social, onde o material cede lugar ao imaterial.

A economia criativa, em prática efetiva, pode resultar na desconstrução do sistema socioeconômico global, proporcionando vida à sustentabilidade em um mundo que percebe e

cria valor na abundância dos intangíveis, no diverso, no plural, no humano e no inclusivo. Essa alteração profunda nas estruturas do capitalismo atual pode retirar a natureza do papel de exclusiva provedora de recursos, já que insere a criatividade de modo visível e palpável, e a cultura e o conhecimento como novas fontes de recursos do sistema produtivo e da vida. Vale ressaltar que esses suprimentos intangíveis, além de renováveis, multiplicam-se com o uso através de uma sociedade mais consciente, colaborativa, organizada em redes e que se apropria da tecnologia como força motriz.

Essa nova concepção de mundo, despertada pela Economia Criativa, tem relevância mais nítida no contexto maranhense, tendo em vista os impactos ambientais que a exploração econômica do babaçu pode acarretar. A manutenção dessa cobertura florestal garante o pleno funcionamento do ecossistema relacionado à conservação da biodiversidade, à proteção dos recursos hídricos, ao equilíbrio do clima regional, ao armazenamento de carbono e aos benefícios recepcionais. Em nível social, desenvolve as comunidades que sobrevivem fundamentalmente a partir do extrativismo do babaçu, e promove o empoderamento dos agentes fundamentais dessa extração, as quebradeiras de coco.

Diante do imperioso contexto explicitado, designa-se a questão de partida norteadora desta investigação: pode a Economia Criativa ser incorporada à dinâmica real da organização social para auxiliar na construção de um Viver Sustentável factível?

A presente pesquisa aborda diversos campos da ciência, integrando conhecimentos da cultura, economia, administração de empresas, empreendedorismo, geografia, meio ambiente e sustentabilidade, bem como os entrelaça interdisciplinarmente no sentido de investigar como a economia criativa pode interceder no sistema econômico e ambiental, consolidando-se como meio real de viabilização da sustentabilidade; fundamentando-se nas teorias edificadas por expoentes acadêmicos de diversas arenas científicas de pesquisas, a citar: Feitosa (2016); Caves (2000); Florida (2002); Hartley (2005); Howkins (2005); Deheinzelin (2008); Reis (2008); Gadotti (2008); Montbeller Filho (2001); Parrish (2008); Sachs (1998); Leff (2009); Vale destacar que a economia criativa e a cultura, princípios indissociáveis, possuem natureza transversal, desconhecem limites acadêmicos e interagem livremente com inúmeras outras áreas diferentes do conhecimento humano.

Objetiva-se, com essa exploração dissertativa, analisar e compreender a potencialidade de a Economia Criativa, expressa através do empreendedorismo sustentável atuante na cadeia produtiva do babaçu, constituir-se em estratégia paradigmática que fomente a criação, o desenvolvimento e a consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável.

Entre os objetivos específicos estabelecidos para este ensaio – integralmente abordados no *corpus* desta dissertação – dispõe-se: (a) elaborar uma Revisão Sistemática acerca dos conceitos de Economia Criativa, considerando que este é um conceito incipiente; (b) debater crítica e interdisciplinarmente sobre os conceitos concernentes à Sustentabilidade, suas dimensões e restrições operacionais; (c) compreender a Sustentabilidade em sua dimensão Ambiental, suas interações dinâmicas e indissociáveis, tendo em vista as demais dimensões e entraves operacionais que a impedem de ser uma prática diária; (d) Analisar a estrutura da cadeia produtiva maranhense do Babaçu, especificamente as cadeias fomentadas por empreendimentos criativos, bem como as implicações dessa interação para a sustentabilidade local; (e) Compreender como os empreendimentos sustentáveis podem, na dinâmica da Economia Criativa do Médio Mearim maranhense, solucionar as restrições operacionais da Sustentabilidade e contribuir para a formação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental.

A integração da economia criativa com a sustentabilidade, sobretudo com foco em sua expressão ambiental, pretende auxiliar no amadurecimento teórico e prático dessas temáticas em âmbito estadual, podendo sua sistemática ser replicada, salvas as adaptações requeridas por cada conjectura diversa, nacionalmente; e colaborar para o aproveitamento efetivo das potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais viabilizadas por essa agregação dos referidos pressupostos.

A mudança de estruturas que essa nova ordem social, econômica, ambiental e cultural pode empreender no planeta é imprescindível para transformar a sustentabilidade em uma prática social. O despertar de um Viver Sustentável, por meio das profundas transformações que a Economia Criativa, em prática real, pode promover, é fundamental para a preservação ambiental, redução das desigualdades sociais, melhoramento da distribuição de renda, ou seja, para o auxílio na sobrevivência das próximas gerações. Ademais, tais fatores cristalizam o fundamento e a hipótese que justificam e norteiam a motivação essencial para a realização deste estudo.

A dissertação está estruturada em seis seções. A primeira seção corresponde à introdução. A segunda seção empreende a sistematização e a consolidação do conceito de Economia Criativa que, apesar de paradigmático, carece de interpretação, aprimoramento, unificação e, sobretudo, adequação de seu arcabouço teórico, ainda disperso e correlacionado ao modelo europeu de concepção, ao cenário nacional. A terceira parte aborda criticamente a temática da sustentabilidade, problematizando seus fundamentos, possibilidades e aplicabilidades efetivas, integrando-a à economia criativa e ao empreendedorismo sustentável enquanto fundamentos viabilizadores e fomentadores de uma cultura da sustentabilidade

ambiental. A quarta seção explicita didaticamente a metodologia arquitetada e empregada em campo de pesquisas para obtenção, tratamento, análise e interpretação das informações coletadas, bem como esmiúça sobre os recortes geográficos de investigação e sujeitos abordados. A quinta divisão, a de maior expressividade acadêmica, exporá e discutirá acerca dos resultados da pesquisa processada no solo de inquirição recortado. Por fim, na sexta seção, apontam-se as considerações finais e propostas para novos estudos.

2 ECONOMIA CRIATIVA

A economia criativa pode promover uma revolução nas bases estruturais do modelo atual de capitalismo, sobretudo ao se apropriar de recursos intangíveis no processo produtivo. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2012, p. 10) estabeleceu que “[...] economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico [...]”. Entende-se que ela pode estimular a geração de empregos e renda, simultaneamente com a promoção de inclusão social e desenvolvimento humano efetivos. No âmbito do novo conceito, a criatividade e o conhecimento, alicerçados no emprego de novas tecnologias, são os protagonistas na geração de riquezas e transformações sociais, proporcionando valor, visibilidade e ampliação da diversidade cultural na área de atuação dinâmica.

Portanto, a construção deste capítulo fundamenta-se no desejo de contribuir com a sistematização e consolidação de um conceito que, apesar de paradigmático - ao sugerir o despertar de mudanças estruturais de magnitude comparável àquelas provocadas pela Revolução Industrial, no século XVIII -, ainda carece de interpretação, análise, aprimoramento e unificação de seu arcabouço teórico, confuso e disperso.

2.1 A Gênese da Economia Criativa

No que corresponde à contribuição da cultura para a economia, a sua incorporação pelos mecanismos econômicos efetivou-se entre os séculos XIX e XX, sobretudo com o desenvolvimento da imprensa, do cinema, da propaganda e da confecção de produtos culturais. Juntamente com tais fatores, emergiram novas necessidades e desejos sociais de consumo, novos estilos de vida, com penetração significativa entre a classe média, configurando o fenômeno conhecido como cultura de massas, fundamentado a partir da consolidação de Hollywood como centro produtor de filmes em escala global. Vislumbra-se, nesse processo, a aplicação do modelo de produção em série de bens culturais, merecendo relevo, diante disso, a análise de Walter Benjamin (1985, p. 41), que se posiciona contra a possibilidade de reprodução da arte. Para o teórico, a reprodutibilidade da obra de arte contrapõe-se à autenticidade, desencadeando um processo de destruição do aqui e agora, do original.

O período pós-Segunda Guerra Mundial, de estabilidade capitalista e ainda arraigado ao modelo fordista de produção, foi marcado pela proliferação das maiores empresas norte-americanas de entretenimento, celebrando o conceito de indústria cultural. O termo

apareceu como uma crítica radical ao entretenimento de massa, entendendo-se por indústria cultural, conforme Adorno e Horkheimer (1985, p. 42), a submissão da cultura à lógica de produção industrial e aos valores de mercado. Os teóricos acima referenciados, grandes expoentes da Escola de Frankfurt, apresentam uma concepção veementemente negativa acerca da indústria cultural, destacando-a enquanto instrumento de determinação das sociedades e limitação intelectual. A intenção da conceituação era chocar, estabelecer e consolidar o abismo que separava a cultura e a indústria.

Por outro lado, Madeira (2014, p. 42) posiciona-se favorável ao apelo empreendido pela Escola de Frankfurt quanto à transmutação da cultura em artigos padronizados e produzidos em série para o consumo prescindível. Entretanto, aponta limitações a essa formulação, pontuando que, “ao frisar a banalização do comércio da cultura, seus teóricos falharam ao não vislumbrar que os mesmos produtos das empresas capitalistas seriam capazes de acomodar qualidades positivas, como a de permitir a expressão de diferenças locais”.

Nas economias desenvolvidas, especificamente nas décadas de 1970 e 1980, através de investimentos maciços em infraestrutura tecnológica, surgiu o fenômeno da conectividade, associado à passagem da tecnologia da informação para as tecnologias da informação e da comunicação. Esse fenômeno oportunizou o acesso ilimitado aos conteúdos e à transformação de produtos culturais em serviços, por meio dos empreendimentos “ponto com”. Logo, o início dos anos 2000 apresentou uma nova fase nesse processo, marcada pelo deslocamento do eixo de interesse fundamental de consumo da conectividade para as ideias, conhecimento e experiência, que também foram imediatamente incorporadas ao eixo de aposta econômica. Tal mudança propiciou oportunidades, até então não experimentadas, para produtos e serviços nativos das mais variadas culturas (MADEIRA, 2014).

Reconhecido como um dos principais teóricos das indústrias culturais, George Yúdice (2013) atesta a premissa da cultura como recurso, ou seja, as manifestações culturais absorvidas são recursos a serem geridos para o progresso social e econômico das sociedades. Em entrevista concedida a Holanda (2005), a fala de George Yúdice revela:

A minha ideia agora é que a cultura seja vista como um recurso. E quando você pensa que a cultura é recurso, o único jogo que existe é o do gerenciamento, da gestão dos recursos. É como na ecologia. Eu poderia continuar com a ideia da arte para a transcendência, uma arte para fins não instrumentais, mas mesmo assim, a arte vai continuar sendo usada. Eu posso ser um artista “puro”, mas quando colocar minha obra em um museu, estarei contribuindo para o PIB da cidade. Quando as pessoas pensam em criar um museu, elas justificam o museu pela arte, mas esse museu vai certamente contribuir para a economia da cidade. (YÚDICE, 2005 *apud* HOLLANDA, 2005, p. 9-10).

A confluência entre domínios econômicos e culturais são, notadamente, aspectos ilustres presentes na sociedade capitalista contemporânea. Desenvolve-se um processo de incorporação pela ciência econômica dos elementos que antes eram restritos à cultura, vislumbrando-se, no século XXI, uma expansão em nível global, tanto quantitativa quanto qualitativamente, da produção cultural, fomentada, sobretudo pelos desenvolvimentos alcançados nas tecnologias da informação e comunicação. As especificidades culturais foram materializadas em recursos econômicos, transformadas em instrumentos palpáveis e passíveis de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico em nível planetário.

Cabe ressaltar que uma das abordagens acerca do conceito de cultura e que norteia as ponderações deste estudo se apropria do disposto pela Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, 1982). A Conferência define cultura como o agrupamento de características singulares materiais e imateriais, incluindo-se traços emocionais e espirituais que qualificam um povo, uma sociedade. São especificidades culturais, conforme relatado acima, que estão sendo materializadas em recursos econômicos palpáveis de desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

As bases estruturais do conceito de economia criativa emergem fundamentalmente da passagem para o século XXI, em meio às intensas e ágeis transformações na economia global e na forma do viver social. O modo de produção, ainda calcado no modelo capitalista de produtividade e arraigado à visão unilateral dos recursos escassos (como fontes primordiais de insumos industriais), cede espaço ao conhecimento e à informação enquanto recursos importantes para o sistema de produção. Tal fator implica uma necessidade de captar e incorporar a criatividade, inovação, informação e as novas tecnologias - propulsoras e viabilizadoras imprescindíveis dessa nova economia – em todos os processos inerentes a essa nova ordem econômica.

A colaborar com o exposto, Rifkin (2005, p. 11) ressalta que “[...] são os conceitos, as ideias, as imagens, e não mais as coisas, que têm verdadeiro valor na nova economia. São a imaginação e a criatividade humanas, e não mais o patrimônio material, que encarnam doravante a riqueza [...]”. Desencadeia-se, então, um processo gradual de substituição do paradigma de produção em massa para o de tecnologias de informação, em particular a partir do período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980, que marca o fim da era de estabilidade do capitalismo tradicional, institucionalizado durante a Revolução Industrial do século XVIII.

Essa Revolução Informacional instaurada tem na informação sua principal matéria-prima e no avanço tecnológico o fator determinante das relações entre economia e sociedade.

Castells (2011), autor do termo sociedade informacional, enfatiza a importância da informação e do conhecimento para a sociedade atual, cujo cerne é a arquitetura básica em redes.

Em continuidade à evolução sequencial desse novo paradigma, merece relevo o surgimento, como extensão da sociedade da informação, do conceito associado à economia do conhecimento. Peter Drucker¹ faz uma alusão ao termo para definir esse novo paradigma de produção, onde a informação e o conhecimento foram aceitos completamente e incorporados aos sistemas produtivos, especialmente através das tecnologias. Esse novo paradigma tecnoeconômico passa a permitir apropriações inéditas da criatividade e do conhecimento no sentido de reconfigurar decisões econômicas, proporcionando respostas mais rápidas, eficientes e inéditas às mudanças globais imperativas e constantes, e viabilizando crescimento econômico.

A economia do conhecimento ou da informação deixou de corresponder ao melhor termo para sintetizar essa nova economia. Atualmente, preconiza-se sobre crescimento com desenvolvimento econômico e melhor distribuição de renda; novas formas de estruturação; de ser e de viver socialmente, através dos mais variados ambientes virtuais, viabilizados pelas novas tecnologias digitais. Reconhece-se, sobremaneira, o papel central da cultura como recurso econômico e como elo intangível que permite, alimenta e conecta todas essas mudanças em nível local, regional e global. A cultura favorece, além de crescimento e desenvolvimento econômico, a integração dinâmica entre mudanças nas esferas social, econômica e tecnológica.

Rifkin (2005) dispõe sobre a mercantilização da cultura como característica imprescindível e definidora dessa nova economia, local em que o mercado evolui e migra sua orientação para serviços e bens mesclados ao conceito de experiência. Trata-se da era do acesso, cenário em que a economia criativa floresce, a qual também é nomeada de sociedade do sonho (JENSEN, 1999) ou, ainda, de economia da experiência (PINE II; GILMORE, 1999), marcada pela busca de interações que tornem o consumidor o protagonista de suas vivências, em que a troca de bens materiais e imateriais é suplantada por transações comerciais de acesso aos mesmos bens, conforme fundamenta Rifkin (2005, p. 13):

A velocidade das inovações tecnológicas e o ritmo vertiginoso da atividade econômica tornam a noção de propriedade bastante problemática. Em um mundo de produção sob medida, de inovação e aperfeiçoamento permanentes onde o ciclo de vida dos produtos é cada vez mais curto, tudo se torna muito rapidamente obsoleto. Possuir e acumular não fazem mais sentido em uma economia onde a única constância é a mudança.

¹ Teórico reverenciado na Administração de Empresas, cuja obra *The Age of Discontinuity*, publicada em 1964, faz menção inicialmente à nomenclatura 'economia do conhecimento'.

Como resultado do vertiginoso avanço nas tecnologias da informação e da comunicação, a conjuntura socioeconômica, na qual a economia criativa emerge, apresenta duas características patentes: a perda de expressão do caráter central da propriedade privada na atividade econômica, já que o acesso aos bens e serviços ganham cada vez mais relevância, e o desenvolvimento de um novo modelo de produção alicerçado na colaboração (MADEIRA, 2014).

Tapscott (2007) sublinha que a colaboração e o compartilhamento em massa, como já explicitado, pelas novas tecnologias da informação e da comunicação alavancam e possibilitam uma maior participação dos indivíduos nos processos econômicos globais, acarretando em novas demandas e intempéries não apenas para o ambiente empresarial, mas, também, para as dinâmicas sociais. O universo dominado e direcionado por grandes corporações multinacionais é agora desafiado por manifestações individuais ou coletivas, e por empresas com menor poder econômico. Tapscott (2007, p. 15) pontua, ainda, que esse é um processo de democratização econômica em que todos assumimos um papel de protagonistas.

Nesse ambiente de crescimento exponencial de redes de colaboração e compartilhamento, em que a conectividade das mentes humanas origina um novo recurso global - nomeado de “excedente cognitivo” pelo pesquisador norte-americano dos efeitos socioeconômicos das tecnologias digitais, Clay Shirky² -, descortinando e consolidando o talento criativo como um instrumento fomentador decisivo desse cenário dinâmico. Vale destacar que tal configuração leva a uma conseqüente revalorização do indivíduo e da capacidade intelectual e artística humana, requalificando o relacionamento entre indivíduos e entre empresas e indivíduos, estes enquanto consumidores e/ou agentes criativos inseridos nos mais diversos processos administrativos. Nesse último caso, percebe-se uma participação ativa cada vez mais intensa e direta desses indivíduos nos processos de criação e tomadas de decisão sobre produtos e serviços nas organizações.

Richard Florida, em sua obra *The Rise of the Creative Class*, reverenciada pelos estudiosos da economia criativa e publicada em 2002, colabora com o mencionado acima, preconizando a emergência da classe criativa, onde os talentos criativos cristalizam-se como recursos imprescindíveis da incipiente era criativa e cujo papel central é o de pensar e gerar novas ideias, dispondo, para tanto, de meios tecnológicos. Essa nova época incorpora

² Atribui, em sua obra, publicada em 2010, *Cognitive Surplus: creativity and generosity in a connected age*, à conectividade atrelada ao excedente de tempo livre humanos o surgimento de um novo recurso mundial: o excedente cognitivo.

firmemente a criatividade como insumo básico, diferencial e imprescindível à dinamização socioeconômica.

A criatividade é o agente catalisador, sob o qual está alicerçado e regido o cerne conceitual das indústrias criativas e da economia criativa, que será fundamentado e explicitado na seção seguinte. Para Florida (2002, p. 56), “[...] a criatividade não é inteligência. A criatividade envolve a capacidade de sintetizar. Ela é uma forma de peneirar dados, percepções e materiais para criar algo novo e útil [...]”. Diante disso, cabe destacar sucintamente algumas abordagens relevadas ao tema por disciplinas, como a psicologia, a filosofia e, finalmente, a economia, norte desta dissertação.

Na psicologia, parte-se da personalidade humana como objeto de pesquisa, cuja intenção é detectar características individuais que qualifiquem e identifiquem os criativos. Busca-se desmembrar o processo executado para originar um produto criativo na tentativa de replicação do processo. A filosofia, ao associar criatividade e artes criativas, em contrapartida, apresenta a temática de forma relativamente excludente, como exceção, pois o ato criativo seria acessível apenas aos dotados de talento e gênio de criação, mediante o disposto por Immanuel Kant³.

Atualmente, torna-se claro que a criatividade não encontra expressividade homogênea em todos os indivíduos, já que alguns são mais criativos que outros. A imersão dessa ótica no seio da teoria econômica evolucionista da criatividade, de Potts (2011), almeja explicar o porquê de, mesmo entre os destacadamente mais criativos, apenas um segmento consegue capitalizar a partir desse recurso. Com efeito, a preocupação econômica central é transmutar o intangível em direitos de propriedade intelectual, quer dizer, em produtos e/ou serviços passíveis de comercialização e consequentes ganhos econômicos.

Assemelhando-se à incidência de custos iniciais e riscos vultosos, a criatividade e a inovação diferenciam-se no fato de que esta demanda por habilidade individual e subjetividade, enquanto aquela urge pela objetividade de processos e métodos dispostos social e corporativamente. No intuito de clarificar a questão, Howkins (2005, p. 123) estabelece que a “[...] criatividade envolve a expressão pessoal, que foge à lógica e à linearidade, enquanto a inovação é calculada [...]”.

Segundo a concepção de Florida (2002, p. 44), “[...] o conhecimento e a informação são os instrumentos ou materiais da criatividade, enquanto a inovação é o seu produto [...]”. A criatividade pressupõe a produção de algo novo, munido de valor agregado, ou a aplicação de

³ Filósofo prussiano considerado o grande expoente da era moderna. Apresenta sua tese sobre o gênio atrelado à estética, em seu livro *Crítica da Faculdade do Juízo*, de 1790.

novos usos e percepções a elementos já existentes. Ela é um ente capaz de despertar e dinamizar a inovação. Dito isso, depreende-se que a competência de pensar o novo e agregar valor - imersos em sistemas econômicos organizados e propensos a investir economicamente, assumindo riscos e tornando factível a inovação – são as ações propulsoras da evolução e do desenvolvimento⁴ social, econômico e tecnológico.

Diversos fatores confluíram e materializaram o amálgama que fertilizou o solo originário sobre o qual o conceito de economia criativa floresceu, porém cabe sinalizar a relevância de um agente que tem o poder de expandir a percepção de espaço e pertencimento, além de eliminar fronteiras e barreiras espaciais para a construção e desenvolvimento do conhecimento e da criatividade: a globalização. Em uma acepção estritamente econômica, Santos (2006) clarifica que a globalização oportunizou, principalmente, o enfraquecimento das barreiras nacionais à comercialização e ao trânsito de investimentos e capitais internacionais, bem como a pulverização das cadeias produtivas, propiciando o alcance de produtos, serviços e mercados antes inatingíveis.

Canclini (2006), ao investigar cidades e indústrias culturais na América Latina, declarou que o processo de internacionalização ensejou a abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade, propiciando o intercâmbio de bens simbólicos e materiais entre elas. O autor dispõe, ainda, que:

A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo. (CANCLINI, 2006, p. 32).

Reis (2008) propõe que o enfoque sobre a globalização, enquanto fomentadora e aceleradora do processo de emergência da economia criativa, deve ser fundamentada mediante duas vertentes: (a) fragmentação das cadeias produtivas de bens e serviços criativos em escala global e ampliação do mercado; e (b) mobilidade, disputa e recompensa dos recursos criativos no panorama mundial. A autora reporta que essa fragmentação das cadeias e o acesso a um mercado global dinamizam a produção, distribuição e consumo de produtos e serviços com raízes criativas:

⁴ Vale destacar que a definição de desenvolvimento concernente à Economia, adotada para construção teórica desta dissertação, foi a edificada pelo professor indiano de economia e filosofia Amartya Kumar Sen, recompensado, em 1998, com o Prêmio Nobel de Economia. Conforme instaura Amartya Sen, o desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades humanas em sentido amplo – liberdade como o fim e, também, o meio do desenvolvimento. Isso demanda, sistematicamente, a dilatação da capacidade individual e consciente de tomada de decisões (SEN, 2010).

Nessa tensão em ser parte de um contexto global, mas não abdicar de suas raízes locais, em sentir-se único, mas nem por isso alheio a comunidades e grupos, em ser receptivo ao que o mundo oferece e concomitantemente compartilhar sua própria cultura, prevalece a busca pelo 'intangível', característica intrínseca aos produtos e serviços criativos. (REIS, 2008, p. 8).

Touraine (2010) descontrói criticamente a concepção que vislumbra a globalização como agente agregador e que permite a inserção tanto individual quanto empresarial de pequeno porte em um novo cenário cultural e comercial, global, fraterno e democrático a todos. O sociólogo francês descortina um processo de modernização centrado na livre empresa e no papel central do mercado de alocação de recursos, onde o Estado intervencionista é substituído por um Estado que busca captar investimento estrangeiro e melhorar as exportações por meio de empresas multinacionais, que possuem maior poder de atuação socioeconômica. Esse processo alavanca a internacionalização da produção e conseqüente globalização da economia, atingindo máxima expressão no capitalismo extremo.

A ideia de globalização traz em seu cerne a intenção de produzir um capitalismo extremo, livre de qualquer influência e autoridade em nível mundial, capaz de impor limites à atividade econômica, que exerce seu poder integralmente sobre o conjunto da sociedade. A globalização é uma forma extrema de capitalismo, que não tem mais contrapeso, não é uma etapa moderna para a construção de uma nova vida política, econômica e cultural, mas para uma dissociação entre os mecanismos econômicos e as organizações políticas sociais e culturais, as quais passam a agir em escala exclusivamente local, perdendo toda sua capacidade de pertencimento, articulação política, participação no mercado e de interação com expressividade global. Essa conjuntura dinâmica vivifica a decomposição do que se qualifica como sociedade e efetiva um processo de dessocialização (TOURAINÉ, 2010).

Convém inquirir, diante do quadro explicitado, em que medida a criatividade é fomentada e, efetivamente, materializada em produtos e serviços criativos, cuja produção, distribuição e capitalização tornam a integração cultura, social e econômica democrática. Para tanto, há a necessidade de promover a ampla circulação de informações diversificadas, proporcionar o acesso e o domínio igualitário das tecnologias digitais e o desenvolvimento de políticas públicas e leis que regulamentem o mercado global e os direitos de propriedade intelectual (pilar essencial da economia criativa).

Para reiterar, nesta seção do presente estudo foram salientados e embasados os cenários e agentes estruturais globais imprescindíveis à construção do conceito paradigmático de economia criativa. O segundo item, a seguir, intenciona empreender a sistematização das diversas terminologias e conceituações sob as quais essa temática incipiente foi

fundamentando-se até culminar em suas formulações mais contemporâneas, embora, até esse tempo, sem uma visão acadêmica, mercadológica e política consensual.

2.2 Das Indústrias Criativas à Economia Criativa: um conceito em expansão

A migração progressiva de um modelo econômico, focado primordialmente na atividade industrial, para esse novo paradigma socioeconômico que reconhece integralmente o conhecimento, a cultura, a criatividade e a experiência como ativos norteadores do sistema econômico, atinge sua representação mais acurada no conceito de Economia Criativa. O termo surgiu pela primeira vez em 2001, quando o teórico Howkins (2001, p. 7) afirmou que “[...] a criatividade não é coisa nova, nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão entre elas e a forma como combinam para criar valor e riqueza [...]”. É derivado, consoante Reis (2008), do termo “Indústrias Criativas”, o qual foi cunhado pelo projeto *Creative Nations*, da Austrália, em 1994.

A intenção do governo australiano era fomentar as artes em geral, estimular o empreendedorismo e, em especial, preservar e perpetuar a herança e identidade cultural de seus aborígenes e nativos, apropriando-se massivamente das oportunidades geradas pela globalização, novas mídias digitais e avanço tecnológico. Vale destacar que essa nação percebia na globalização, dinamizada pelas tecnologias da informação e comunicação, um agente com potencial tanto para enfraquecer sua identidade cultural nacional, como foi dito, quanto para fortalecer e reposicionar, mediante políticas públicas e processos adequados de estruturação, o país na conjuntura global.

Segundo Miguez (2007), esta foi a primeira gestão pública global a reconhecer o potencial gerador de riquezas e valor encontrado nesse novo segmento de política cultural, que reposicionou o papel do Estado frente ao desenvolvimento do país. Em um preciso extrato do discurso proferido por Paul Keating⁵, durante o ato de lançamento do projeto, o primeiro-ministro esclareceu e salientou a diretriz que está relacionada à cultura sob o viés econômico:

Esta política cultural também é uma política econômica. A cultura cria riqueza. Definida em seu sentido mais amplo, nossas indústrias culturais geram 13 bilhões de dólares por ano. A cultura emprega. Cerca de 336.000 australianos são empregados em indústrias relacionadas à cultura. A cultura agrega valor, ela traz uma contribuição essencial à inovação, ao marketing e ao design. É um distintivo da nossa indústria. O nível de nossa criatividade substancialmente determina nossa habilidade de adaptação aos imperativos da nova economia. (KEATING, 1994, p. 2).

⁵ Paul John Keating é um político australiano que se tornou o 24º primeiro-ministro desse país. Responsável pela enunciação do discurso de lançamento do projeto “*Creative Nations*”, renunciou uma convergência de interesses econômicos, culturais e sociais, marco documental do nascimento da economia criativa no mundo.

Apesar do pioneirismo australiano, esse conceito emergente adquiriu maior expressividade em 1997, na Inglaterra, quando o Novo Partido Trabalhista inglês (*New Labour*) tutelou em seu manifesto pré-eleitoral o objetivo de identificar e legitimar as indústrias criativas como um setor específico e fundamental da economia. O manifesto expôs a necessidade de elaboração de políticas públicas específicas para esse segmento cultural e criativo. A Europa, por sua vez, via-se diante do acirramento da competição mundial e das consequências da crise asiática, materializada em desemprego, incertezas quanto à unificação dos países do continente e busca por setores potencialmente competitivos no cenário global. Nesse contexto, o Reino Unido estava ativamente inserido.

O Reino Unido, diante dessa situação econômica global e de nítido declínio dos setores tradicionais, com a liderança e estímulo do primeiro-ministro Tony Blair, promoveu um minucioso mapeamento das atividades criativas em seu território, analisou os impactos socioeconômicos do setor, privilegiou os setores de maior vantagem competitiva para o país, redefiniu as prioridades públicas para fomentá-los e incorporou a economia criativa, associada ao capital intelectual, à sua agenda econômica e política, empreendendo uma metodologia replicada pelas principais economias mundiais. A equipe britânica identificou 13 setores de maior potencial – publicidade, patrimônio, arquitetura, artesanato, design, moda, cinema, entretenimento digital, música, artes performáticas, publicações, *software*, televisão e rádio –, nomeando-os de indústrias criativas, que são conceituadas como as “atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual” (DCMS, 2005, p. 5). Ressalta-se que essas indústrias têm como essência o sujeito criativo atuante em consonância com profissionais diversos e interdisciplinarmente posicionados, cujo ativo econômico fundamental são os direitos de propriedade intelectual.

As pretensões e ações estavam focadas na criação de empregos e geração de riquezas, e ancoradas em direitos de propriedade intelectual⁶ enquanto mecanismo de alavancagem da economia britânica. O caso do Reino Unido consolidou-se emblemático por quatro motivos: (a) interpretar e associar políticas públicas e o programa de indústrias criativas como reação a uma conjuntura socioeconômica pós-industrial, global e em declínio da manufatura tradicional; (b) antever os setores com potencial significativo para instituir valor e

⁶ Howkins (2001) estabelece que o direito de propriedade intelectual – ativo intangível oriundo da criatividade humana e que, em função de sua capacidade de agregação de valor e diferenciais competitivos, tem soberania diante de um mercado mundial arraigado, até esse tempo, à manufatura de produtos e serviços padronizados e relegados à condição de *commodities* – é a “moeda da economia criativa”.

conferir competitividade ao país, alinhando politicamente prioridades e expectativas públicas e privadas para fomentá-los; (c) propalar a representatividade econômica das indústrias criativas, revelando sua contribuição efetiva; (d) estimular o reposicionamento mundial da imagem do país, apresenta-o como o polo criativo mais atrativo para os talentos criativos dispersos pelo mundo (REIS, 2008).

Além da abordagem paradigmática inglesa, responsável por instaurar os direitos de propriedade intelectual no âmago do conceito de indústrias criativas, outros parâmetros, formalmente registrados através do documento *Creative Industries Mapping Document*⁷ (1998), merecem relevo, a citar: (a) o de textos simbólicos, calcado em posicionar o termo indústrias criativas, como ampliação ou oposição ao de indústrias culturais; (b) o de círculos concêntricos, que ressalta o conteúdo cultural dos produtos com origens criativas; e (c) o modelo defendido pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que estabelece como substrato das indústrias criativas o patrimônio, as artes, as mídias impressa e audiovisual, e as criações funcionais, como o design, moda, novas mídias, arquitetura, consultoria e propaganda.

Embora diversos países tenham institucionalizado política e economicamente a temática dos setores nascidos a partir da criatividade, não há unidade global significativa quanto à composição dos setores concernentes à categoria. É mister depreender, entretanto, que a base conceitual das indústrias criativas está firmemente fundamentada nas novas tecnologias digitais, catalisadoras imprescindíveis dos setores criativos. Hartley (2005a), a esse respeito, corrobora ao instituir que a ideia de indústrias criativas intenciona descrever a confluência teórica e real das artes criativas, calcadas no talento pessoal, com as indústrias culturais, em sua amplitude e expressão massiva. Na conjuntura das novas tecnologias da informação e da comunicação, diante da nova economia do conhecimento, considera-se sua utilização por consumidores e cidadãos interativos e novos.

Bendassolli e Wood Júnior (2009) reforçam a argumentação de John Hartley ao destacarem que a promoção do desenvolvimento, sobretudo nas sociedades assentadas no conhecimento, tem sido fomentada pela afluência das indústrias de mídia e informação, e pelo nicho cultural. Os autores aludidos dispõem que é latente a convergência contemporânea de áreas como a arte, a indústria cultural e as novas tecnologias da informação e comunicação, antes dispostas em núcleos separados, mas que hoje transitam entre diversas dimensões de

⁷ Primeiro mapeamento das indústrias criativas no Reino Unido, publicado em 1998 e empreendido pelo *Department for Culture, Media and Sport* (DCMS). Disponível em: <<http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

criação, produção, distribuição, acesso e consumo cultural, apropriando-se da criatividade. Jeffcutt (2000, p. 123) testifica essa construção ao conceitualizar as indústrias criativas como aquelas “[...] formadas a partir da convergência entre as indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, instigadoras do desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...]”.

Em complemento, Jaguaribe (2006) conceitua as indústrias criativas como sendo aquelas que concebem produtos e serviços criativos a partir da apropriação de imagens, textos e símbolos, com eixo central integrado pela música, audiovisual, multimídia, *software*, *broadcasting* e todos os processos de editoria em geral. A autora incorpora as deliberações propostas pelo governo inglês, como já mencionado, ao subscrever que esse setor em ascensão tem como elemento condicionante os direitos de propriedade intelectual e instrumento de fomento às tecnologias da informação e comunicação. Em referência à carência de unidade conceitual que o tema em debate apresenta, Jaguaribe (2006, p. 33) argumenta que:

A fronteira das indústrias criativas não é nítida. As pessoas utilizam o termo como sinônimo de indústrias de conteúdo, mas o que se vê cada vez mais é que uma grande gama de processos, produtos e serviços que são baseados na criatividade, mas que têm as suas origens em coisas muito mais tradicionais, como o *craft*, folclore ou artesanato, estão cada vez mais utilizando tecnologias de *management*, de informática para se transformarem em bens, produtos e serviços de grande distribuição.

Reis (2008, p. 24) advoga que as indústrias criativas compreendem domínios econômicos específicos, “[...] cuja seleção é variável segundo a região ou país, conforme seu impacto econômico potencial na geração de riqueza, trabalho, arrecadação tributária e divisas de exportações [...]”. Discerne-se, apoiando-se no discurso da autora, que há nítida abertura local, nacional e global para aplicação de múltiplas abordagens em relação a essa competência, refletida diretamente nas apropriações particulares e desprovidas de unidade conceitual e enquadramento político e econômico dos setores criativos. Isso acaba por dificultar a centralização do arcabouço teórico, o estabelecimento de padrões de mensuração dos seus impactos e aplicabilidades socioeconômicas, e a preceituação de políticas públicas efetivas.

No Brasil, em 2004, o tema foi debatido durante a XI Reunião Ministerial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), período em que Gilberto Gil figurava como ministro da Cultura. Essa foi a primeira vez que as indústrias criativas foram tratadas em um painel específico para países emergentes (MELLO; ZARDO, 2015). Nesse ato, foi discutida a premissa da diversidade cultural como recurso fundamental ao desenvolvimento das nações, bem como foi difundida, por todo o ministério, a ideia de gerar

valores sociais e econômicos através de atividades criativas, como pronunciado pelo então gestor da cultura nacional:

Estamos conscientes de que a maior garantia das vantagens mútuas que possamos ter advém da natureza da matéria-prima que está em jogo: a criatividade das pessoas, comunidades e povos do mundo, a essência do nosso patrimônio imaterial, expressando-se a partir do precioso lastro da nossa diversidade cultural. Contando com esse poderoso suporte, aliado à informação de que as indústrias criativas são, relativamente aos setores convencionais, o campo de atividade econômica que mais cresce no mundo. (GIL, 2004, p. 33).

Conforme análise deste pesquisador, cabe sublinhar a escassez de estudos acadêmicos que devidamente explorem e desmistifiquem as semelhanças e diferenças entre as indústrias culturais e as criativas. Essa carência intensifica a pouca coerência conceitual, que parece espelhar a parca produção teórica sobre economia criativa propriamente dita – comprovada e evidenciada no item desta dissertação sobre a revisão sistemática da literatura nacional relativa à temática –, observando-se as duas terminologias que são empregadas em publicações científicas e políticas enquanto sinônimas, ou consoante discursos que privilegiem algum setor criativo específico ou apelem para a conotação enraizada em cada tema.

Historicamente, as indústrias culturais foram condicionadas a um espectro pejorativo da produção cultural, enquanto as indústrias criativas, contemporâneas, são consideradas dispositivos políticos a serviço de mudanças econômicas, e aplicadas para transcender a edificação ideológica negativa impregnada na nomenclatura anterior. Embora a noção de indústrias culturais ainda suscite dicotomias, UNCTDA (2004, p. 5) em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), elucidam, através do Relatório de Economia Criativa, que esse setor cultural deve ser apreendido como aqueles que “[...] combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais por natureza. Esses conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de produtos e serviços [...]”.

Sobre isso, cabe relevar, apropriando-se ainda do relatório mencionado, que as indústrias culturais são “[...] centrais na promoção e manutenção da diversidade cultural e na garantia do acesso democrático à cultura [...]” (REIS; DEHEINZELIN, 2008, p. 22). A corroborar, a DCMS (2007, p. 20) destaca que as “[...] indústrias criativas são analiticamente primas-irmãs das indústrias culturais; diferentes, mas obviamente da mesma família ou atividade. O que elas produzem têm alto grau de valor simbólico e funcional [...]”.

Considera-se, nesta pesquisa, a ideia de que as indústrias criativas são um amálgama de setores econômicos específicos, cuja ênfase é modificável em conformidade e adaptação com a região geográfica, mediante o nível de criatividade agregado, a potencialidade

de engendrar direitos de propriedade intelectual industriais e/ou autorais, e o impacto econômico ascendente nas políticas macroeconômicas, ou seja, na geração de riqueza, mensurada a partir do Produto Interno Bruto (PIB), empregos, arrecadação tributária e geração de vantagem competitiva às exportações. Posicionam-se, também, na intersecção entre os setores artísticos, de serviços e industriais, formando um novo setor dinâmico no mercado mundial, confeccionando produtos e serviços que recorrem à criatividade, ao capital intelectual, à cultura e à experiência como insumos primários.

Esse novo paradigma, edificado na possibilidade de integrar democraticamente as esferas econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável - sobretudo o regional, uma vez que a ênfase dada ao setor criativo e cultural se diversifica em cada contexto geográfico específico -, através do poder universal da transversalidade e interdisciplinaridade presente na cultura e na criatividade, até o presente momento, está alicerçado sob a base conceitual das indústrias criativas. Porém, ocorre um gradual e consequente processo de expansão do conceito, que prospera a partir de uma análise setorial, restrita, que conglomerada as relações intrincadas entre a cultura, a criatividade, as indústrias criativas e a economia em geral, fortemente determinada por elas e pelas novas preocupações e demandas sociais concernentes à inclusão, ao desenvolvimento e à reestruturação das sociedades. Além disso, obviamente, os novos modelos de negócio e empreendedorismo, aguçados e concebidos nesse contexto dinâmico emergente, culminaram na motivação de concepção e batismo de uma nova nomenclatura, mais adequada aos objetivos socioculturais e de mercado: economia criativa (DEHEINZELIN, 2008; REIS, 2012).

É comum entre os estudiosos da economia criativa elaborar uma série de razões que catalisa e viabiliza a construção de uma nova dinâmica de processos e modelos sociais, culturais e econômicos, na qual a economia criativa encontra um terreno fértil (HARTLEY, 2005b; REIS, 2006; VENTURELLI, 2000). Dentre elas, destacam-se a globalização, as novas mídias, as novas tecnologias da informação e comunicação, os modelos econômicos vigentes e tradicionais inoperantes e ineficientes, o reconhecimento e a valorização do conhecimento como ativo econômico primordial (REIS, 2008).

A economia criativa é um conceito incipiente e, apesar de ter seus pilares bem fundamentados, possui diversas abordagens. Enquanto para Howkins (2001) o conceito de indústrias criativas é oportuno para atingir o de economia criativa, Hartley (2005a) acrescenta que a nova economia engloba, além das indústrias criativas, o impacto de seus produtos e serviços no sistema econômico, suscitando irreversíveis transfigurações sociais, organizacionais, políticas, educacionais, culturais e econômicas. De forma extensiva, a

economia criativa pode ser apreendida como um paradigma socioeconômico e cultural, cujo impacto, segundo Cunningham (2008, p. 17) “[...] não deriva de sua contribuição relativa ao valor econômico, mas de sua contribuição à coordenação de novas ideias ou tecnologias e, portanto, ao processo de mudança econômica e cultural [...]”.

Florida (2002) inaugurou uma das mais celebradas vertentes de análise do tema ao propor a definição de indústrias culturais com foco nas profissões (pessoas) ou no ambiente (*in loco*) da criatividade. A ênfase na classe criativa – estruturada por profissionais das áreas de ciência, educação, engenharia, arquitetura, design e artes – provém do entendimento de que, como fonte fundamental da criatividade, as pessoas são um recurso econômico primordial.

Informações e ideias se confundem, mas uma economia de ideias - a própria perspectiva de economia criativa de Howkins - é direcionada para o talento pessoal e para a imaginação, ou para uma palavra: a criatividade. Já Caves (2000), teórico pioneiro das indústrias criativas, enfatiza a criatividade atrelada às artes, à cultura e ao entretenimento, e cultiva sua pesquisa na análise e interpretação dos impactos e possibilidades oriundos da relação dinâmica entre economia e cultura.

John Howkins (2005) e Jeremy Rifkin (2005) argumentam que a economia do conhecimento e a sociedade da informação evoluíram para um novo estágio, o qual é caracterizado por uma mudança de abordagem ou simplesmente de ênfase. Da economia do conhecimento, a economia criativa se apropriou, para sua edificação conceitual, além da ênfase no condicionamento à geração de direitos de propriedade intelectual, do uso massivo das tecnologias e da existência de trabalhadores aptos a instrumentá-las, embora nem todos os setores criativos - vide o artesanato e o folclore - empreguem intensivamente as tecnologias de ponta em seus processos de produção e distribuição.

A partir desse construto, infere-se, criticamente, que a economia do conhecimento negligenciou o papel imperioso da cultura enquanto fonte de inclusão socioeconômica de geografias ou classes marginalizadas nas grandes cidades, diversificação cultural e desenvolvimento. Com efeito, a economia criativa vem com a proposta de corrigir, valorizar e integrar ao cerne de suas manifestações os valores intangíveis concebidos no seio da multiplicidade das culturas, inesgotável. Vislumbra-se uma era paradigmática de evolução, valorização e mistura de dimensões sociais, culturais e econômicas, as quais são indispensáveis ao fomento do desenvolvimento sustentável factível.

A Economia Criativa propõe o deslocamento do eixo gerador de riqueza do tangível/material para o intangível. Ganham papel de protagonistas a criatividade, o conhecimento, a cultura e a experiência. Atualmente, esse conceito vê-se traduzido de forma

mais ampla, em nível paradigmático e inteiramente alinhado com a Sustentabilidade, já que, segundo Deheinzlin e Reis (2008, p. 18), “[...] em síntese, o grande diferencial da Economia Criativa é que ela promove desenvolvimento sustentável e humano e não mero crescimento econômico [...]”.

Nesse sentido, é importante enfatizar, sobretudo em se tratando de países em desenvolvimento, como o Brasil, onde coexistem acentuadas desigualdades socioeconômicas e de acesso às oportunidades viabilizadas por propostas de desenvolvimento, aqui materializadas sob o conceito abrangente e elementar de economia criativa, que as demandas e aspectos socioculturais devem ser necessariamente inseridos nos estudos acadêmicos, nos discursos de fomento da temática e nas estratégias e políticas públicas de implementação desse paradigma. Releva-se esse aspecto, pois, nitidamente, a ocorrência dessa oportunidade não irá implicar necessariamente em proficuidade, pois há pré-requisitos fundamentais para sua exequibilidade, tais como: qualificação dos agentes criativos, acesso irrestrito às tecnologias digitais, canais de distribuição, financiamento e políticas públicas eficazes.

Hartley (2005a, p. 12) respalda essa construção ao validar que “[...] as economias criativas reordenaram os fluxos internacionais de poder, em um modo que certamente não favorece todos [...]”. O autor destaca que as indústrias criativas incidiram em ônus e benefícios, em repercussões positivas e negativas, ao discorrer que o “[...] novo investimento no talento criativo deixou em seu rastro a desconsideração por práticas que são de grande valor para indivíduos e comunidades [...]” (HARTLEY, 2005a, p. 12). Ademais, os agentes públicos, privados e a sociedade estruturada devem manter-se atentos à ênfase dada ao conteúdo de políticas públicas e programas de fomento para garantir uma distribuição socialmente igualitária das recompensas, oriundas dessa nova economia calcada nos intangíveis.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2012) consagrou a Economia Criativa como um conceito em evolução, que, além de ter as indústrias criativas em seu centro, estabelece como elemento condicionante os ativos criativos que iminentemente geram crescimento e desenvolvimento econômico. A definição da UNCTAD (2012, p. 10) prossegue ao ditar que a nova economia “[...] abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo [...]”, sinalizando ainda que:

Pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. [...] é uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. (UNCTAD, 2012, p. 12).

A Economia Criativa preserva e multiplica a diversidade cultural, pois cria modelos e estruturas de trabalho que a favorecem. Também propõe formas inovadoras de financiamento, produção e proteção, de caráter alternativo e solidário, pois os modelos de mercado do século XX não servirão para o século XXI. É preciso ainda ser criativo na forma de gerenciar a economia criativa, como na hora de elaborar parâmetros e métodos de pesquisa e mensuração, os quais devem ser capazes de abarcar a interdisciplinaridade da Economia Criativa do século XXI, cuja estrutura de produção e difusão não é em forma de cadeia, mas sim de rede: interdependente, multifacetada, transversal (DEHEINZELIN, 2006).

O Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014), da então Secretaria de Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura (MINC) e instaurada durante o governo de Dilma Rousseff, foi desenvolvido para empreender o resgate da criatividade nacional, obscurecida pelos processos econômicos e industriais tradicionais e ainda vigentes. O objetivo desse órgão de Estado era liderar a formulação e implementação de políticas públicas para um novo desenvolvimento, fundamentado na inclusão social, diversidade cultural e sustentabilidade. O referido plano responde por um dos maiores reconhecimentos do governo federal em torno do potencial protagonista que as atividades criativas e culturais representam sócio e economicamente para o Brasil, em longo prazo.

O Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014) traz em seu bojo a seguinte definição:

A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos. (PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA, 2011, p. 24).

Diante do exposto e consoante visão deste pesquisador, deve-se reconhecer as conexões explícitas entre a economia criativa e o desenvolvimento sustentável, enquadrados enquanto um modelo sistêmico. Ao constituir-se em centro de convergência de benesses econômicas e culturais, o eixo social é, invariavelmente, democrático, positivamente ativado e conectado a esse sistema. A criatividade, o conhecimento e a experiência humana são interpretadas e integradas aos processos produtivos e econômicos como ativos principais, concretizando uma vasta gama de oportunidades econômicas calcadas em empreendimentos criativos e na valorização dos intangíveis culturais, valorização do ser humano (enquanto criador e proprietário das ideias), da diversidade cultural. Consequentemente, esse processo

reduz a captação predatória das matérias-primas tradicionais, tangíveis, oriundas do ambiente natural e não-renovável.

O modelo econômico passa a ter em seu centro um eixo captador de matéria-prima focado nos recursos intangíveis (conhecimento, cultura, experiências e criatividade), o que pode alterar profundamente o modo de ser e a constituição social da competitividade para a colaboração e compartilhamento. Desconstrói-se um modelo de economia arraigado nos recursos escassos. Conforme Deheinzelein e Reis (2008), a Economia Criativa reconfigura a sociedade do TER para o USAR, o que representa uma mudança drástica no Capitalismo Industrial e no modo real de ser social, onde o material cede lugar ao imaterial.

2.2.1 Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de dissertações: cenário acadêmico nacional

A motivação para a elaboração desta seção fundamenta-se na intenção de auxiliar na sistematização de um conceito que, como explicitado anteriormente, ainda carece de interpretação, análise, aprimoramento e unificação de seu arcabouço teórico. A RSL, sobretudo para um conceito preambular, representa uma ferramenta com incrível potencial para evidenciar e sintetizar o que está sendo pesquisado - e mediante quais metodologias - de mais relevante cientificamente sobre a economia criativa.

A RSL contrapõe-se à revisão da literatura tradicional ou à narrativa em diversos aspectos, merecendo relevo: (a) a RSL parte de uma questão de pesquisa específica, elaborada mediante critérios bem arquitetados, enquanto a revisão tradicional encontra em questões abertas seus elementos norteadores, admitindo uma abordagem mais suscetível a enviesamentos; (b) a busca através dos repositórios científicos de publicações, a seleção e análise das informações na revisão narrativa são práticas comumente realizadas de forma não especificada e subjetiva, mediante rigor metodológico e científico de caráter questionável. Já na RSL, seguem-se estratégias de buscas específicas, seleção e análise das informações direcionadas por um protocolo rígido e cientificamente construído para eliminar a subjetividade e ser reproduzível.

Atestada a viabilidade de realização desta RSL, procedeu-se à formulação da pergunta de pesquisa. Tal etapa é imprescindível, já que a questão investigativa orientou a construção de todo o protocolo de execução de uma RSL, desde os mecanismos de busca ao tratamento das informações, os quais deverão responder a essa indagação. Portanto, determinou-se o seguinte questionamento: qual o quantitativo de dissertações sobre a economia criativa, disponível em repositórios de dados científicos na *web*, produzidos entre 2008 e 2016?

A partir da definição da questão de investigação, partiu-se para a concepção do delineamento de pesquisa, ou seja, o desenho da metodologia a ser adotado para responder a esse questionamento. Para tanto, foram identificadas e selecionadas as bases de dados mais relevantes e disponíveis *online* sobre economia criativa. Inicialmente, foram acessados motores de busca mais usuais, como *Google* e *Google Acadêmico*, seguidos imediatamente por repositórios científicos, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Base de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), a Biblioteca Digital da Unicamp, entre outros.

Levando-se em consideração o tema e a questão inicial de pesquisa, foram definidos os descritores ou palavras-chave do estudo. Com o objetivo de atingir a totalidade das dissertações sobre a temática da economia criativa, os descritores acionados foram: “Economia Criativa”, “Dissertações sobre Economia Criativa”, “Indústrias Criativas”, “Estudos sobre Economia Criativa”, “Economia da Cultura”, “Economia Criativa e Desenvolvimento” e “Economia Criativa e Empreendedorismo”. Outro procedimento importante foi o estabelecimento do rito de seleção do material a ser apropriado como insumo pelo estudo de revisão sistemática: os fatores de inclusão e exclusão. Foram incluídos apenas estudos em nível de mestrado sobre a economia criativa, produzidos nacionalmente e disponíveis em base de dados na *web*, excluindo-se pesquisas científicas fora dessas especificações.

A investigação nas bases científicas de dados foi realizada entre o período de maio a agosto de 2017, tendo como fruto o recenseamento de 51 dissertações. Após a constituição dessa base sólida de dissertações a serem analisadas, concebeu-se o instrumento de análise crítica, interpretação e discussão dos achados. A ficha de análise utilizada pra empreendimento desse ensaio sistematizado, confeccionada por meio do *software* de planilhas eletrônicas da *Microsoft*, o *Excel*, abrange dez categorias de análise crítica, a citar: (a) autor da dissertação, (b) título do trabalho, (c) ano de publicação, (d) país de origem, (e) universidade em que o estudo foi empreendido, (f) mestrado em que a pesquisa foi realizada, (g) área do saber contemplada na publicação, (h) repositório de dados científicos em que a dissertação foi mapeada, (i) tipo de estudo da dissertação e (j) instrumento de coleta de dados utilizado para a pesquisa.

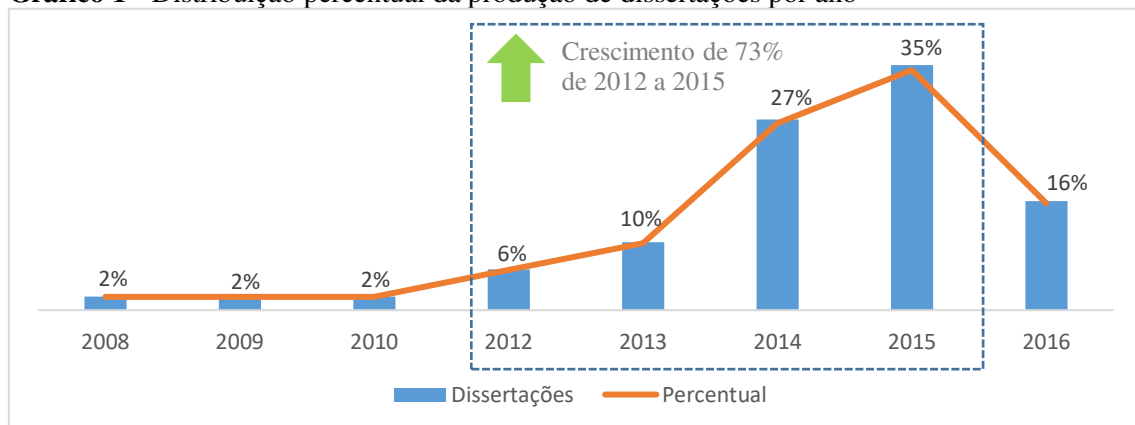
Como resultado das buscas, evidenciou-se que estudos acadêmicos em nível de mestrado foram desenvolvidos no Brasil a partir de 2008, um lapso temporal de 14 anos contados desde as primeiras tratativas sobre o conceito de economia criativa, em 1994. O ano que marca o auge da produtividade de pesquisas nacionais foi 2013, com desempenho ainda

tímido de cinco dissertações, 10% do total de 51 estudos, seguido, em 2014, por uma produção mais robusta de 14 dissertações, 27% do todo, tendo sua maior expressividade em 2015, ano em que foram publicados 35% dos trabalhos, ou seja, 18 pesquisas.

Em análise, na curva de desempenho referente à publicação das dissertações (Gráfico 1), nota-se um período de estabilidade compreendido entre os anos de 2008 a 2010, sendo que cada ano responde por 2%, um acumulado de 6% do total em três anos. A curva se configura ascendente a partir de 2012, não tendo sido detectado nenhum estudo em 2011. Vislumbra-se um crescimento da produção científica de 73% no período de 2012 a 2015, sendo 37 dissertações no total.

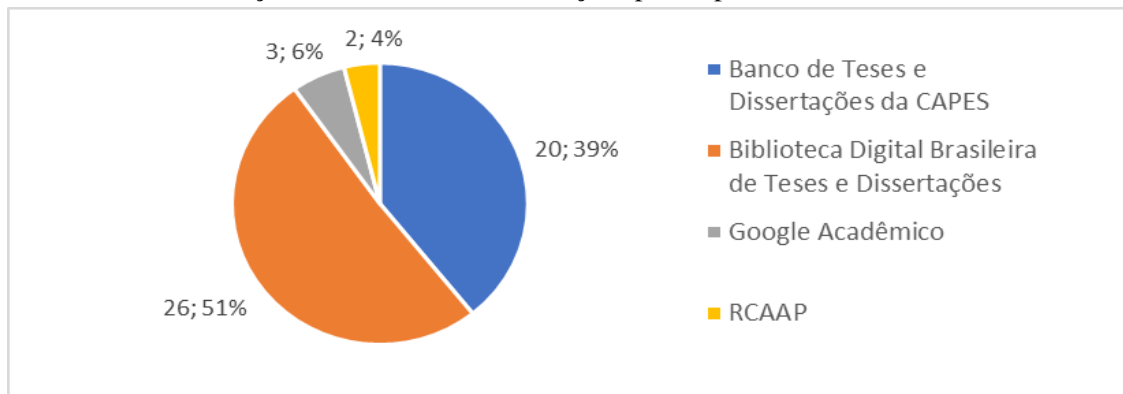
Uma justificativa plausível para a maior percepção e interesse acadêmicos relativos à economia criativa durante esse período seria a criação da Secretaria de Economia Criativa, no âmbito do Ministério da Cultura, juntamente com o lançamento do seu plano de gestão para o período de 2011 a 2014. O referido plano responde por um dos maiores reconhecimentos do governo federal em torno do potencial protagonista que as atividades criativas e culturais representam sócio e economicamente para o Brasil, em longo prazo.

Gráfico 1 - Distribuição percentual da produção de dissertações por ano



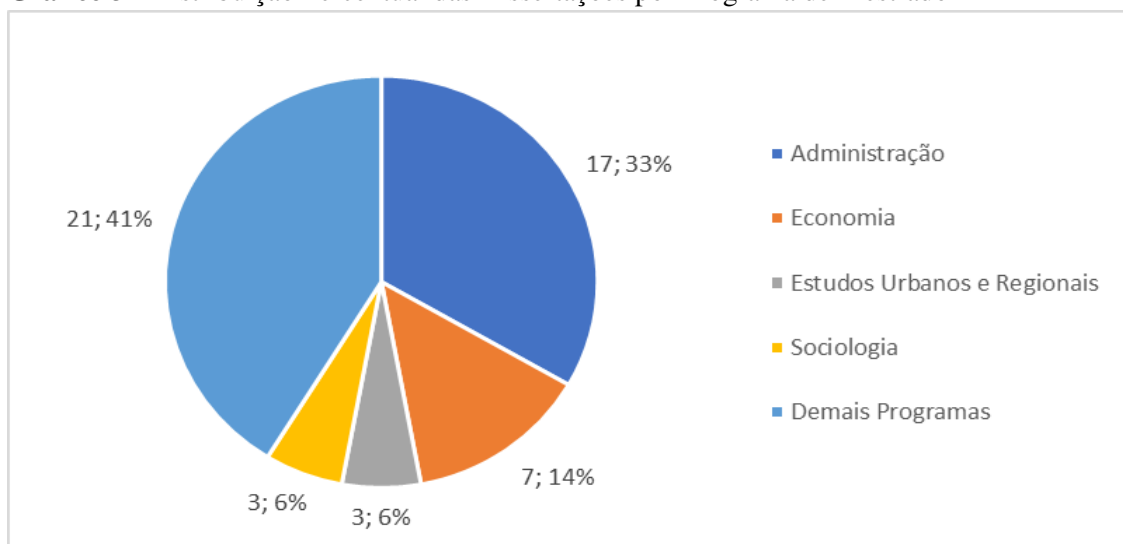
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Esta RSL acessou inúmeros repositórios científicos digitais para o mapeamento dos estudos, dentro do perfil desenhado (Gráfico 2). O maior quantitativo de trabalhos foi encontrado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo que mais da metade dos estudos foram localizados nesse repositório: 26 dissertações, 51% do total. Outra excelente fonte de pesquisa para a economia criativa é o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que salvaguarda 20 trabalhos recenseados, 39%. Ambos os repositórios são responsáveis por disponibilizar *online* 90% dos estudos-alvo desta RSL.

Gráfico 2 - Distribuição Percentual das Dissertações por Repositório

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Outro aspecto de análise sistematizado nesta RSL corresponde aos mestrados em que essas dissertações foram empreendidas. Foram 27 programas de mestrado diferentes, com destaque para o de Administração, detentor de 17 publicações, 33% do total mapeado. O quantitativo expressivo de 41%, 21 pesquisas, está distribuído entre os vários programas, a citar: Educação, Direito, Design, Empreendedorismo e Gestão da Inovação, Comunicação e Cultura, Turismo e Hospitalidade, Planejamento e Desenvolvimento Regional, entre outros (Gráfico 3).

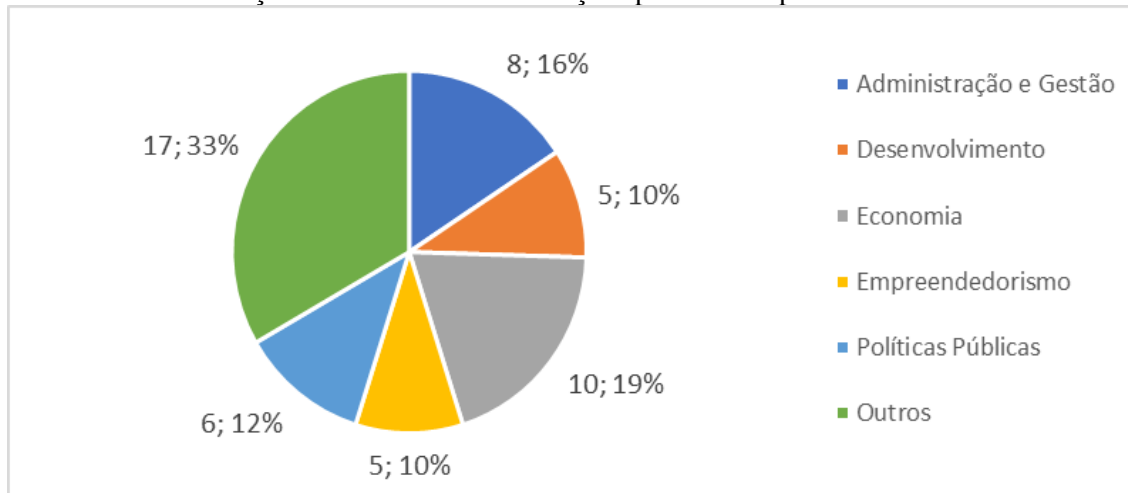
Gráfico 3 - Distribuição Percentual das Dissertações por Programa de Mestrado

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A temática da economia criativa mostrou-se interdisciplinar por natureza, sendo que esse conceito perpassou harmonicamente por 32 áreas do saber distintas, abordadas e apropriadas às pesquisas. Nota-se que a economia (20%, dez dissertações) e a administração (16%, oito dissertações) foram os eixos do conhecimento mais explorados para o empreendimento dos estudos, merecendo relevo, também, as áreas relacionadas ao

desenvolvimento econômico, local e regional, empreendedorismo, políticas públicas, entre outras (ver Gráfico 4).

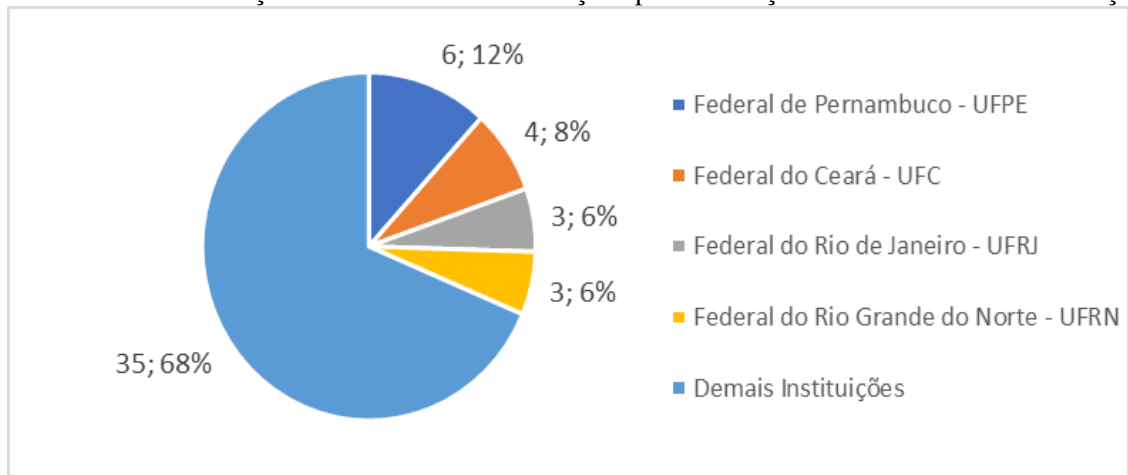
Gráfico 4 - Distribuição Percentual das Dissertações por Área Explorada



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em seguida, foram feitos o levantamento e a sistematização de outra categoria de análise: as instituições de ensino em que as dissertações foram desenvolvidas. Diante dessa seção, ressalta-se a profícua produção científica das universidades do nordeste brasileiro, que disponibilizam juntas 25% das publicações recenseadas, perfazendo 13 dissertações, com destaque para a Universidade Federal de Pernambuco (12%, seis estudos). Apesar de o Rio de Janeiro ser um grande produtor de relatórios institucionais, documentos oficiais e artigos científicos sobre economia criativa, o estado figura com participação pouco expressiva, apenas 6% do total, três estudos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição Percentual das Dissertações por Instituição de Ensino de sua Publicação



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Outro espectro observado nesta RSL foi o tipo de estudo realizado. Nesse sentido, verificou-se um número diversificado de metodologias. Inicialmente, 24 dissertações (47%) utilizaram o estudo de caso como opção metodológica e 18 delas (35%) foram pesquisas exploratórias. A última categoria analisada diz respeito aos instrumentos mais utilizados pelos autores. Constatou-se que os principais instrumentos para coleta de dados empregados foram (Tabela 1): entrevista (57%, 29 dissertações), levantamento bibliográfico (35%, 18 dissertações), levantamento documental (29%, 15 dissertações) e observação (24%, 12 dissertações).

Tabela 1 - Instrumentos mais utilizados nas Dissertações Analisadas

INSTRUMENTO	FREQUÊNCIA	% PERCENTUAL
<i>Entrevista</i>	29	57%
Questionário	5	10%
<i>Levantamento Bibliográfico</i>	18	35%
<i>Levantamento Documental</i>	15	29%
Formulário	1	2%
Grupo Focal	2	4%
<i>Observação</i>	12	24%
Registro Fotográfico	1	2%
Triangulação Concomitante de Creswell e Clark, Método de Sistema de Capitais	1	2%
Carland Entrepreneurship Index – CEI	1	2%
Coefficiente de Correlação de Pearson e Análise de Clusters	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os estudos aqui mapeados, quase que em sua totalidade, pesquisaram esse novo paradigma na prática real, medindo e analisando seu desempenho, bem como percebendo o potencial de sua aplicabilidade e aferindo resultados oriundos de sua atividade dinâmica. A intenção é a de análise do potencial que é atribuído a essa nova ordem. Esses estudos expuseram de forma coerente e científica os frutos de pesquisas realizadas *in loco*, alusivas ao desenvolvimento regional, empreendedorismo, edificação de cidades criativas, desenho de indicadores para a medição de aspectos subjetivos e inerentes ao novo molde econômico e social, sobre o qual a economia criativa prega, e elaboração de políticas públicas que devem emergir para estimular essa nova ordem.

Apesar da diversidade de abordagens, instrumentos, regiões geográficas e instituições de ensino em que as pesquisas foram empreendidas, apenas um dos estudos direcionou esforços para submeter tal conceito à crítica. Entende-se que testar verdades e conceitos é vital para o desenvolvimento da ciência e para evolução do conhecimento. Na pesquisa acadêmica sobre economia criativa, identifica-se uma lacuna que pode ser preenchida

por estudos que busquem validar as benesses que esse novo paradigma se propõe a viabilizar, principalmente através da submissão de suas bases conceituais e práticas à prova e à falseabilidade. Urge, ainda, a necessidade do desenvolvimento de estudos de cunho primordialmente teórico, que auxilie na solidificação desse conceito por meio da sistematização dos estudos empreendidos até a presente data.

Merece também destaque a queda de desempenho na produção de dissertações em 2016 (44% quando comparada a produção do ano de 2015), já que o conceito de economia criativa, apesar de emergente, já estava conhecido e em processo de pesquisas científicas no universo acadêmico desde 2008, com forte maturação e expressão entre 2014 e 2015. Aqui surge outro hiato que requer estudos que expliquem essa queda de produtividade. Algumas questões de investigação podem ser suscitadas, tais como:

- a. Por que a iniciativa do governo federal, que tratou da criação de um plano de gestão da economia criativa, não surtiu o impacto a que se propunha no meio acadêmico, empresarial e na sociedade?
- b. Não foram motivadas e aferidas as mudanças socioeconômicas e culturais resultantes da valorização da nova economia na sociedade brasileira?
- c. Quais as principais restrições e barreiras operacionais para o estudo e implementação da economia criativa?
- d. Os pesquisadores e estudiosos do tema estão obtendo suporte acadêmico e financeiro para a continuação das pesquisas?
- e. O conceito incipiente de economia criativa foi devidamente abordado e investigado respeitando a requerida integração ao conceito de Sustentabilidade e suas dimensões?

Esse tema está longe de ser esgotado e precisa ser cada vez mais desmistificado devido à sua importância global. A relevância da temática é latente, demandando que determinados *gaps* nas abordagens sejam equacionados e sua integração conceitual e interdisciplinar com outras áreas do saber humano seja empreendida maciça e efetivamente na academia.

A partir dessa motivação, este ensaio estabeleceu, de forma explícita na próxima seção, a correlação do arcabouço teórico concernente a economia criativa, aqui disposto, com a sustentabilidade, com particular atenção a sua dimensão ambiental. Comenta-se, por fim, que esta proposta foi validada após realização desta RSL, a qual não mapeou dissertações que

tenham correlacionado esses hemisférios do saber. Estima-se contribuir com o delineamento de novos horizontes e combinações conceituais inovadoras sobre esse paradigma e suas potencialidades para oportunizar a factibilidade do viver sustentável.

3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A ECONOMIA CRIATIVA

Em alusão à possibilidade latente de correlação harmônica e dinâmica entre o universo da sustentabilidade e o da economia criativa, Deheinzelin (2008, p. 12) institui que, ao lidar com recursos abundantes, a nova economia “[...] é estratégica para a sustentabilidade do planeta e de nossa espécie [...]”.

Entretanto, por não se tratar de um conceito disposto exclusivamente em âmbito econômico, mas que perpassa transversalmente as quatro dimensões ligadas à sustentabilidade (econômico, social, ambiental e cultural), constitui-se em um paradigma que fomenta a união e o progresso social, detentor de um poder que torna o desenvolvimento e a autonomia mundial factíveis. A autora decreta que a economia dos intangíveis proporciona a habilidade de reformatação das bases estruturais das sociedades, reformulando uma nova história, mais abundante e cheia de vida.

A construção teórica que se segue preocupou-se em apresentar os conceitos, contradições e impactos relacionados à sustentabilidade, com enfoque na ambiental, bem como promover o seu entrelaçamento teórico e interdisciplinar com os eixos que norteiam e fundamentam a economia criativa. A intenção fundamental foi apresentar e consolidar as possibilidades de a sustentabilidade se aliar à nova economia, tornando-se factível e, sobretudo, estimulando e concebendo a edificação de uma cultura da sustentabilidade ambiental.

Releva-se que o conceito de sustentabilidade da presente investigação está fundamentado na baliza ideológica da concepção conceitual erigida por Gadotti (2008), o qual promove o desmembramento da sustentabilidade em dois vetores: um deles alusivo à natureza e o outro referente à sociedade. O primeiro eixo supradito, o concernente à natureza, preocupa-se com os ecossistemas e recursos naturais. Reflete criticamente acerca da utilização e exploração da base tangível do processo de desenvolvimento da economia e da capacidade – ou incapacidade – do ambiente natural sustentar a prática humana consumista e ambientalmente agressora. O vetor atinente à sociedade direciona esforços em ponderar a respeito da posição e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento, assim como reportar os retornos sociais desse regime e analisar a construção da cidadania, a manutenção e valorização das identidades, da diversidade e das especificidades culturais (GADOTTI, 2008).

3.1 O Paradigma da Sustentabilidade: conceitos, problematização e impactos

Estruturado a partir do viés ecológico, frente a um modelo de crescimento econômico calcado no lucro a qualquer custo, o conceito de Sustentabilidade evoluiu para uma concepção mais coerente com a atualidade, incorporando à sua fundamentação aspectos relacionados com as necessidades sociais, com a vida. Sua notoriedade global e unificação conceitual emergiram após a Assembleia Geral da ONU ter criado a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que cunhou no relatório *Brundtland* a Sustentabilidade como modelo capaz de atender “[...] às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades [...]” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

John Elkington, cofundador da organização não governamental internacional *SustainAbility*, traduziu esse conceito para o mundo empresarial ao conceber, no ano de 1999, a *Triple Bottom Line: Economic Prosperity, Environmental Protection e Social Equity*, que auxilia empresas a mesclarem, de forma eficiente, três aspectos básicos da Sustentabilidade: prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente em suas operações.

A sustentabilidade, conforme versa Costanza (1992), é a habilidade que detém o sistema⁸ de manter a organização e o vigor de sua estrutura no decorrer cronológico, bem como seu potencial de resiliência⁹ quando submetido à pressão e intervenções externas. Norton (1992) dispõe que a sustentabilidade é uma relação entre sistemas econômicos e ecológicos dinâmicos, estes últimos, por serem maiores, alteram-se significativamente de forma mais vagarosa, de modo que a vida pode se conservar incessantemente. Pode, também, ser entendida, mediante teorização do autor citado, como uma relação na qual as implicações das manifestações

⁸ O ambiente natural opera como um sistema aberto, que não é autossuficiente e devido a isso recebe constantes insumos e energias do ambiente externo (*inputs*), que são processados e transformados em produtos (*outputs*). Vale relevar que os sistemas abertos não estão restritos a trabalhar apenas em função desses três eixos citados, estão submetidos ao processo entrópico, que se impõe a cada ser vivo e, também, as atividades econômicas por meio da obtenção de insumos que garantam a manutenção do sistema, que quando executado de forma desordenada contribui para o desgaste da sobrevivência dos recursos do ambiente natural, núcleo principal de extração. Outro processo que merece destaque é a homeostase, classificada como um conjunto de entes autorreguladores dos sistemas abertos que permitem a manutenção do seu estado de equilíbrio. O excesso de energia entrópica desestrutura as bases de harmonização do sistema aberto, norteando-o a um novo equilíbrio ou para sua falência, deterioração.

Esta construção é relevante, pois, os sistemas abertos naturais apesar de não se configurarem autossuficientes, são autossustentáveis e se desfazem à medida que os sistemas econômicos e a materialização das ações e comportamentos humanos interferem danosa e desmedidamente no ambiente natural a qual estão inseridos.

⁹ Associado em interação primária à capacidade de resiliência, emprega-se o conceito de Capacidade de Suporte. Enquanto este faz menção ao volume e intensidade de influências que um ecossistema suporta sem que haja comprometimento dos direitos de desfrute dos recursos pelas gerações humanas e/ou naturais futuras; aquele diz respeito a capacidade de revivificação desses ecossistemas.

humanas, individuais ou coletivas, perseveram dentro das fronteiras que não desestabilizam e ceifam a saúde e a integridade de sistemas em estado de homeostase que fornecem o contexto ambiental para essas manifestações.

Há inúmeros acontecimentos científicos e políticos que contribuíram historicamente para fundamentação, consolidação e evolução da teoria concernente à sustentabilidade. A sistematização desses eventos é adaptada e registrada abaixo (Quadro 1) para melhor visão, análise e compreensão das ações empreendidas globalmente e que resultaram na contemporânea concepção conceitual e prática de sustentabilidade.

Quadro 1 - Sistematização dos acontecimentos históricos

ANO	ACONTECIMENTO HISTÓRICO
1965	Criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1971	Reunião preparatória para a Conferência de Estocolmo, realizada em Founex, Suíça, reconhecida como decisiva para incorporar os países em desenvolvimento no debate ambiental global.
1972	Publicação do relatório do Clube de Roma sobre riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais.
	Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia. O conceito de Ecodesenvolvimento é considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.
	Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA
1980	Surge a noção de ecologia profunda, que coloca o homem como o componente do sistema ambiental holístico e unificado.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (Nosso Futuro Comum) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial, base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização, integração entre campo e cidades menores, e satisfação das necessidades básicas.
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou “Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial”, definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem no ambiente.

ANO	ACONTECIMENTO HISTÓRICO
1992	Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), na qual foram elaboradas a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21.
1997	É discutido e negociado em Quioto, no Japão, o Protocolo que propôs um calendário pelo qual os países membros teriam obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.
2002	Aconteceu, em Johannesburgo, a conferência mundial denominada Rio+dez, onde se instituiu a iniciativa “ <i>Business Action for Sustainable Development</i> ”.
2006	O documentário “Uma verdade inconveniente”, de Davis Guggenheim, sobre a militância política de Al Gore, cuja mensagem principal “ <i>become carbon neutral</i> ” se colocou como um novo paradigma planetário.
2009	Realizou-se, em Copenhague, a 15ª Conferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas, evento que reuniu 25 Chefes de Estado.
2012	Realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) na cidade do Rio de Janeiro, a qual discutiu a renovação do compromisso político com o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: adaptado de Feitosa (2016)

A edificação conceitual acerca da sustentabilidade tem evoluído significativamente, porém a sua multiplicidade e dificuldade de implementação adequada ainda não possibilitam prognosticar a estabilidade dos processos envolvidos. Segundo Feitosa (2016, p. 48), há “[...] duas razões fundamentais: o conhecimento incipiente e as dificuldades de coordenação e controle das ações planejadas, muitas vezes devido à sua origem externa e sua imprevisibilidade [...]”.

A economia criativa tem por imperativo conceitual a mesma incipiência citada pelo autor, refletida, também, em complexidade de coordenação unificada das suas atividades em nível local e/ou regional, as quais podem ser replicadas globalmente e no estabelecimento de critérios objetivos, que estejam integrados à mensuração de resultados advindos da criatividade. Apesar disso, como propõe esta dissertação, os conceitos, ainda que estejam em processo de consolidação, já possuem seus alicerces teóricos bem definidos e estruturados, devendo ser empregados e associados de forma harmônica e integrada, a fim de viabilizarem-se mutuamente, já que cada uma das dimensões da sustentabilidade pode encontrar estrategicamente na economia criativa recursos para sua viabilização.

Identifica-se que a sociedade civil, o poder público, as organizações e as empresas praticam o desenvolvimento sustentável, mesmo que seja preciso fazer mais. Apropriando-se da obra de Sachs (1998) em Montibeller Filho (2001, p. 46-47) e Mendes (2009, p. 51-56), nota-se a ampliação de horizontes quanto a essas dimensões da Sustentabilidade, a citar: social, econômica, ecológica, espacial/geográfica, cultural, política e psicológica. Vale destacar que tais dimensões atuam de forma dinâmica e, sobretudo, indissociável. Então, quanto à indissociabilidade dessas dimensões, Acsehrad e Leroy (1999, p. 48) versam que:

O objetivo da sobrevivência ambiental tem que estar profundamente articulado com outros objetivos, entre eles a equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana.

Essa concepção pluridimensional coloca a Sustentabilidade diretamente relacionada e responsável pelos aspectos mais fundamentais do viver humano atual e futuro. A Sustentabilidade materializa em suas dimensões todas as ações do homem, assim como suas consequências positivas e negativas, as quais irão refletir diretamente no planeta. Quando empreendimentos humanos diversificados consideram, por exemplo, a manutenção da integridade ecológica; o exercício do poder público em seu papel regulador mediante aplicação da legislação ambiental; as desigualdades e exclusões sociais; os aspectos imateriais da identidade e diversidade locais e regionais; e os meios produtivos de desenvolvimento econômico justos, ecologicamente limpos e socialmente igualitários, a Sustentabilidade está sendo concebida como a percepção lógica da dinâmica das condições reais do viver social, como o fundamento mais essencial da qualidade de vida local, regional, nacional e mundial. Nesse sentido, fala-se, concisamente, em Viver Sustentável.

Corroborando, Gadotti (2008, p. 75) afirma que a Sustentabilidade “[...] é um sonho de bem viver [...]”. O autor complementa sua conceituação ao destacar que o referido termo é o equilíbrio dinâmico entre todos e todos com a natureza, a harmonia entre os diferentes. Ele também deixa claro que a Vida Sustentável é “um modo de vida de bem-estar e de bem viver para todos, em harmonia (equilíbrio dinâmico) com o meio ambiente: um modo de vida justo, produtivo e sustentável”.

Em sintonia, a Economia Criativa, segundo Deheinzelin (2008, p. 12), “[...] é estratégica para a sustentabilidade do planeta e de nossa espécie [...]”. A autora destaca que essa nova economia extrapola a dimensão econômica, apesar de imprescindível, constituindo-se em fator de mudança, interação e organização social. A Economia Criativa tem o poder de interferir ativa e simultaneamente em todas as dimensões da Sustentabilidade já mencionadas.

Na dimensão econômica da Sustentabilidade, a Economia Criativa pode promover uma revolução nas bases estruturais do modelo atual de capitalismo, em particular ao se apropriar de recursos intangíveis no processo produtivo. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2012, p. 10) estabeleceu que “[...] economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico [...]”. Dito isso, entende-se, a partir da ótica das dimensões Cultural e Social, que ela pode estimular a geração de empregos e renda, e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social e desenvolvimento humano. Outrossim, proporciona valor, visibilidade e ampliação da diversidade cultural na área em que está inserida e em atuação dinâmica.

A necessidade de aplicação da Economia Criativa e fomento de empreendimentos que possuam modelos de negócios inovadores e criativos no contexto maranhense, especificamente relacionado à exploração do babaçu como ativo econômico, é evidenciada no relato de Pensa (2000, p. 17):

Produtos oriundos do sudeste asiático, com preços extremamente competitivos, iniciaram uma forte concorrência no mercado brasileiro, restringindo ainda mais a demanda por óleo de babaçu. O resultado deste processo foi a falência de várias esmagadoras, com a redução significativa do parque industrial de óleos maranhense.

Essa nova concepção de mundo, despertada pela Economia Criativa, tem relevância mais nítida no contexto maranhense, tendo em vista os impactos ambientais que a exploração econômica do babaçu pode acarretar. A manutenção dessa cobertura florestal garante o pleno funcionamento do ecossistema relacionado à conservação da biodiversidade, à proteção dos recursos hídricos, ao equilíbrio do clima regional, ao armazenamento de carbono e aos benefícios recepionais. Em nível social, favorece o desenvolvimento das comunidades que sobrevivem a partir do extrativismo do babaçu, e promove o empoderamento dos agentes fundamentais dessa extração, as quebradeiras de coco.

Empreendimentos concebidos a partir da criatividade, cultura e conhecimento, e que personificam em seus modelos de negócios os princípios descritos, constituem as modalidades de empreendedorismo cultural e criativo. Quanto ao empreendedorismo cultural, esse conceito surge na década de 1980, no artigo de Paul Dimaggio (1982), que discute o papel do empreendedor na formação e sustentação de organizações culturais sem fins lucrativos (orquestras, museus de arte, teatros, etc.), com atuação explicitamente multifacetada dessa modalidade de empreendedorismo. Ou seja, as manifestações culturais são absorvidas como recursos a serem geridos rumo ao progresso social, econômico e ambiental das sociedades.

O advento dessa nova ordem desperta a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem obter resultados efetivos desse potencial desenvolvimento sociocultural. Pode-se apontar que o surgimento de novos produtos e serviços, insumos antes inexplorados, nichos de mercado recém descobertos e imperativos meios de produção e distribuição, demandam capacidades específicas de gerir esse novo contexto econômico e cultural. Logo, mediar interesses e conquistar resultados financeiros, sem abandonar o caráter existencial arraigado à cultura, são ações que estão em conformidade com o pleno respeito pelo ambiente natural.

Tanto o empreendedorismo cultural quanto o criativo, sobretudo o sustentável, apresentam-se como ferramentas de transformação socioambiental, especialmente através da difusão de negócios realmente alinhados à sustentabilidade. A geração de impactos significativamente positivos nas dimensões social, cultural e ambiental passa a ser a razão de existir desses novos empreendimentos, que encaram a lucratividade e a rentabilidade como consequências desse processo e, principalmente, como mecanismos dispostos de modo a oportunizar efetivamente valor social e proteção ao ambiente natural, não mais configurando seu foco irrestrito.

Emergiram questionamentos sobre as principais terminologias da sustentabilidade, além de críticas às suas possibilidades reais de aplicação e interação harmônica. No que tange aos conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, Leroy *et al.* (2002, p. 18) assinalaram que estes eram “[...] frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor sua vontade ao conjunto da humanidade [...]”. Percebe-se, ainda, uma sustentabilidade como expressão de poucos, focada na apropriação material e prisioneira do modelo capitalista industrial e financeiro.

A dimensão político-democrática configura-se como um dos principais entraves operacionais à aplicabilidade da Sustentabilidade. Frey (2001, p. 116) alerta para a “[...] carência de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática [...]” e reforça que essa dimensão representa um dos mais relevantes fatores limitantes da implementação do Viver Sustentável. Reside, nesse eixo, a possibilidade de estabelecer uma relação sinérgica entre sociedade civil organizada e poder público na governança local, gerando um processo mútuo de experiências e aprendizagem. Jacobi (2003, p. 195) salienta a necessidade de:

[...] delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes.

Ainda sobre as controvérsias conceituais acerca das reais possibilidades de inserir prudência ecológica nos mecanismos de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, Cavalcanti (1998, p.156) argumenta que “[...] este crescimento, sob as formas em que é compreendido, conduz sempre a algum tipo de agressão contra o meio ambiente [...]”. Mediante a apropriação das deliberações do expoente supracitado, o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se incompatível se interpretado sob a forma da conduta e ações humanas, que têm por foco a ambição da acumulação contínua de matéria e de capital, e o aproveitamento e exploração ambiental nos processos produtivos industriais, como insumos primordiais. Estes, por conseguinte, acarretam no esgotamento de recursos naturais não renováveis.

Feitosa (2016, p. 49) estabelece as principais restrições operacionais da Sustentabilidade Ambiental, elencando-as como “[...] a falta de conhecimento adequado das variáveis ambientais intervenientes, a disponibilidade de recursos materiais e humanos adequados e qualificados e o controle da dinâmica da variável tempo [...]”.

3.1.1. Sustentabilidade Ambiental: reflexões, desafios e limites

Os primeiros grupos humanos, praticamente indistinguíveis dos demais animais devido ao intelecto com restrito desenvolvimento e a inabilidade de organização do espaço, conduziam suas percepções e esforços na busca restrita à sobrevivência. Viviam circunscritos na preocupação pautada na conquista de nutrição e proteção física individuais, resignados às intempéries ambientais e assolados pela competição direta com outras espécies animais dispostas nos ambientes, quando, então, rudimentarmente lograram as primeiras estratégias de estruturação social (ROUSSEAU, 2005).

A organização e a representação do recorte geográfico no qual os grupos sociais pioneiros estavam inseridos e atuantes, fatores oportunizados pelo desenvolvimento elementar da intelectualidade do homem, materializaram-se, a princípio, consoante Feitosa (2016), através de atividades permeadas pela racionalidade ambiental e que cooperavam com o equilíbrio do ambiente natural. Entretanto, o crescimento contínuo das sociedades, percebido historicamente no processo civilizatório, apresentou-se alicerçado na deficiente consciência dos impactos destrutivos que a exploração irracional de recursos e o descarte inadequado de resíduos implicariam na manutenção desse equilíbrio.

O cenário exposto ganhou solidez com a propagação e padronização desse modelo ambientalmente predatório, sobretudo a partir do final do século XVIII, frente a apropriação de

técnicas advindas da Revolução Industrial. Instaurou-se a cultura do desperdício de insumos oriundos da natureza e do comportamento e postura sociais distantes dos princípios sustentáveis, vislumbrados como nocivos no momento em que homem teve ciência da finitude desse patrimônio (FEITOSA, 2016).

Inicialmente, as primeiras análises que intencionavam confrontar os problemas ambientais, despontavam do juízo individual de estudiosos, com pouca expressão coletiva à temática, que conduziam as abordagens de suas reflexões e postulações no sentido da retirada dos insumos que subsidiavam os processos produtivos. Feitosa (2016) relata que a partir de tais ponderações emergiram as primeiras reuniões setoriais e eventos científicos em nível local e regional, para debater à crise ambiental, os quais logo evoluíram para a escala global.

Na atualidade, o aquecimento global e suas conseqüentes implicações climáticas, a poluição e o esgotamento de recursos naturais são temáticas bastante alarmantes. Contudo, esses temas não são novos. Como já foi mencionado, alertas inquietantes foram disparados por estudiosos e ambientalistas desde os anos de 1960, quando o crescimento econômico se projetava fortemente e consolidava-se como agente de degradação ambiental.

Uma das primeiras preocupações, no âmbito individual, com os desequilíbrios ocasionados pela ação inconsequente e predatória do homem sobre a natureza surgiu com a obra “*Man and Nature*”, de Georges Perkins Marsh (1864), uma das publicações inaugurais que trata dos efeitos das ações humanas sobre a natureza, fato que ajudou a motivar a consciência da necessidade de conservação ambiental. Enquanto expressão da coletividade, destaca-se o relatório do Clube de Roma (1972) com inquietações declaradas sobre os limites do crescimento em relação ao consumo intensivo dos recursos naturais (FEITOSA, 2016).

Instigações e investigações acerca da interrelação desigualmente estabelecida entre o homem e o ambiente natural foram conduzidas mediante tratativas de afirmação de sua racionalidade à edificação ética direcionada ao ambiente natural. Santos (2012) caracteriza três correntes de pensamento classificadas mediante o posicionamento de valor que assumem para o homem, para os animais e para o conjunto dos componentes da natureza, a citar, respectivamente: o antropocentrismo, o zoocentrismo e o biocentrismo.

A ciência que contemporaneamente oportuniza os aprazimentos, originalmente foi instrumento de afirmação e validação da racionalidade do homem moderno, autodeclarado “senhor” da natureza e dos demais seres vivos. Essa concepção que posiciona o homem no centro da criação é o antropocentrismo, que, consoante Santos (2012, p. 40), embasa essa posição privilegiada no universo por se tratar do “[...] o único animal racional, por ter a consciência de sua própria condição [...]”. Em contrapartida, resguardando o direito a proteção

que cada ser vivo deve usufruir indistintamente, o zoocentrismo posiciona o homem como um animal dentre e interação com os demais.

A compreensão da natureza em seu sentido holístico, legitimando a proteção do ambiente natural em respeito ao sistema ambiental integralmente é tese concebida e defendida pelos seguidores do biocentrismo. Apesar de ser o modelo incorporado à legislação ambiental nacional vigente, Becker (2012) evidencia a insuficiente relevância dispensada a esse modelo de dimensionamento do comportamento humano.

Nota-se, com o exposto, que as inquietações do homem com a problemática ambiental despontam de si mesmo, porquanto adquire clareza e consciência dos desequilíbrios naturais resultantes de sua ação enquanto ente inerente à natureza, que colocam, sutil ou calamitosamente, em falência sua condição de sobrevivência. O foco está em si e para si, ainda qualificado pela percepção da insustentabilidade sem intervenção consciente para seu equacionamento.

Com a emergência e consolidação do sistema fordista¹⁰, em 1914, particularizado pelo processo global de produção e de consumo em massa, emergiu uma inquietação com as questões ambientais, impactadas negativamente por tal contexto em sua capacidade de suporte e resiliência, já que os recursos não renováveis, oriundos do ambiente natural, são vislumbrados e estabelecidos como fonte primordial de matérias-primas. Estas, por sua vez, destinavam-se à alimentação desse mecanismo baseado no aumento contínuo da produtividade industrial e no estímulo à aquisição material incontida. Fatores como a industrialização, concentração espacial, modernização agrícola, crescimento populacional e urbanização, consequências diretas desse cenário instaurado, constituíram pontos fundamentais de pressão e de conscientização humana sobre a problemática ambiental em nível planetário.

Após inúmeros fóruns mundiais, que resultaram em aparente conscientização e em políticas e documentos de preservação do patrimônio ambiental, o mundo estava se mobilizando em direção à unificação da causa socioambiental, com o objetivo de evitar um colapso. Porém, os desafios ainda não foram solucionados e a Vida Sustentável permanece presa no plano conceitual. Feitosa (2016, p. 46) valida esse quadro ao afirmar que:

¹⁰ O sistema fordista de produção é concebido como um novo mecanismo de estruturação da produção e de organização do trabalho. Henry Ford, criador do fordismo, apregoava a confecção de automóveis mediante o máximo de produtividade e ao menor custo possível, de modo que o consumo em massa fosse viabilizado, valendo-se, para isso, da linha de montagem em série. Apropriando-se do modelo de Administração Científica vigente à época, o fordismo ancorou-se em cinco eixos de transformação: produção em massa; racionalização das tarefas dos operários; instituição da linha de montagem; padronização de componentes alocados para o sistema produtivo; e automatização do sistema produtivo.

O conceito de Sustentabilidade foi concebido sob a perspectiva da atenuação dos efeitos da crise da natureza, enquanto fonte da totalidade dos recursos utilizados direta e indiretamente pelo homem, antevista pela ruptura de seu equilíbrio em parte pela superexploração e também pela gestão inadequada dos resíduos, mas ainda não se traduziu em resultados condizentes com a expectativa da motivação.

Diante do exposto, faz-se oportuna uma análise crítica sobre as potencialidades e os principais limitadores operacionais da sustentabilidade na sociedade contemporânea. Inúmeros são os pontos de reflexão. Uma visão crítica da sociedade capitalista é apresentada pelo eixo ecomarxista da economia ambiental. Autores dessa vertente destacam a necessidade de reflexão acerca das relações de poder e dos conflitos de interesses entre atores relevantes do processo de formulação, e, sobretudo, de execução da legislação ambiental. Os ecomarxistas, para Montibeller Filho (2001, p. 86), “[...] analisam o papel dos custos sociais, como soa ser o desgaste do meio ambiente sem a compensação por parte das empresas, como essenciais para a acumulação do capital, do que decorre a impossibilidade de efetivamente elimina-los [...]”.

O presságio da crise está presente em uma vasta gama de estudos, dentre os quais merecem relevo as pesquisas de Carson (1969) e de Meadows *et al.* (1973). Esses trabalhos científicos argumentam a negação da visão unilateral do economicismo¹¹ e do desenvolvimentismo¹² (MONTIBELLER FILHO, 2001). Leff (2009) aponta que é relevante assinalar que o assentamento de muitos estudos foi fundamentado nesse pioneirismo de criticar o reducionismo econômico e de defender o crescimento e desenvolvimento da economia orientados pelo acatamento do respeito à ecologia, nomeado como ecodesenvolvimento.

Montibeller Filho (2001) declara a emergência do movimento ambientalista, o qual tem o poder de impor à ciência e à economia um novo posicionamento diante do desenvolvimento sustentável. Ainda em consonância com Montibeller Filho (2001, p. 24), ambientalismo é um movimento social destinado às questões da natureza, constituindo-se no “[...] conjunto de ações teóricas e práticas visando a preservação do meio ambiente [...] [este, em sentido restrito, refere-se aos] [...] aspectos físicos e da natureza que interagem com o humano [...]”. Esta dissertação incorpora o conceito amplo de meio ambiente, isto é, aquele composto por elementos físicos, humanos, sociais, biológicos e químicos que envolvem seres ou objetos.

No Maranhão, território geográfico onde esta pesquisa foi desenvolvida, as consequências das transformações na estrutura agrária maranhense, que concentrou as

¹¹ Trata-se de uma visão unilateral da realidade que tem por perspectiva exclusiva a produção e a produtividade econômica.

¹² Terminologia que tem por objetivo qualificar pejorativamente políticas públicas destinadas ao fomento e implementação do desenvolvimento, concebidas unicamente a partir da preocupação com o crescimento da economia, mesmo que em detrimento de aspectos ambientais, sociais e culturais.

propriedades de terra nas mãos de grupos seletos de grandes fazendeiros, de agrupamentos empresariais e do Estado, definiram outras formas de utilização das terras e recursos naturais. Essas transformações dificultaram a reprodução das famílias moradoras das grandes propriedades, ou ocupantes de áreas devolutas, ameaçando, também, a perenidade das atividades comerciais e industriais relativas ao babaçu (MAY, 1990).

As ações praticadas por determinados grupos humanos no ambiente natural, em espaços e tempos específicos, correspondem à Cultura desse fragmento da humanidade, tipificada e qualificada por todas as representações individuais e coletivas que exprimem conhecimento e saberes tradicionais, comportamentos e ações, modelos mentais e de interação social, costumes, valores e crenças.

3.2 Sustentabilidade e Empreendedorismo

A emergência da economia criativa demanda a criação de mecanismos e modelos inovadores de gestão de negócios e oportunidades, os quais possibilitam extrair resultados cada vez mais efetivos do potencial desenvolvimento sociocultural e oportunizado por esse ordenamento econômico. Construindo-se de outra forma, aponta-se que o surgimento de produtos e serviços diferenciados e com maior valor agregado (a partir da apropriação dos intangíveis nos processos produtivos), insumos antes inexplorados, nichos de mercado recém descobertos e novos imperativos de produção e distribuição urge por habilidades específicas para: (a) administrar essa conjuntura econômica e cultural em ascensão; (b) mediar interesses; e (c) conquistar resultados financeiros, respeitando o caráter existencial e transversal inerente à cultura, e, sobretudo, fomentando e proporcionando equidade social e proteção ambiental.

Designa-se, com efeito, o empreendedorismo sustentável como dispositivo para dinamização da economia e propagação de negócios contemporâneos, cujo potencial é incorporar conceitos de sustentabilidade à sua concepção, missão, visão e valores norteadores de seu posicionamento no mercado.

Tradicionalmente, conforme dispõem Shane e Venkataraman (2000), o empreendedorismo é considerado por inúmeros estudiosos como componente imprescindível à dinâmica do desenvolvimento econômico. A formulação e o aprimoramento do alicerce conceitual concernente à temática foram concebidos pelos economistas, atribuindo-se a Joseph A. Schumpeter (1934) a vanguarda em torno da sua apreciação teórica. O referido expoente científico dispõe que o empreendedor é um agente fundamental na ativação do processo de inovar, operando como catalizador do crescimento da economia. Nesse prisma, o empreendedor

tem a habilidade de proceder eficientemente combinações excepcionais e, até mesmo, inusitadas, dos mais diversos recursos, operacionalizando-as na criação de empresas, produtos e/ou serviços, gerando, por consequência, valor econômico expressivo.

Entretanto, a visão que restringe a amplitude de atuação e influência do empreendedorismo meramente à esfera econômica, postula-se, contemporaneamente, como restritiva de representatividade na sociedade. Seu papel social pode perpassar transversalmente as demais dimensões da sustentabilidade (a citar: econômica, cultural e ambiental), sobretudo através da criação de empregos, melhoramento da qualidade de vida e transformação (BHIDÉ, 2000), além do poder de identificar, viabilizar e implementar mecanismos de proteção ambiental e prosperidade social justa (DELGADO *et al.*, 2008).

Diante desse cenário, pode-se conjecturar que o empreendedorismo é digno de ser posicionado socialmente e estudado academicamente mediante uma ótica ampla, enquanto instrumento de transformação e factibilidade do conceito de sustentabilidade. Os empreendedores podem ter interesses e motivações incitados por princípios que rompem as fronteiras da orientação, condicionada exclusivamente à lucratividade – a qual é, geralmente, oriunda de processos ecologicamente predatórios e do estímulo ao consumismo desenfreado –, incorporando, na edificação de novos negócios, produtos e serviços, um conjunto de valores de cunho essencialmente cultural, social e/ou ambiental.

No que tange à esfera cultural, o empreendedor cultural é o profissional capaz de mapear oportunidades de negócios no âmbito da cultura, promovendo sua incorporação como recurso econômico, rentabilizando financeiramente e gerando valor econômico. São os articuladores das indústrias culturais, diferindo-se dos artistas (detentores da capacidade criativa, sem os quais não existiriam empresas culturais) e produtores culturais em alguns aspectos, tais como: (a) é o agente que vislumbra o potencial de mercado de ideias e oportunidades, materializando-as em organizações rentáveis; (b) assume integralmente os riscos e os ônus inerentes ao processo de concepção de negócios; (c) é responsável por captar, mobilizar e potencializar recursos; (d) cabe a ele formular estratégias para o progresso e posicionamento do negócio; e (e) é o elo que realiza a mediação entre os interesses dos produtores, dos artistas, do mercado consumidor, do Estado, da sociedade civil organizada e dos empresários e investidores culturais.

No parágrafo acima, associou-se, em duas sentenças, a ideia de oportunidade como insumo essencial à construção, entendimento, sucesso e aplicação da atividade empreendedora. Bygrave (1997) a estabelece enquanto elemento fundamental da metodologia de concepção de novos empreendimentos, enquanto Shane e Venkataraman, (2000, p. 218) respaldam essa

postulação ao afirmarem que o empreendedorismo pode ser compreendido academicamente como a “[...] análise de como, por quem e com que efeitos, as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas [...]”.

Logo, é oportuno frisar que este ensaio posiciona “oportunidade” enquanto conceito que transcende a definição escassa, a qual delimita sua abrangência prática e teórica a qualquer exercício que requeira investimento em recursos escassos, objetivando posterior lucratividade (DRUCKER, 1985); estende-se, sobretudo, à sua amplitude de atuação com os recursos abundantes, com tipicidade intangível, cerne da economia criativa.

Florida (2002), ao estabelecer o indivíduo como centro da indústria criativa, eleva o nível de complexidade das habilidades esperadas dos empreendedores para mediação de interesses diversos, em particular no relacionamento humano e na conciliação de objetivos referentes à obtenção de lucro e satisfação existencial da classe criativa. Encontra-se, nessa dinâmica, talvez, o maior entrave operacional para o sucesso dos empreendimentos de cunho cultural.

Não raro, essa complexidade configura-se como principal conflito a ser solucionado pelos empreendedores criativos/culturais. O sociólogo Swedberg (2006), apropriando-se das postulações de Weber, corrobora ao argumentar que a geração de resultados econômicos é um fator preponderante do empreendedorismo em sua acepção tradicional, porém, isso não constitui a motivação primeira do empreendedor cultural. O autor reconhece a existência das tensões entre a dimensão econômica, que busca lucratividade, e a esfera simbólica e artística, que busca respostas existenciais, o que demanda a arquitetura de conjuntos de dispositivos e processos organizacionais criativos capazes de aproximar esses dois universos conflituosos, mas com potencial extremo de geração de riquezas e desenvolvimento.

Empreendimentos culturalmente fundamentados, quando integrados aos processos indutivos, nos quais o Estado e as instituições responsáveis pelo fomento do desenvolvimento operam como motores e catalisadores dos processos de inovação, acarretam em dinâmicas de transformação que pulverizam para além das expressões artísticas e literárias. Abarcam, também, manifestações que qualificam sociedades ou grupos sociais, tais como: (a) saberes e fazeres tradicionais; (b) representações materiais, espirituais e afetivas; e (c) conjunto de tradições, valores e crenças.

Em consequência, essa dinâmica oportuniza o reconhecimento e a valoração de comunidades de menor representatividade política e econômica, bem como a ampliação da diversidade cultural local e a inclusão social efetiva – aquela que não apenas tolera, mas urge pelas diferenças e polaridades, potencializadoras da evolução social.

O empreendedorismo social é, consoante estabelece Dees (1998), um campo de investigação que obteve sua edificação conceitual consolidada em meados da década de 1990. Uma revisão literária sobre as mais profícuas definições acerca dessa temática foi sistematizada por Mair e Marti (2006), na qual os conceitos foram segmentados em três nichos amplos de abordagem. O primeiro deles, e mais usual, faz menção ao empreendedorismo social como um conjunto de iniciativas sem fins lucrativos, que almeja identificar e estruturar estratégias ou modelos de gestão para produzir valor social efetivo. O segundo segmento vislumbra a atuação e a influência empresariais no mercado e na sociedade, posicionadas de maneira socialmente responsável. O último concebe o assunto enquanto mecanismo que visa equacionar intempéries sociais e potencializar as mudanças e a evolução da sociedade (DEES, 1998).

O empreendedorismo social pode ser concebido como aquele que integra as práticas e os procedimentos confeccionados para identificar, qualificar e explorar oportunidades com a intenção de engendrar riqueza social por meio da criação de novas organizações, ou através da gestão inovadora das existentes, ao invés da lucratividade inerente ao empreendedorismo (DEES, 2001; DAVIS, 2002).

A preocupação com os problemas ambientais e a busca por soluções para a crise ecológica instaurada também constituem eixos de motivação para a ação empreendedora. Trata-se do empreendedorismo ambiental, propalado pela demanda social ascendente por qualidade ambiental, que, de forma geral, está associado às oportunidades de mercado geradas e impulsionadas pelas inovações ecológicas (SCHALTEGGER, 2002).

Conforme Schaper (2002), três temáticas fundamentam as abordagens dispensadas ao empreendedorismo de cunho ambiental: (a) a sistematização dos traços característicos e representativos de cada uma das diversas vertentes de empreendedorismo com fins ambientais, diferenciando-os; (b) o reconhecimento das particularidades que propiciam sua evolução; e (c) a abordagem do potencial que esses empreendedores detêm para fomentar e efetivar transformações econômicas e ambientais.

A convergência interdisciplinar das abordagens dispensadas ao empreendedorismo e apresentadas até aqui, oportunizou a dilatação da sua percepção sistêmica no campo acadêmico e mercadológico, e passou, em obediência às exigências sociais contemporâneas já relevadas nesta seção, a aplicar fundamentos da teoria concernente à sustentabilidade do eixo conceitual de empreendedorismo (PARRISH, 2008). A referida justaposição resultou na construção teórica de vanguarda intitulada empreendedorismo sustentável ou empreendedorismo orientado para o desenvolvimento sustentável.

O empreendedorismo sustentável contempla o desenvolvimento sustentável, alocando esforços para a geração de valor em todas as suas dimensões (econômica, social, cultural e ambiental). Esse modelo inovador e sustentável de empreender tem por processo identificar, criar e explorar oportunidades de negócio que percorram, através do desenvolvimento econômico, e não apenas pelo crescimento da economia, a via de equacionamento da insustentabilidade.

Parrish (2008) promoveu a integração do empreendedorismo ao conceito de desenvolvimento sustentável, considerando que este expressivamente incorpora dimensões tanto sociais quanto ambientais à concepção e à expansão de organizações. Sua finalidade é o alcance de lucratividade tanto quanto de manutenção da vida humana global.

A partir do autor supracitado, depreende-se que o empreendedorismo sustentável é um processo de criação de novos negócios que, em suas relações ecológicas e sociais, culminam em sua preservação e desenvolvimento. Parrish (2008) dispõe que, no momento em que o objetivo de constituição do valor econômico de um empreendimento é reduzido, o potencial de colaboração para o desenvolvimento sustentável intensifica. Gibbs (2007) corrobora ao argumentar que essa metodologia inovadora de gestão releva, em seu cerne, o rompimento do modelo tradicional e estabelece que negócios são criados exclusivamente para gerar lucro.

Cohen e Winn (2007) reconhecem que os privilégios sociais resultam de ações no ambiente natural (a insustentabilidade no plano ecológico sempre causará um problema na esfera social), de intervenções na economia e de repercussão benéfica do empreendedorismo na qualidade de vida de uma comunidade. Desse modo, os autores promovem didaticamente a integração conceitual entre os aspectos da sustentabilidade e o empreendedorismo.

Diante das infindáveis oportunidades viabilizadas e catalisadas pela economia criativa – que naturalmente têm como propósito a integração dos princípios da sustentabilidade no seu arcabouço teórico –, ousa-se inserir a dimensão cultural, ou simbólica, entre as variáveis essenciais que compõem o conceito de empreendedorismo sustentável. Acredita-se que essa dimensão solidificará o embasamento que confere robustez a esse sistema, eliminando possíveis falhas advindas da negligência no plano cultural, imprescindível à factibilidade da sustentabilidade.

A partir do exposto, esse método de empreender tem se destacado como temática emergente na contemporaneidade e em similaridade com a economia criativa, sobressaindo-se enquanto ferramenta com potencial efetivo para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis. Tal faculdade desconsidera fronteiras e pode atingir qualquer sociedade em nível global. Trata-se de um instrumento, quando operante em um ambiente real de economia criativa, com poder

de remodelar padrões de atuação social, empresarial e de mercado, bem como de reformatar a forma de viver social, ambiental, econômica e cultural.

3.3 A Cultura da Sustentabilidade Ambiental e a Economia Criativa

A já fundamentada contradição no conceito de desenvolvimento sustentável, se analisada sob a ótica da ação humana efetiva, ilustra o motivo dos debates e preocupações em torno do tema do modelo mental, o qual conduz ao comportamento social, ainda arraigado ao arquétipo tradicionalmente calcado na acumulação material do sistema capitalista. Apresenta-se a sustentabilidade apenas diante da limitante e tendenciosa condição de discurso, este desprovido de conteúdo real e prático, sem as requeridas mudanças éticas nos valores morais, na mentalidade, na visão e, principalmente, nos comportamentos e ações humanos.

No que tange a falta de materialidade na aplicação social do conceito de sustentabilidade, Feitosa (2016, p. 36) corrobora ao alarmar que:

A concepção da sustentabilidade *lato sensu* já figura em muitas normas e resoluções e a compreensão da sustentabilidade *lato sensu* já consta das preocupações de muitos gestores de empresas privadas e públicas, mas a prática da sustentabilidade *stricto sensu* somente representa a essência da vida de um insignificante número de indivíduos que, anônimos na prática de pequenas ações, se fortalecem por meio de pequenos exemplos seguidos à distância, na expectativa de que, num futuro ainda possível, seja replicado por todos os indivíduos, pois em cada um deles está a responsabilidade da compreensão, da ação, da fiscalização e da coerção.

Depreende-se, a partir do constructo supracitado, a necessidade imperativa de constituir conjuntos de valores e princípios éticos concernentes à sustentabilidade ambiental – que insurjam a partir esfera individual e local, e evoluam rumo ao alcance da expressão coletiva e global – que efetivamente conduzam à transcendência da condição de inércia na qual, contemporaneamente, dispõe-se submersa e, ainda, à deriva. Essa forma social outra de perceber e agir no ambiente natural será viabilizada quando passar a compor as características que qualificam, material e imaterialmente, um grupo social; no momento em que se consolidar como cultura.

Lazzarini e Gunn (2002) advogam que essa pretendida mudança ética em preceitos morais estabelecidos, determinantes do processo de alteração dos estilos de vida, deve privilegiar a qualidade de vida orientada na obtenção de resultados que efetivamente atendam às necessidades elementares de forma sustentável, associadas às particularidades culturais e espirituais em detrimento dos aspectos materiais e capitais. Assim, o debate acerca da sustentabilidade da qualidade de vida, vinculada à qualidade ambiental, torna-se complexo

enquanto espaço socialmente construído, pois a configuração geográfica do território possui vida e matéria intrínseca, mas sua existência social real é conquistada a partir do fenômeno social (SANTOS, 2006).

Rhode (1998) assinala que a averiguação e análise dos limites científicos, ou seja, das suas teorias e dos novos paradigmas emergentes, constituem impreterivelmente enunciação fundamental para determinação da nova visão e contexto de mundo, a qual é demanda básica para concretização do almejado desenvolvimento sustentável. A intenção de promover a sobrevivência ambiental deve, invariavelmente, estar harmonizada e vinculada aos outros objetivos imprescindíveis, tais como a equidade, a justiça, a liberdade e a aplicação efetiva dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para a totalidade de cada sociedade e/ou cada comunidade humana (ACSELRAD; LEROY, 1999).

Os autores supramencionados argumentam sobre a necessidade de mudança de concepção a ser empreendida no conceito de Sustentabilidade, de forma que esta extrapole o plano conceitual e se torne, de fato, uma prática social. Essa mudança conceitual pode ser comunicada pelo viés da cultura, das tradições, dos modos de uso e da apropriação do território, de significação e de uso de elementos do meio natural, bem como através da educação.

Barbieri (2002) destaca que a proposta da Agenda 21 (UN, 1992), materializa a urgência em promover efetivamente o desenvolvimento sustentável. Esse documento internacional estabelece a educação como base fundamental para a consecução do desenvolvimento sustentável, explicitando que os ensinamentos formal e informal são fundamentais para que as pessoas tenham a capacidade de avaliar e solucionar problemas acerca do desenvolvimento sustentável, despertando valores éticos, consciência socioambiental e participação pública efetiva na tomada de decisão.

Em proposta aprovada em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) durante o período 2005-2014. Tendo como agência líder a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a DEDS estabeleceu como objetivo fundamental integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e aprendizagem. Vale destacar o imperativo de se empregar as tecnologias digitais enquanto ferramentas indispensáveis à educação contemporânea, ainda mais se aplicadas através de processos baseados em teorias que possam encorajar comportamentos sustentáveis específicos, ativar o interesse na preservação do meio ambiente e estimular a motivação e o engajamento na aprendizagem.

Vale ressaltar, mediante disposto pela UNESCO (2005), que o programa EDS se aplica a todas as pessoas, independentemente da idade. A EDS desenvolve-se em todos os espaços possíveis de aprendizagem – formal, não formal e informal – e em meio a uma perspectiva de aprendizado ao longo da vida. Esse contexto demanda uma reorientação de abordagens educacionais e criatividade para empreender a formação e consolidação de redes democráticas de produção e compartilhamento do conhecimento. O modelo arraigado ao espaço físico específico e rígido para realização do processo de ensino e aprendizagem, típico do ensino tradicional, necessita evoluir, adequar-se às profundas e constantes mudanças que as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) proporcionam e perder suas fronteiras.

As tecnologias digitais, antes de catalisação do processo de disseminação da economia criativa, suscitam implicações particulares ao programa de EDS. Por configurarem-se como a base da economia criativa, as tecnologias de informação e de comunicação disponibilizam novos métodos para a produção de riquezas, principalmente pela apropriação da informação como matéria-prima, desfocando a visão unilateral da natureza como provedora única. Além disso, novas possibilidades e espaços de diálogo e aprendizagem são ofertados (UNESCO, 2005).

Gadotti (2008) articula movimentos sociais e políticos com movimentos pedagógicos na chamada Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra. O autor informa que esse projeto alternativo global intenciona, através da vida cotidiana, empreender a aprendizagem do sentido das coisas, buscando o despertar de um novo formato de sociedade sustentável do ponto de vista ecológico. Ademais, a preservação do ambiente natural demanda consciência ecológica e a criação dessa consciência só pode acontecer por meio da educação. Reeducação o sistema formal de educação, balizado, em geral, por princípios predatórios, os quais possuem uma racionalidade instrumental que propaga valores insustentáveis, é condição necessária para a efetivação desse conceito (GADOTTI, 2008).

Gadotti (2008) defende, em consonância com as diretrizes propostas para a EDS, que se deve formar cidadãos responsáveis e ativos, que vivam a sustentabilidade em todas as esferas da vida diária. Ressalta, também, o poder difusor que as TIC possuem no processo de efetivação desse paradigma de ensino e aprendizagem. Entretanto, esse autor desafia o leitor a refletir acerca dos impactos negativos que o uso da nomenclatura “Desenvolvimento Sustentável” pode suscitar. Ele relata que o termo “desenvolvimento” tem uma representatividade histórica, que remete ao capitalismo, à industrialização e ao consumo, agentes incompatíveis com a preservação do ambiente natural. Por isso, o autor defende uma

nomenclatura mais ampla, justa e que não se limite à concepção de educação, sendo ela, a Educação, para o Viver Sustentável ou, simplesmente, Educação para Sustentabilidade.

Feitosa (2016, p. 55) ressalta a importância da cultura de viabilização da Sustentabilidade, de torná-la uma ação do dia a dia social. O autor menciona que essa cultura “[...] vem sendo pontuada por sua influência no fortalecimento dos grupos sociais e para agregar valor às variadas expressões e manifestações, fato que contribui para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais [...]”.

Em relação aos aspectos referidos, considerando propostas experimentais que permitam a sustentabilidade, Rohde (1998, p. 21) propõe uma investigação das “[...] fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes que constituem tarefa básica, premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo necessária para realizar o pretendido desenvolvimento sustentável [...]”. Em acréscimo, Montibeller Filho (2001, p. 86) contribui com o debate ao afirmar que “[...] o sistema vigente não tem como atender aos requisitos das sustentabilidades [...]”.

A Economia Criativa apresenta-se como um paradigma estratégico, cujo potencial latente é equacionar tais proposições, fundamentalmente ao propor um modelo de transformações econômicas, sociais e ambientais que sejam oportunas à aplicação real da Sustentabilidade, pois alinha o comportamento humano e o foco de valor à qualidade de vida, tal qual como delineada pela proposta de sustentabilidade efetiva.

A partir disso, assevera-se que as ações e os discursos sociais podem convergir. As dimensões da Economia Criativa e da Sustentabilidade podem se complementar e se tornarem mutuamente viáveis. Diante das suas dimensões de conhecimento e cultura (base para transformação e mudança sociais), a Economia Criativa pode auxiliar na criação, desenvolvimento e consolidação da Cultura da Sustentabilidade Ambiental, conduzindo a Sustentabilidade à factibilidade.

Na dimensão ambiental da sustentabilidade, a economia criativa pode despertar uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental juntamente com o fortalecimento cultural local identitário de pertencimento. A economia criativa ou capitalismo Pós-Industrial viabiliza a comutação do eixo indutor de riqueza do tangível/material para o intangível. Constata-se máxima expressividade na criatividade, no conhecimento, na cultura e na experiência.

Na contemporânea era líquido-moderna, as relações interpessoais – amor, amizade, compromisso e engajamento social, por exemplo – têm se transformado em elementos de desejo e apreensão de um ambiente de incertezas e insustentabilidade. Na sociedade do consumo, os sentimentos intangíveis são transformados em produtos, “comoditizados” e confeccionados

mediante aplicação da estratégia de obsolescência programada, proporcionando satisfações e prazeres momentâneos e substituíveis.

Bauman (2005) dispõe que existem dois tipos de comunidade, as de vida e as de destino, cujos membros vivem em uma plena integração e as comunidades fundidas exclusivamente por ideias. Dos dois tipos, o primeiro lhe foi negado no ato da proibição dos seus direitos como pesquisador e professor, sendo o segundo tipo, a comunidade de ideias, imprescindível para o surgimento da questão de identidade. O autor destaca que o “pertencimento” e a “identidade” não são categorias inextinguíveis e imutáveis. Elas são, na verdade, bastante flexíveis, imputando às decisões que o indivíduo toma em sociedade o caráter crucial do seu pertencimento e de sua identidade. A identidade é um processo dinâmico e gradativo, que não irá ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar a ser fixamente um destino.

Os indivíduos passaram a criar a sua própria identidade e não mais a herdar, reposicionando-a e ressignificando-a ao longo da vida. A existência é fragmentada em acontecimentos superficialmente conectados, em um mundo individualizado e frágil. Dentro desse universo líquido moderno de individualizações, as identidades são profundamente sentidas e estão no cerne da atenção dos indivíduos. Com efeito, a contemporaneidade está a transmutar-se da identidade sólida para uma identidade líquida e fluida.

Logo, delimita-se fluido como tudo aquilo que é frágil e diluído, sobretudo quando é influenciado por qualquer tipo de força, um jogo sem regras, fundamentado na livre e espontânea liberdade humana. Vale ressaltar que, conforme instruiu Bauman (2005), para equacionar inquietações sobre a identidade não é preciso recorrer às conceituações ditadas pelos autores clássicos, estes estão mais atraídos pelo repentino fascínio da identidade do que por ela em si. O autor embasa seu argumento por meio de eventos da vida cotidiana, personificando as dimensões psicológicas e sociológicas dos processos contemporâneos de identificação.

O caráter liquefeito da contemporaneidade, volátil e inconclusivo, apropriando-se das reflexões de autor, constitui-se no traço mais representativo da especificidade da atual modernidade. Essa singularidade é consequência de fatores que, quando combinados, “liquefazem” e, por vezes, liquidam seus próprios processos e atores sociais, como o abandono da crença de que existe um destino taxativo a ser alcançado, conforme mencionado acima, e “[...] a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes [...]” (BAUMAN, 2005, p. 38). No incongruente cenário da modernidade líquida, os atores sociais, individualmente situados, além de vivenciarem uma concepção de tempo e de futuro que os impedem de planejar “projetos de vida” passíveis de consecução, são responsabilizados

politicamente por suas decisões e, portanto, por seus efeitos. Dentro desse quadro crítico, percebe-se que é extremamente plausível a centralidade do tema identidade.

Atualmente, como já comentado, esse conceito vê-se apropriado e empregado de forma mais ampla, em nível paradigmático e inteiramente alinhado com a sustentabilidade global, para além da sua acepção meramente conceitual. Nessa nova ordem, altera-se o eixo do modo de pensar, de construir o conhecimento, de agir, ou seja, transforma-se a cultura local.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Objetiva-se, neste capítulo, caracterizar e justificar as seleções metodológicas apropriadas ao estudo. A presente pesquisa assenhora-se, necessariamente, de métodos fundamentados e sistematizados para que suas metas sejam honradas e, principalmente, seus resultados sejam aceitos pelo universo acadêmico. Conforme versam Marconi e Lakatos (2005), faz-se imprescindível que o objetivo da pesquisa, as técnicas e os métodos utilizados, bem como o escopo teórico, as construções edificadas, a coleta de dados, a forma de análise e as limitações da pesquisa fiquem esclarecidos.

4.1 Tipologia da pesquisa

Quanto ao campo da ciência, esta pesquisa classifica-se como um estudo interdisciplinar, que, segundo Farias Filho e Arruda Filho (2013, p. 61), “[...] é baseado numa relação de integração entre partes constituintes de mais de uma disciplina [...]”. No que tange aos seus objetivos, pode ser classificada inicialmente como pesquisa exploratória. Farias Filho e Arruda Filho (2013) dispõem que os estudos dessa natureza visam oportunizar maior proximidade com o fenômeno de interesse, com vistas a torná-lo explícito ou formular hipóteses. Apesar de seu caráter incipiente, a economia criativa conta com diversas pesquisas acadêmicas, em nível global, que intencionam descortinar seu arcabouço conceitual.

Entende-se que esta investigação se constitui, também, quanto aos seus objetivos, em uma pesquisa descritiva. Esta, segundo Gil (2004, p. 42), é aquela que tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”. Estão incluídos nesse grupo, consoante o referido autor, os estudos que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Portanto, explorou-se:

a) a constituição dos modelos de negócio criativo, incluindo as práticas ambientalistas e os processos de intervenção, trabalho e relacionamento com as comunidades extrativistas e as florestas babaquais;

b) a percepção dessas comunidades - representadas pelos líderes comunitários e quebradeiras de coco babaçu - quanto ao convívio, trocas e parcerias com esses empreendimentos;

c) mudanças nos processos produtivos na cadeia do babaçu e no emprego de novas tecnologias pelos empreendimentos ecologicamente posicionados, configurando-se, efetivamente, menos predatórias a essa cobertura vegetal e equacionando restrições operacionais à materialização do conceito de sustentabilidade ambiental;

d) e, sobretudo, novos valores éticos e ações ambientalmente responsáveis, despertados por essa dinâmica nas comunidades selecionadas como objeto de investigação.

Pode-se estabelecer que, quanto à utilização dos resultados, é uma pesquisa básica ou pura, em princípio, já que tem por preocupação a criação de enunciados gerais. Intenciona-se compreender e criar enunciados e teorias científicas acerca de como a economia criativa, expressa por empreendimentos ecologicamente criativos, pode transformar o conceito de sustentabilidade ambiental, ainda fora da ação humana geral, em uma cultura local concreta.

Diante do disposto, classifica-se este estudo, também, como pesquisa aplicada, em função do potencial de aplicabilidade e incorporação em outros estudos empíricos, ou mesmo em cenários reais diversos de interação social e empresarial, que gozem de resultados teóricos finais. Ademais, justifica-se pela análise do latente poder de influência que os modelos de negócio ecologicamente criativos detêm, sobretudo em um cenário vívido de economia criativa, e pelo emprego na cadeia produtiva do babaçu, afetando diretamente a forma de pensar e agir social e ambientalmente das comunidades extrativistas e, em nível individual, das quebradeiras de coco, despertando uma cultura da sustentabilidade ambiental local.

Ressalta-se que este estudo científico se enquadra, primordialmente, em uma abordagem qualitativa, pois considera a significação dos dados e informações obtidas. Valeu-se, também, em momentos oportunos, da apreciação quantificável para qualificar variáveis e auxiliar na explanação didática e objetiva de nuances interpretativas, específicas de fenômenos e dados qualitativos. A pesquisa qualitativa é destacada por Creswell (2010, p. 26) como “[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano [...]”.

O processo investigativo demanda variados procedimentos de execução - entrevistas, fotografias, diários de campo -, onde o pesquisador apresenta, a partir da reflexão indutiva dos dados recolhidos, a expressão dos sujeitos que se adaptam a um contexto e debatem uma problematização específica, sendo sensível com relação às interações que ocorrem durante o estudo (CRESWELL, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2005).

Em função disso, este trabalho é, em supremacia, de natureza qualitativa, pois entende essa trilha de abordagem investigativa como a mais adequada para análise, interpretação, compreensão e inferência acerca das relações entre empreendimentos criativos, comunidades extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, representações culturais, percepções e valores socioambientais, e práticas sustentáveis no universo de vivência e exploração produtiva do babaçu, em uma dinâmica estabelecida como economia criativa. Optou-se, assim, por interpretar o fenômeno em termos dos significados que os indivíduos entrevistados lhe conferem.

Enquanto pesquisa exploratória, entre os procedimentos técnicos adotados está a revisão de literatura, empreendida ao longo da execução desta pesquisa, em particular na fase preliminar e através do material já elaborado, preferencialmente por meio de livros e publicações científicas em periódicos. Para Gil (2004, p. 45), a pesquisa bibliográfica permite ao “[...] investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”. Esse processo é essencial em pesquisas que abordam temas incipientes, como o arcabouço teórico sobre economia criativa.

Em função disso, foi elaborada uma revisão sistemática da literatura (RSL) referente à economia criativa, apresentando o estado da arte dessa temática. Cabe destacar que a RSL complementa a revisão da literatura tradicional ou narrativa em determinados aspectos, a citar: a RSL parte de uma questão de pesquisa específica, elaborada mediante critérios bem arquitetados; busca em repositórios científicos de publicações com rigor metodológico e científico, criteriosamente definido através de estratégias de busca, seleção e análise das informações direcionadas por um protocolo rígido e cientificamente construído, eliminando a subjetividade e tornando-se reproduzível.

Para possibilitar um aprofundamento maior acerca da problematização proposta e permitir a utilização de técnicas de observação e de interrogação através da imersão no ambiente em que o objeto está situado e o fenômeno em manifestação, foi realizada uma pesquisa de campo. Farias Filho e Arruda Filho (2013) argumentam que nesse procedimento técnico o pesquisador desloca-se para o chamado “campo”, o qual pode ser uma empresa ou comunidade.

Ressalta-se que esta investigação indica a realização de estudos em ambos os campos citados, cuja intenção é discutir os modelos de empreendimentos, especificamente os ecologicamente criativos, suas interações com o ambiente e com as comunidades locais, bem como analisar as implicações dessa relação no despertar de uma cultura da sustentabilidade ambiental, que materialize ações rumo ao viver efetivamente sustentável. Vale mencionar, ainda, que o trabalho de campo permite que a fundamentação exclusivamente baseada em dados

secundários seja extrapolada, pois oportuniza a coleta de dados primários acerca da temática abordada.

4.2 Delimitação do universo de estudo

A trilha científica e o esforço acadêmico para implementação dos instrumentos metodológicos estabelecidos foram embebidos de significado, objetividade e aprendizagem permitiram, após quatro viagens de imersão em campo, que resultaram no reconhecimento de sete municípios, três deles Esperantinópolis, Lago do Junco e Pedreiras, eleitos para esta investigação, com os povoados: Palmeiral e Ludovico patenteados cultural e historicamente pela luta socioambiental, além da construção de laços humanos através dos relacionamentos com empreendedores, comunidades extrativistas e quebradeiras de coco babaçu permitiram a obtenção de dados e informações infundidos na sabedoria popular e calcados na preocupação com ações ambientais efetivas.

Detecta-se a incidência do babaçu¹³ no território geográfico que vai de parte da América do Norte, México, estendendo-se por várias localidades da América do Sul, com ocorrência expressiva na Colômbia e na Bolívia. No Brasil, avista-se essa cobertura vegetal no Maranhão, Piauí, Tocantins, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Minas Gerais.

O Banco de Dados Agregados para Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), referente à Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, promove o levantamento, elaboração e disposição de dados e estatísticas oficiais das unidades de registro da comercialização e exploração das amêndoas de babaçu. Dentre as informações disponibilizadas por esse relatório, atualizado em 2016, destacam-se os registros de produção nacional do referido produto no período compreendido entre os anos de 2013 a 2016. Nota-se, enfaticamente, a liderança da Região Nordeste, responsável por 99,56% da capacidade produtiva nacional (Tabela 2).

¹³ O babaçu é uma espécie da família das palmáceas, com incidência predominante nos babaçuais localizados em zonas de várzeas, próximo ao vale dos rios e, fortuitamente, em pequenas colinas e elevações (BRASIL, 1982 *apud* ALMEIDA, 1995). O óleo extraído dessa espécie, derivado do babaçu mais explorado economicamente, apodera teor vultoso de ácido láurico, é aplicado como insumo em processos industriais e na alimentação humana e animal, além da fabricação de cosméticos e biocombustíveis (PENSA, 2000).

Tabela 2 - Produção nacional, em toneladas, de amêndoas de babaçu durante o período de 2013 a 2016

Brasil e Grande Região	Ano X Quantidade de Amêndoa de Babaçu Produzida (t)			
	2013	2014	2015	2016
Brasil	89739	83917	77955	61390
Norte	269	303	252	270
Nordeste	89469	83614	77702	61119
Sudeste				
Sul				
Centro-Oeste		1	1	1

Fonte: adaptado de IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2018)

No nordeste brasileiro, apropriando-se, ainda, de dados confeccionados pelo IBGE (2016), vislumbra-se que os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e Ceará são, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto maiores produtores de amêndoas de babaçu (Tabela 3). Na Região Norte, a produção conjunta dos estados do Pará e Amazonas não chega a 500 toneladas.

Tabela 3 - Produção na Região Nordeste, em toneladas, de amêndoas de babaçu entre 2013 e 2016

Brasil e Região Nordeste	Ano X Quantidade de Amêndoa de Babaçu Produzida (t)			
	2013	2014	2015	2016
Nordeste	89469	83614	77702	61119
Maranhão	84688	79305	73640	57191
Piauí	4277	3787	3604	3500
Ceará	217	254	185	179
Rio Grande do Norte				
Paraíba				
Pernambuco				
Alagoas				
Sergipe				
Bahia	287	268	273	249

Fonte: adaptado de IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2018)

A pesquisa de campo foi desenvolvida na área de incidência do babaçu no estado do Maranhão, unidade federativa que, conforme o IBGE (2016), responde por 93,57% da produção nacional das amêndoas dessa palmeira, o que fundamenta quantitativamente a escolha. Dentro do estado, destacam-se as microrregiões geográficas do Médio Mearim, de Pindaré, da Baixada Maranhense e de Codó, detentoras de 66% da produção estadual, emergindo do Médio Mearim metade desse volume.

Delimitou-se essa abrangente zona de investigação às localidades onde ocorrem a exploração ativa do babaçu por meio de associações extrativistas e empreendimentos

ecologicamente criativos. Estes, por sua vez, foram mapeados e designados conforme atuação ativa e legítima em uma dinâmica que configura efetivamente a economia criativa.

Para o presente estudo, um território criativo é aquele que materializa um cenário vivo e dinâmico de economia criativa, no qual estão inseridos os negócios de cunho criativo e ambiental responsável. A título de sistematização metodológica, a matriz de critérios específicos para avaliação e seleção de territórios e empreendimentos criativos, consolidada e obedecida por este estudo, está discriminada conforme especificações a seguir:

- a) Eixo Criativo e Produtivo: o principal insumo dos processos de produção dos empreendimentos foi o intangível (criatividade, conhecimento, experiência e cultura);
- b) Eixo Cultural e Econômico: reconhecimento dos ativos culturais – a tradição, o valor e a cultura das comunidades extrativistas do babaçu e que são transmitidos histórica e socialmente pelas quebradeiras de coco –, considerados agentes fundamentais de geração de riquezas, empregos, desenvolvimento socioeconômico, respeito, valorização e ampliação de valores das comunidades;
- c) Eixo Social e Ambiental: geração de retornos positivos para os indivíduos, comunidades e para a floresta babaçal diante dos interesses exclusivamente financeiros, o que acarreta em uma melhor distribuição local da renda e proteção do meio ambiente explorado;
- d) Eixo Comportamental, Ambiental e Cultura de Sustentabilidade: a preocupação com o meio ambiente é expressa por meio de ações concretas e mensuráveis, as quais extrapolam o processo produtivo e atingem o modo de pensar e agir das pessoas e grupos sociais envolvidos na cadeia produtiva do babaçu.

Estabelecidos e fundamentados os critérios de delineamento e determinação do campo de pesquisa, o território geográfico recortado para este estudo acadêmico, bem como as considerações pertinentes a cada unidade segmentada são apresentados abaixo:

- a) a Microrregião do Médio Mearim, parte integrante da Mesorregião do Centro Maranhense. Esta última é detentora de 43,84% da produção estadual, 26.914 toneladas de amêndoas de babaçu, conforme levantamento feito pelo IBGE (2016). Cabe enfatizar que, para delimitação do campo geográfico concernente à microrregião do Médio Mearim, esta investigação científica, em obediência aos

critérios de recorte para detecção de territórios produtivos inseridos em contextos de economia criativa, foi desenvolvida na cidade de **Pedreiras, Lago do Junco e Esperantinópolis**, municípios integrantes da referida microrregião;

b) os municípios maranhenses de Lago do Junco e Esperantinópolis são produtores, respectivamente, de óleo de babaçu e mesocarpo, derivados do coco babaçu e fabricados em parceria com a empreendimentos sustentáveis, em rede produtiva inserida em dinâmica que materializa a economia criativa;

c) Reporta-se, oportunamente, mediante inventário do IBGE (2016), que Lago do Junco engendrou 1055 (mil e cinquenta e cinco) toneladas de amêndoas de babaçu e Esperantinópolis produziu 720 (setecentas e vinte) toneladas.

Com efeito, a estratégia de segmentação aplicada aos municípios de Lago do Junco e Esperantinópolis, para além do critério mencionado imediatamente acima, determinou que somente fossem interpeladas, nessas localidades, as formas associativas assumidas por organizações de trabalhadores extrativistas vinculadas à entidade de assessoria e representação: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA). O desígnio foi recortar ainda mais o campo de investigação a ser inquirido e descomplexificar o delineamento do perfil alvo dos sujeitos de pesquisa.

A ASSEMA é uma organização não governamental resultante do processo de luta contra a apropriação e privatização das terras no Médio Mearim Maranhense. Essa associação direciona seus esforços para consolidação das terras reconquistadas em função das diretrizes traçadas pelas famílias de trabalhadores que a constituem. Enquanto entidade, consolida-se como espaço de debate, interação e integração de seus membros, no qual são edificadas as principais matérias que estruturam as pautas dos grupos de trabalhadores rurais filiadas a ela, em Lago do Junco (LIMA NETO, 2007).

No âmbito do campo em Lago do Junco e em Esperantinópolis, este estudo restringiu-se a duas das cooperativas que constituem a ASSEMA: a Cooperativa de Pequenos Produtores de Lago do Junco (COPPALJ) e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP).

Na COOPAESP, em Esperantinópolis, é feita a produção artesanal de mesocarpo¹⁴ para alimentação e, também, para prover matéria-prima à indústria de cosméticos, em particular a empresa Natura¹⁵.

Lago do Junco encerra no extrativismo do babaçu e na agropecuária suas atividades produtivas e econômicas fundamentais, cabendo à prefeitura municipal o papel de maior eixo gerador de empregos formais, segundo dispõe o IBGE (2016). A principal indústria inserida nesse limite geográfico é a de propriedade da COPPALJ, que, a partir da amêndoa de coco babaçu, extrai o óleo láurico¹⁶.

No próximo subitem serão delineados os instrumentos de recolha de dados eleitos para aplicação em campo, bem como os sujeitos da pesquisa e os critérios de seleção.

4.3 Instrumentos de recolha de dados, sujeitos da pesquisa

Gil (2004, p. 131) esclarece que nos estudos de campo a ênfase “[...] é colocada na profundidade e não na precisão, o que leva o pesquisador a preferir a utilização de depoimentos e entrevistas com níveis diversos de estruturação [...]”. Em sintonia com o preceituado, os instrumentos para recolha de dados que esta pesquisa empregou foram: entrevistas semiestruturadas e observação sistemática.

A realização de entrevistas visou alcançar o maior número possível de pessoas, inclusive aquelas que não sabem ler e escrever, ajudar aquelas com dificuldades para responder e, também, permitir ao entrevistador a análise do comportamento não verbal dos entrevistados, favorecendo aprofundamento ou exemplificação das respostas quando necessário. A entrevista como técnica ofereceu maior flexibilidade e não se restringiu aos aspectos culturais do entrevistado, fator primordial para esta pesquisa. Conforme será explicado, engloba três grupos diferentes social, cultural e economicamente.

Foram selecionados e abordados três grupos, ou sujeitos de pesquisa, para o empreendimento das entrevistas, a citar:

¹⁴ O mesocarpo de babaçu é a substância colhida entre o epicarpo e o endocarpo do coco de babaçu e quimicamente formado de compostos ricos em glicerina, ácido fosfórico e colina. Pode ser utilizado como complemento alimentar rico em amidos e sais minerais, além disso, possui propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, sendo indicado no tratamento de artrite reumatoide, prostatite, úlceras, cansaço físico e mental, esgotamento, tumores e inflamações em geral. Disponível em: <www.centraldocerrado.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2018.

¹⁵ Conforme endereço eletrônico na internet, abaixo, a empresa nasceu da paixão pela cosmética e pelas relações e tem como missão a promoção do bem-estar através de produtos confeccionados por meio de uma rede de pessoas habilitadas a integrar conhecimento científico e uso sustentável da biodiversidade nacional. Disponível em: <<http://www.natura.com.br/a-natura>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

¹⁶ Óleos láuricos são aqueles entre os seus ácidos graxos livres e que apresentam o ácido láurico como componente mais expressivo, em média 46% (PENSA, 2000).

- a) o primeiro grupo alvo é composto por empreendedores criativos que atuam na cadeia produtiva do babaçu;
- b) o segundo grupo entrevistado foi integrado por representantes das comunidades, de associações ou cooperativas (ou, didaticamente nomeados, para esse estudo, de líderes comunitários) de quebradeiras de coco babaçu em Pedreiras, Lago do Junco e Esperantinópolis;
- c) por fim, foram interrogadas as quebradeiras de coco atuantes econômica e culturalmente na cadeia produtiva do babaçu nos campos recortados.

Em relação aos líderes das comunidades extrativistas de babaçu e às quebradeiras de coco, segundo e terceiro sujeitos de pesquisa, respectivamente, destaca-se que estão correlacionados ao recorte geográfico fixado e foram selecionados para as entrevistas mediante quantitativo (amostra) assinalado a seguir:

- a) Foi designado 1 (um) representante de comunidade, associação ou cooperativa de quebradeiras de coco em Lago do Junco e Esperantinópolis; já no município de Pedreiras, sede da ASSEMA, foram designados 2 (dois). Totaliza-se, assim, 3 (três) líderes comunitários alvo de entrevistas;
- b) No que tange às quebradeiras de coco, foram nomeadas 2 (duas) em Pedreiras, 3 (três) em Lago do Junco e 3 (três) em Esperantinópolis;
- c) Em resumo, consolida-se um total entrevistados: 2 (dois) empreendedores sustentáveis, 3 (três) líderes/representantes de associações, comunidades ou cooperativas extrativistas e 8 (oito) quebradeiras de coco babaçu.

Frisa-se que a triagem e a seleção dos líderes comunitários e das quebradeiras de coco babaçu, além da residência fixa e da realização de atividade profissional nos campos de pesquisas prescritos, observaram e acataram determinados critérios de inclusão no grupo a ser entrevistado (excluindo-se, automaticamente, indivíduos que não detenham esse perfil traçado), tais como:

- a) a quebradeira de coco deve, obrigatoriamente, ser membro de comunidade extrativista inserida nos campos eleitos. A comunidade precisa estar associada a uma cooperativa e esta, por fim, vinculada à ASSEMA. Essa sentença delimita a

amplitude desses sujeitos ao raio de atuação das cooperativas: COPPALJ, em Lago do Junco, ou COOPAESP, em Esperantinópolis;

b) a quebradeira de coco deve trabalhar exclusivamente no extrativismo do babaçu e, necessariamente, em ação conjunta com negócios calcados em criatividade e cuidado ambiental;

c) a seleção foi realizada mediante método de amostragem não probabilística por conveniência de 30% (trinta por cento) das quebradeiras de coco e dos representantes de comunidades ou associações – em cada um dos campos determinados –, inseridos cultural e economicamente no ecossistema do babaçu durante toda a vida profissional e operantes nessa rede produtiva em parceria com empreendimentos criativos há, pelo menos, 2 (dois) anos.

Esse recorte foi necessário devido ao grande contingente de famílias ou grupos que sobrevivem a partir da exploração dessa palmeira nos campos em que as entrevistas foram realizadas, não sendo viável o estudo de todos os indivíduos das comunidades segmentadas, especialmente pela escassez de recursos e tempo. Nesse caso, utilizou-se o método de amostragem acima relevado, com intuito de obter um juízo sobre o universo. Para tanto, foi realizado o exame de apenas uma amostra, selecionada por procedimentos científicos que garantem sua representatividade relativa à totalidade dos possíveis sujeitos de pesquisa mapeados.

Malheiros (2011) recomenda que sejam delineados os grupos (ou blocos) de questões que devem compor o instrumento de pesquisa antes de formulá-lo. O Quadro 1, abaixo, representa a arquitetura conceitual balizadora da construção do roteiro de entrevistas a ser empregado no momento das abordagens aos empreendedores criativos, a qual está em sintonia com os objetivos do mapeamento das informações, percepções, valores e ações. A sequência estabelecida de forma interdependente promove a consecução do problema de pesquisa desta dissertação. Cabe mencionar que o roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas está registrado no Apêndice B.

Quadro 2 - Estruturação do Roteiro de Entrevistas direcionado aos Empreendedores Criativos

Sujeito de Pesquisa	Bloco de Informação	Indicadores / Variáveis de Análise	Objetivos
Empreendedores Criativos	1. Informações profissionais do respondente.	Profissional	Qualificar o respondente: identificar, objetivamente, sua trajetória de atuação profissional.
	2. Informações sobre o empreendimento.	Organizacional; Econômica e Criativa	Qualificar o empreendimento: levantar e entender seu modelo de negócios (missão, visão, valores e práticas) e a incorporação da criatividade nos processos produtivos.
	3. Relação do empreendimento com as variáveis: comunidade extrativista, cultura, retorno financeiro e ambiente natural.	Ambiental	Identificar a filosofia e a prática de exploração do meio ambiente, bem como as posturas de respeito e fomento à proteção ambiental e à cultura local das quebradeiras de coco, e o papel da criatividade no processo.
	4. Percepções e comportamentos frente ao ambiente natural e fornecedor de insumos.	Cultural e Comportamental	Identificar a construção de valores éticos direcionados ao cuidado ambiental, bem como a emergência de ações sustentáveis que constituam uma cultura da sustentabilidade ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Evidencia-se, de forma sistematizada (Quadro 2), o arcabouço conceitual norteador da edificação dos roteiros de entrevistas que foram empregados durante as abordagens às quebradeiras de coco e aos líderes de comunidades ou associações extrativistas. A intenção é esmiuçar de forma clara, didática e objetiva aquilo que esta investigação se propõe a mapear e a deprender em cada declaração dos interlocutores em campo.

Para tanto, construiu-se uma arquitetura que orientou todo o trabalho em campo, direcionando uma abordagem planejada aos sujeitos em questão e que detectou variáveis específicas, dispostas em ordem sequencialmente lógica. Essas variáveis também oportunizaram a identificação e o registro de informações de atuação profissional, as percepções concernentes ao relacionamento entre a cultura das quebradeiras de coco e o meio ambiente, e a culminância de um entendimento fundamental: a constituição de uma cultura de sustentabilidade ambiental na rede produtiva do babaçu.

Quadro 3 - Estruturação do Roteiro de Entrevistas direcionado aos Líderes Comunitários e Quebradeiras de Coco

Sujeito de Pesquisa	Bloco de Informação	Indicadores / Variáveis de Análise	Objetivos
Líderes Comunitários e Quebradeiras de Coco	1. Informações profissionais do respondente.	Profissional	Qualificar o respondente: identificar, objetivamente, sua trajetória de atuação profissional, além de suas atuais atividades em parceria com os empreendimentos criativos.
	2. Relacionamento entre a comunidade extrativista, a cultura da quebradeira de coco, o retorno financeiro e o ambiente natural.	Produtiva, Cultural e Ambiental	Qualificar o relacionamento entre a comunidade extrativista e a floresta de babaçu, em nível individual, através das quebradeiras de coco, e em percepção coletiva, por meio dos líderes comunitários: entender a incorporação da criatividade nos processos extrativistas; como se efetiva a correlação entre a cultura da quebradeira de coco, empoderamento e relações com o meio ambiente provedor de recursos e de vivência socioeconômica.
	3. Percepções, valores éticos construídos e comportamentos frente ao ambiente natural provedor de insumos.	Cultural, Comportamental e Ética	Identificar a construção de valores éticos direcionados ao cuidado ambiental, bem como a emergência de ações, práticas sustentáveis palpáveis e que constituam uma cultura da sustentabilidade ambiental em nível individual e coletivo.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Explicitados os instrumentos de pesquisa, dispõe-se que o procedimento utilizado para averiguar a sua validade foi o pré-teste. Esse mecanismo consiste em testar os instrumentos de pesquisa elencados sobre uma pequena parte do universo, ou da amostra, antes da aplicação definitiva. O objetivo é evitar a investigação de possíveis erros de inferência. Para tanto, verificou-se até que ponto esses instrumentos tiveram, efetivamente, possibilidades de assegurar resultados isentos de erros.

Marconi e Lakatos (2005) orientam que, em geral, é razoável empreender a mensuração entre 5 e 10% da extensão da amostra. Essa metodologia propõe o teste preliminar em 5% dos sujeitos elencados, em cada um dos grupos de abordagens, o que representa 1 (um) membro de cada segmento (empreendedores criativos, representantes de associação extrativista e quebradeiras de coco babaçu) selecionado, em cada um dos municípios aludidos.

A observação sistemática, também denominada de observação estruturada, planejada e controlada, segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 191), permitiu “[...] obter provas

a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento [...]”. Perceber como agem os indivíduos diante de determinadas situações e/ou sob a influência de ações mercadológicas de empresas, por exemplo, foi a chave para uma melhor abordagem do objeto desta pesquisa. Durante o processo de observação, este pesquisador conviveu ativamente com os grupos, comunidades e representantes das empresas; foi realizada uma imersão na realidade estudada.

4.4 Procedimento de análise e interpretação dos dados

Após a seleção dos instrumentos e execução dos procedimentos de coleta dos dados, utilizou-se como metodologia de interpretação dos dados a análise de conteúdo exploratória e indireta. Apesar de inúmeros autores abordarem essa técnica e, até mesmo, criarem terminologias próprias e diferentes para os seus diversos procedimentos, apropriou-se neste estudo da conceituação desenvolvida por Bardin (2016), validando as etapas da técnica explicitadas pelo autor.

Para Bardin (2016, p. 38), a técnica de análise de conteúdo consiste em “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”. Essa metodologia de interpretação permitiu extrair sentido lógico dos dados de texto e imagens, clarificar as expressões implícitas e enriquecer a leitura das informações coletadas na região produtiva do babaçu no Médio Mearim. Chizzotti (2006, p. 98) valida o disposto ao estabelecer que “[...] o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas [...]”; o que foi processado em campo.

Dentre as comunicações mais tradicionais abordadas nessa análise estão os materiais textuais escritos, tais como: notas de campo, diário de pesquisa, fichas de documentação e transcrição. Em contrapartida, essa delimitação de material não impede o alcance de uma análise mais acurada e abrangente, oportunizada pela recolha dos dados por meio de fotos, áudios e vídeos.

Para finalizar o detalhamento desta proposta metodológica, as etapas de interpretação dos dados coletados foram empreendidas conforme determinado por Bardin (2016), sendo elas, respectivamente: (a) pré-análise, (b) exploração do material; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise foi realizada através da organização dos recursos coletados em campo, que foram analisados a partir da sistematização das ideias primeiras. Esta pesquisa,

apropriando-se das edificações de Bardin (2016), balizou esse processo inicial de operacionalização dos dados mediante metodologia dividida em quatro fases: (a) leitura flutuante, quando se toma ciência dos textos (neste trabalho, os textos advêm da transcrição das entrevistas) e se estabelece vínculos com os documentos recolhidos em campo; (b) eleição dos documentos, demarcando o que foi submetido à análise e interpretação; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referência dos índices e elaboração de indicadores através de recortes de texto nos registros em estudo.

Merece destaque a etapa posterior, que corresponde à exploração do material, pois nela reside o potencial de viabilizar, ou não, a riqueza nas interpretações e inferências acerca dos materiais coletados. Processou-se, para tanto, uma descrição analítica, na qual o *corpus* – ou o conjunto do material textual coletado – foi submetido a um estudo detalhado e profundo, fundamentado nos referenciais teóricos elencados como guias de investigação. Com efeito, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nessa fase.

Salienta-se, ainda, que a fase de exploração do material demandou a arquitetura de categorias – ou sistemas de codificação – e a definição de unidades de registro e de contexto, que devem corresponder a cada um dos segmentos eleitos para submissão dos processos de significação. Por fim, foi empreendida a etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, a qual cabe a intuição, a análise reflexiva e a crítica das informações, tendo como produto as interpretações inferenciais (BARDIN, 2016).

Com a finalidade de agilizar o processo de codificação e de qualificação do material submetido à investigação, esta pesquisa utilizou o *software* de análise e interpretação de dados qualitativos *NVIVO*¹⁷. Sistema interpretativo de comunicação em uso expressivo no cenário dos ensaios acadêmicos da área de Administração. É oportuno frisar que a aplicação de programas computacionais com esse intuito, sob qualquer hipótese, suplanta o trabalho direto, comprometido e envolvido do pesquisador, a quem cabe a edificação das inferências em observância à fundamentação conceitual norteadora.

Em derradeiro apontamento, nesta seção, informa-se que esta investigação utilizou como recurso metodológico a noção de “processo de ambientalização”. O objetivo foi solidificar o arcabouço conceitual destinado à fundamentação das inferências da pesquisa e a exploração do material, especificamente durante a seleção e estabelecimento das unidades de contexto, as quais norteiam a compreensão e a significação de cada unidade de registro pertencente às categorias individuais desenhadas.

¹⁷ Para ampliar a ciência acerca desse *software* de investigação qualitativa, orienta-se o acesso ao endereço eletrônico: <<http://www.qsrinternational.com/nvivo-portuguese>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Lopes (2004) designa que o processo de ambientalização é despertado pela relação harmônica entre cinco elementos, a citar: (a) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente; (b) a relação entre os conflitos sociais em âmbito local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; (c) a educação ambiental como novo “manual de autoajuda coletivo através da conduta individual”; (d) o modelo da participação como forma legítima de gestão; e (e) a questão ambiental como nova forma de legitimidade e de argumentação nos conflitos. Trata-se da incorporação por pessoas ou grupos de indivíduos de uma temática de ordem social fundamental, a ambiental, que pode conduzir suas percepções éticas e comportamentais efetivas.

O processo de ambientalização auxiliou na disposição das argumentações que conformam as arenas de discussão ambiental, onde as quebradeiras de coco, empreendedores e líderes de associações de extrativistas constroem, desenvolvem e solidificam suas culturas, valores éticos, representações e ações sustentáveis, ou não.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção propõe-se, prioritariamente, descrever e analisar os resultados oriundos das entrevistas expressos por meio de demonstrações gráficas, percentuais e análises de cunho quantitativo das fontes, bem como a pormenorização das categorias de análise, unidades de registro e de contexto instituídas para análise de conteúdo. Posteriormente, aprofunda-se a investigação qualitativa ao explorar especificamente as categorias de análise, lógica e complementarmente dispostas, ofertando relevo aos trechos significativos provenientes das interlocuções.

Em seguida, evidenciam-se desafios e tendências, mapeados em campo, concernentes à cadeia produtiva do babaçu, à organização socioeconômica e cultural das quebradeiras de coco babaçu e ao cuidado e preservação das palmeiras de babaçu. Por fim, delinea-se o entrelaçamento das categorias supracitadas juntamente com a exibição de um infográfico que sintetiza os resultados obtidos, descortinando didaticamente as correlações entre informações e inferências decorrentes.

5.1 Análise Clássica de Conteúdo: demonstrações gerais das fontes codificadas

Apresenta-se, nesta seção, a análise de conteúdo clássica de todo o material verbal angariado a partir das entrevistas em campo, transcritas em documentos de texto. Bardin (2016) leciona que essa exploração, em sua acepção tradicional, privilegia a repetição de frequências de temas e palavras, bem como conduz à construção de quadros categoriais que permitem percorrer o nível manifesto em todas as fontes de investigação selecionadas.

Em sintonia irrestrita com a fundamentação teórica referida e dialogada neste ensaio, a baliza ideológica da arquitetura das categorias de análise esteve alicerçada na concepção de Gadotti (2008), que trata sobre o desmembramento da sustentabilidade em dois vetores: um deles alusivo à natureza e o outro referente à sociedade, ambos em interação nem sempre harmoniosa com o desenvolvimento econômico regional.

O primeiro eixo supradito, concernente à natureza, preocupa-se com os ecossistemas e recursos naturais. Reflete criticamente acerca da utilização e exploração da base tangível referente ao processo de desenvolvimento da economia e da capacidade – ou incapacidade – do ambiente natural sustentar a prática humana consumista e ambientalmente agressora. O vetor atinente à sociedade direciona esforços para a posição e participação das pessoas no processo de desenvolvimento, assim como reporta os retornos sociais desse regime

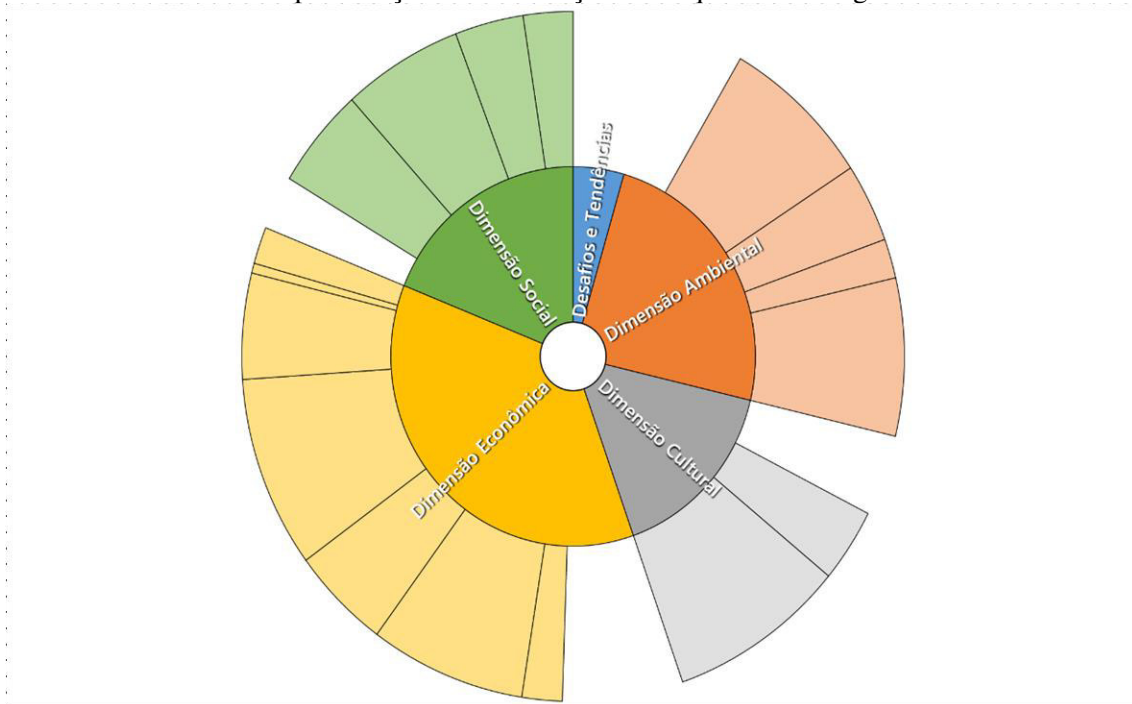
e analisa a construção da cidadania, a manutenção e a valorização das identidades, da diversidade e das especificidades culturais (GADOTTI, 2008).

Com base no sustentáculo conceitual mencionado, instituíram-se quatro dimensões essenciais de pesquisa: a) econômica, b) ambiental, c) dimensão cultural e d) social. Intentou-se abranger esferas imprescindíveis ao viver sustentável, cujo equilíbrio expressa a dinâmica da condição real de vida dos sujeitos e a lógica central da percepção situacional de degradação e/ou proteção ambiental, da qualidade de vida, mobilização política e justiça social. Outrossim, incorporou-se a pluridimensionalidade do conceito de sustentabilidade proposta por Sachs (1993), que preconizam a perquirição de análises e soluções para o sistema em unicidade, mapeando e interagindo com diferentes demandas dos prismas: social, cultural, econômico, ambiental, espaço-territorial e político.

Informa-se que a delimitação metódica das fronteiras conceituais das categorias submetidas à análise de conteúdo, emergidas a partir do horizonte teórico contemporâneo referente à sustentabilidade, visou à melhor estruturação para geração de insumos científicos que oportunizassem a consecução da problematização desta dissertação.

Cabe destacar que uma quinta categoria foi patenteada após conteúdos pertinentes terem sido manifestados espontaneamente durante as inquirições em campo. Trata-se da categoria de “Desafios e Tendências”, certamente um instrumento profundo de reflexões, inferências e projeções sobre as conjunturas futuras de sustentabilidade na região do Médio Mearim maranhense.

O procedimento de codificação, no qual as fontes foram exaustivamente exploradas e trechos repletos de significações foram alocados em suas respectivas categorias de análise, viabilizou a estruturação temática das comunicações, conforme ilustrado pelo Gráfico 6. Dispõe-se que essa representação gráfica das categorias permite a visualização hierárquica das representações, isto é, maior expressividade visual e importância atribuídas às categorias em função do maior índice (quantitativo) de referências extraídas das comunicações.

Gráfico 6 - Representação da distribuição hierárquica das categorias de análise

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As ponderações e menções à dimensão econômica durante as entrevistas foram compartimentalizadas nessa categoria, precisamente 36% do total de referências mapeadas nas oito fontes codificadas – extraídas a partir das 13 entrevistas realizadas, conforme Quadro 4. Esse dado posiciona a referida categoria como líder de citações, seguida da dimensão ambiental, com 24%; social, 19%; cultural, 16% e “desafios e tendências”, 4%.

Quadro 4 – Segmentação estrutural percentual das categorias de pesquisa

Categorias de Análise	Fontes Aplicadas	Quantitativo de Referências	Percentual de Cobertura Referencial
Dimensão Ambiental	8	210	24%
Dimensão Econômica	8	316	36%
Dimensão Social	8	164	19%
Dimensão Cultural	8	138	16%
Desafios e Tendências	8	39	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Vislumbra-se, a partir dos resultados iniciais explicitados, que as relações sociais instauradas nas comunidades extrativistas do babaçu situam o trabalho, a produtividade, a

comercialização, a rentabilização da cadeia produtiva do babaçu e a geração de renda, através desse recurso natural e cultural, como indicadores e qualificadores de grupos socioculturais. Esse processo configura e circunscreve a sobrevivência, a qualidade de vida e a ação coletivas de exploração ou proteção ambiental mediante enfoque e apreensão econômicos.

A economia do babaçu, determinante na condição de sustentabilidade das famílias agroextrativistas do Médio Mearim, faz emergir transversalmente temáticas interdependentes e conectadas, as quais nortearam a edificação das unidades de registro que compõem as categorias de pesquisa (Quadro 5). Pelos discursos dos sujeitos de pesquisa, percebeu-se a materialização da inquietação quanto à perpetuidade das ações históricas de exploração capitalista do trabalhador rural e da floresta de babaçu, conduzidos, sobremaneira, pelos agropecuaristas.

Quadro 5 – Sistematização das unidades de registro e ideias centrais por categoria

Categoria de Análise	Unidades de Registro	Ideia Central
Dimensão Econômica	Criatividade, Empreendedorismo e Cooperativismo Cadeia Produtiva do Babaçu Desenvolvimento das Comunidades Extrativistas Capitalismo, Empresas e Exploração ASSEMA “Não monetário” Redes	Análise da dinâmica da cadeia produtiva do babaçu e dos impactos da ação empreendedora, da criatividade e das práticas empresariais e cooperativas direcionadas à produtividade, à valoração cultural e à sustentabilidade locais.
Dimensão Ambiental	Comportamentos, Ações e Práticas comuns Valores, Ética e Educação ambientais Floresta de Babaçu e Degradação Plano de Manejo	Evidenciar condutas ambientais expressas por meio de práticas e valores fomentados pela economia criativa e pela mentalidade empreendedora.
Dimensão Social	Desenvolvimento Social Cooperação, Colaboração e Associação Luta e Empoderamento Mobilização Política	Destacar as ações sociais de atuação cooperativa e politicamente alicerçada, evidenciando como a luta pelo acesso ao babaçu acarretaram em maior proteção ambiental e desenvolvimento.
Dimensão Cultural	Cultura das Quebradeiras de Coco Babaçu Cultura da Sustentabilidade Ambiental	Compreensão do valor ambiental e econômico das Cultura das quebradeiras de coco babaçu, bem como mapear ações concretas e mensuráveis que alcançam o modo de pensar e agir das pessoas e grupos sociais envolvidos na cadeia produtiva do babaçu.
Desafios e Tendências		Levantamento dos principais desafios enfrentados pelas quebradeiras e empreendedores sustentáveis no processo de proteção ambiental, rentabilização da cadeia e perpetuação da cultura local.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Tal intranquilidade se mostrou recorrente mesmo diante do atual amparo legal que permite o acesso livre ao babaçu por essas famílias. Trata-se da “lei na marra”, como os entrevistados preferiram qualificar, devido à sua parca obediência por parte dos latifundiários e pela necessidade infinda de lutar e impor (na marra) o ingresso nos territórios de colheita do babaçu.

Até os anos de 1970, o babaçu foi um dos principais produtos de exportação do Maranhão, tendo seus índices de produção deslocados para baixo devido à mudança de cenário produtivo, conduzido pela alta produtividade do algodão e/ou do arroz (CORDEIRO, 2008). Ayres Júnior (2007) aponta que, nessa época, o sistema de comercialização das amêndoas de babaçu perenizava a pobreza. O agropecuarista e os comerciantes intermediários (os atravessadores) controlavam a cadeia produtiva, o que conduzia a renda fundiária, o foro, o arrendamento, bem como a exploração da força produtiva dos agricultores extrativistas para a imposição de autorizações pagas destinadas ao acesso do babaçu (CORDEIRO, 2008).

Alguns interlocutores – quebradeiras de coco babaçu e líderes comunitários – sinalizaram que esse pagamento era feito de formas variadas, que envolviam desde o preparo de áreas para a agricultura até a imobilização de parte de suas rendas. Segundo eles, esse procedimento postulava uma nova formatação de escravidão. Os fatores sobreditos estão codificados e representam segmentos notáveis das categorias ambiental, social, cultural e “desafios e tendências” desta pesquisa.

Ressalta-se que será dissertado, nas subseções posteriores, o aprofundamento reflexivo e inferencial dos resultados concernentes às especificidades das categorias. O cenário histórico asseverado acima ainda está em vigência, porém, com alterações embrionárias significativas impostas pela luta social, mobilização política e novas ações empreendedoras direcionadas à constituição de negócios sustentáveis, cooperativismo e associativismo.

A colaboração e a formação de redes de relacionamento que perpassam as operações iniciais da cadeia produtiva até a entrega social dos lucros foram elementos poderosos extraídos das falas desses sujeitos. Essas falas evidenciam a latente emergência de uma nova economia (a criativa) que incorpora efetiva e democraticamente a criatividade, a diversidade e a cultura das comunidades locais aos processos de desenvolvimento regional. Tal incorporação contribui para a proteção do patrimônio ambiental e diminuição dos efeitos históricos da conduta exploratória dos latifundiários e “atravessadores”, que culminavam em lutas socioambientais incessantes de acesso e proteção das palmeiras de babaçu.

A sistematização das categorias de fragmentação das comunicações, correlacionadas às suas unidades de registro (Quadro 5), fornece um panorama do norte

conceitual atribuído a cada segmento de exame. A unidade de registro, ou subcategoria, segundo Bardin (2016, p. 134), é a “[...] unidade de significação codificada e corresponde ao segmento do conteúdo considerado de base [...]”. Já as unidades de contexto são elementos destacados das fontes que auxiliam na compreensão das unidades de registro, podendo ser uma frase ou parágrafo (BARDIN, 2016).

A dimensão econômica, por ser o maior repositório de referências do estudo, demandou um quantitativo maior de unidades de registro (sete unidades) para a segmentação e tratamento das unidades de contexto nela alocadas. As dimensões social e ambiental foram arranjadas com quatro unidades de conteúdo-base; a categoria cultural com dois elementos de essência; enquanto a esfera de “desafios e tendências” não foi subdividida. Isso se justifica devido ao baixo percentual de cobertura referencial (5%), mas fecundo em significação (Quadro 4).

A unidades de registro foram minuciosamente construídas a partir da convergência de significações entre os conteúdos das fontes oriundas das entrevistas, as observações em campo, o referencial teórico aqui esmiuçado e a necessidade de resposta da pergunta central de pesquisa deste ensaio. Diversas unidades de conteúdo base foram inesperadas, criadas após a leitura flutuante dos textos e de questões levantadas espontaneamente (sem estímulos do pesquisador) pelos entrevistados, considerando suas experiências e saberes populares adquiridos.

Tais ponderações se evidenciaram indissociáveis do conceito de construção e fomento de um viver sustentável nas comunidades extrativistas do babaçu do Médio Mearim, tais como: a) mobilização política (dimensão social); b) plano de manejo (dimensão ambiental); c) “não monetário” (dimensão econômica); e d) a própria categoria de “desafios e tendências”. Todos esses núcleos temáticos de base apresentam sinergia e estão dinamicamente conectados, impactando diretamente o significado e a produção de inferências sólidas acerca da cultura da sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva do babaçu.

A temática de frequências de palavras, inerente à análise de conteúdo, apropriando-se, em sua execução, integralmente do conteúdo das entrevistas, foi delineada e sintetizada (Tabela 4), demonstrando como está fundamentado o discurso de sustentabilidade dos sujeitos inquiridos. São enunciados que expressam maturidade quanto à percepção dos caminhos a serem trilhados para materialização do viver sustentável na localidade, porém sobrecarregados de desafios, intempéries, agentes e instrumentos de desmobilização, entre eles: a) a falta de políticas públicas de estímulo à produção e comercialização dos produtos derivados da amêndoa de babaçu; b) a não efetivação da lei de acesso livre ao babaçu, que carece de cumprimento

irrestrito e impessoal; c) aplicação deliberada de agrotóxicos nas palmeiras de babaçu; d) percepção de rentabilidade apenas para a agropecuária, o que abre espaço para a devastação da floresta; e e) risco de descontinuidade da cultura das quebradeiras de coco, bem como da floresta nativa, entre outros a serem evidenciados *a posteriori*.

Tabela 4 – Contagens e percentuais ponderados das palavras mais frequentes nas categorias

Palavra	Contagem	Percentual Ponderado (%)
Babaçu	221	1,04
Gente	165	0,78
Trabalho	94	0,44
Pessoas	85	0,40
Ambiental	83	0,39
Cooperativa	82	0,39
ASSEMA	77	0,36
Quebradeiras	59	0,28
Famílias	54	0,25
Floresta	53	0,25
Palmeira	53	0,25
Preocupação	48	0,23
Comunidade	47	0,22
Produção	47	0,22
Empresas	44	0,21
Mercado	38	0,18
Filhos	34	0,16
Proteção	33	0,16
Sustentabilidade	33	0,16

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Evidenciam-se palavras que validam a racionalização adotada nesta pesquisa para arquitetura e produção das categorias de investigação, cuja intenção é validar a hipótese da existência de um viver sustentável na cadeia produtiva do babaçu, a qual é fomentada pela economia criativa integrada à configuração social. Como exemplo, cita-se: a) **babaçu, proteção, floresta, palmeira e ambiental** expressam a presença latente da dimensão ambiental nos discursos apurados; b) **pessoas, gente, ASSEMA, filhos, famílias, quebradeiras e comunidade** representam a categoria social; c) **trabalho, mercado, cooperativa, produção e empresas** legitimam o núcleo econômico; d) **preocupação** pertencente à esfera “desafios e tendências”; e (e) **sustentabilidade** ratificando a categoria cultural.

Determinadas palavras são transversais a uma ou mais categorias, como os termos **ASSEMA, cooperativa, babaçu, floresta, preocupação e sustentabilidade** que, a título de

sucinto exemplo, rejeitaram as fronteiras limítrofes das categorias e foram codificados em todos os núcleos. Entende-se, a partir disso, que persevera uma relação imanente entre particularidades da exploração e do cuidado ambientais com as relações de (in)dependência social e de difusão, e/ou (des)valorização cultural, as quais tendem a ser viabilizadas ou dificultadas pela maneira com a qual a dimensão econômica se assenhora dessas variáveis.

Destaca-se a imprescindibilidade de aplicação factual dos princípios de economia criativa, explicitados na fundamentação teórica deste trabalho e que estão incipientemente ativos na cadeia produtiva do babaçu no Médio Mearim. Com efeito, salienta-se que tais concepções e aplicabilidades da nova economia são conduzidas por cooperativas e associações de extrativistas do babaçu e impulsionadas por empreendimentos sustentáveis, em caráter embrionário, como já mencionado. Cabe destacar que as afirmativas pronunciadas a respeito desse cenário são legitimadas pelas informações e observações logradas em campo.

Depreende-se, também, que há uma indubitável atuação de associações, em particular a ASSEMA, e de cooperativas de trabalhadores rurais extrativistas, como a COPPALJ e COPPAESP. Essas associações e cooperativas exercem um trabalho imprescindível no alcance da sustentabilidade local, sobremaneira através do assessoramento comercial das comunidades extrativistas, consultoria de gestão, integração política dos consorciados, oferta de educação, formação profissional e difusão da proteção ambiental e de desenvolvimento e valorização da cultura das comunidades, que subsistem através do babaçu.

Indagações plausíveis emergiram após a averiguação da representação gráfica relacionada às palavras mais frequentes nas categorias de investigação (Gráfico 5): a) Em qual contexto essas palavras foram ditas?; b) Esse cenário em que foram mencionadas clarifica a percepção e disponibiliza insumos informacionais para ajuizar-se acerca da existência ou fertilização de um viver sustentável local?; c) Há intenções implícitas que motivaram a inserção desses termos nos discursos?; e d) As palavras proferidas obedecem a sua semântica habitual ou foram empregadas para exprimirem outras significações?

Para equacionar essas inquietações, avaliou-se, através da produção de mapas de árvores das palavras mais frequentes, as circunstâncias e o ambiente em que os termos recorrentes foram enunciados. Selecionaram-se determinadas palavras a partir do critério hierárquico de frequências dessas expressões nas fontes e a fundamentação requerida para resposta das perguntas supracitadas, conforme abaixo:

(a) Babaçu:

[...] empresas que estejam alinhadas ao trabalho de conservação ambiental, economia solidária e criativa [...] a gente tem apoio de uma empresa internacional que chama AVEDA, da área de cosméticos. Temos também a Body Shop, ambas fabricam cosméticos com o babaçu, as duas são empresas que se alinham ao trabalho da sustentabilidade ambiental, fazem investimentos em projetos sociais, de compensação, discutem com a gente os preços que a gente chama de preço justo para aquisição da matéria-prima. (Entrevistado 1).

Tive 5 filhos, todos criados a partir do coco babaçu. (Entrevistado 5).

Pessoas entendia o babaçu como complemento, eu como sustentabilidade de 100%. (Entrevistado 11).

Queremos mais soldados que lutem pela defesa do babaçu, da floresta, do meio ambiente, pela valorização das quebradeiras de coco. O babaçu é sustentabilidade econômica. (Entrevistado 6).

Para acabar de destruir as florestas de babaçu, eles tão colocando veneno no olho das pindobas. (Entrevistado 8).

Nós lutamos pelo desenvolvimento sustentável. Lutamos por isso porque queremos que nossos filhos, nossos netos, mesmo nós tendo menos necessidade agora, mas quem ta chegando terá muito mais necessidade, porque aqui a riqueza natural que se tem é o babaçu. (Entrevistado 12).

As unidades de contexto selecionadas para aclarar cenários e intenções dos discursos concernentes à palavra “babaçu” revelam interdependência entre vetores essenciais à sustentabilidade e à solidez nas conexões conceituais e práticas sustentáveis, proclamadas pelos sujeitos inquiridos.

O Entrevistado 1, ao ser indagado a respeito dos critérios adotados para estabelecimento de parcerias com empreendimentos ambientalmente criativos, relata com propriedade e complexidade a interrelação vívida estabelecida entre dimensões econômica “[...] (discutem com a gente os preços que a gente chama de preço justo para aquisição da matéria-prima), ambiental (as duas são empresas que se alinham ao trabalho da sustentabilidade ambiental) e social (fazem investimentos em projetos sociais).”

Acselrad e Leroy (1999, p. 48), ao abordarem a interdisciplinaridade inerente a sustentabilidade, contribuem com o mencionado acima ao preceituarem que o propósito da supervivência do ambiente natural deve estar necessariamente alinhado a outras missões, tais como a “[...] equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana [...]”.

Silva (2000) complementa ao constatar que a teoria atinente à sustentabilidade, preliminarmente atrelada à dimensão ambiental, libertou-se dessa circunscrição, evoluindo e alcançando os domínios sociais, políticos, econômicos e culturais, impreteríveis laços sinérgicos de factibilidade do viver sustentável.

Feitosa (2016) dialoga de modo a conectar os preceitos da sustentabilidade aos problemas e demandas da sociedade, atestando a indissociabilidade entre as diversas categorias

relevadas e patenteadas neste ensaio. Essa relação está explícita na fala do Entrevistado 5, que correlaciona o babaçu à criação de seus filhos, e do Entrevistado 1, que, ao abordar parcerias entre cooperativas, ASSEMA e empreendimentos, aponta o investimento financeiro em projetos de cunho social.

O Entrevistado 12, valendo-se de sua experiência de vida, de sua atuação enquanto trabalhador rural agroextrativista, dos saberes populares e da cultura secularmente transmitida, estabeleceu conceito próprio de sustentabilidade ao correlacionar o potencial da riqueza do babaçu e a luta ambiental com o suprimento contínuo das necessidades das gerações mais jovens e futuras. A construção teórica desse interlocutor, em sintonia com a fala do Entrevistado 11, equipara-se com a teorização que consagrada a sustentabilidade como “[...] o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades [...]” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

O imperativo da proteção, da conservação e da garantia de inextinguibilidade ao recurso, que, para além da mera complementação, representa “sustentabilidade de 100%”, conforme o Entrevistado 11, manifestou-se a partir da primeira frente de expansão pecuária (década de 1950 e meados de 1960), consolidando-se na década de 1970, quando a Lei Sarney (MARANHÃO, 1969) vigorou. Sublinha-se que essa lei foi qualificada como uma fronteira que remodelou o relacionamento entre trabalhadores rurais agroextrativistas e latifundiários, sobretudo diante da catalisação dos processos relativos à pecuária e do zoneamento de terras no estado, tornando-o conflituoso e desigual. Terras que, em outro tempo, eram de livre acesso.

O contexto histórico supracitado também simboliza o depauperamento da produção e comercialização de amêndoas de babaçu, bem como o decorrente encolhimento do *Market Share* do babaçu na economia regional e nacional. Esse processo de desaceleração da produtividade e de retração das receitas foi intensificado pela publicação de Decretos Estaduais, os quais permitiram que empresas, indústrias e agropecuaristas devastassem milhares de hectares de floresta de babaçu (RÊGO; ANDRADE, 2006).

Nota-se que esse cenário está evidenciado na fala apreensiva do Entrevistado 8, quando declara que, “[...] para acabar de destruir as florestas de babaçu, eles (os fazendeiros) tão colocando veneno no olho das pindobas [...]”. Tal testemunho foi enunciado após ser interrogado sobre as dificuldades dominantes para manutenção da floresta de babaçu viva e consagração da sustentabilidade local.

Compartilhando a mesma inquietude e ciente da necessidade de materializar práticas e ações que efetivem a sustentabilidade ambiental, o Entrevistado 6 apela à convocação de “[...] soldados que lutem pela defesa do babaçu, da floresta, do meio ambiente, pela

valorização das quebradeiras de coco [...]”. Por fim, esse interlocutor associa categorias e expõe um discernimento sobre como constituir um viver sustentável ao designar que “[...] o babaçu é sustentabilidade econômica [...]”.

Vislumbra-se, diante desses resultados, o discernimento prático-conceitual que apreende o viver sustentável enquanto convergência indissociável de forças emanadas das mais diversas esferas, as quais impactam diretamente na qualidade de vida, na sobrevivência do ambiente natural e, conseqüentemente, na humanidade. Ressalta-se que as dimensões de sustentabilidade direcionam a compreensão da vida, as circunstâncias de luta e de reconhecimento e a eliminação das raízes da segregação social e das variáveis limitantes das práticas sustentáveis (SILVA, 2000).

(a) Sustentabilidade:

[...] precisamos pensar em um projeto de sustentabilidade, de políticas, de leis que tenha poder para avisar a essas empresas que estamos aqui [...] as grandes empresas vão olhar que aqui tem uma proposta de sustentabilidade, não um projeto tão grande como o deles, mas aqui gera renda [...]. (Entrevistado 2).

O babaçu é a sustentabilidade da nossa vida. Eu não precisava sair da minha casa. Não há ouro algum no mundo que pague mais que o babaçu [...]. (Entrevistado 6)

O maior produtor de babaçu no Maranhão e no Brasil é o Mearim, então esse nó da sustentabilidade, da convivência harmônica com o babaçu – lembrando que ainda tem o agropecuarista, o pessoal que trabalha com fogo e agrotóxico na agricultura no meio desse nó – essa é a grande discussão. Esse nó é difícil de desatar[...]. (Entrevistado 3).
Precisamos implantar a sustentabilidade no Médio Mearim, nas comunidades que vivem do babaçu e o protegem com suas vidas. Sou líder de uma empresa que acredita que a sustentabilidade econômica pode estimular sim uma cultura onde todos aqueles que obtenham renda na cadeia produtiva do babaçu vão passar a proteger o babaçu com mais força. Digo mais: aqueles que não tão fazendo parte da iniciativa, passará a cuidar e preservar o babaçu e floresta para ser inserido no processo ou por descobrir que depende da natureza pra viver. (Entrevistado 4).

Deheinzelin (2008) afirma que é preciso transmutar os intangíveis culturais, o diferente, o único e o diverso, além dos recursos naturais em qualidade de vida. Para a autora, essa riqueza potencial e exponencialmente ascendente apenas emergirá através de ações, práticas e políticas adequadas, direcionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade. Em sintonia com o preceituado por Lala Deheinzelin (2008), o Entrevistado 2 enfatizou severamente em seu discurso que “[...] precisamos pensar em um projeto de sustentabilidade, de políticas, de leis que tenha poder para avisar a essas empresas que estamos aqui [...]”. O entrevistado entrelaça indissociavelmente legislação focada na promoção efetiva da sustentabilidade e proteção diante das empresas que objetivam, exclusivamente, a geração de valor econômico em detrimento das esferas cultural, social e, sobretudo, ambiental. O

entrevistado não deixou, ao final de seu posicionamento, de conectar a sustentabilidade aos domínios econômicos, determinando que: “mas aqui gera renda”.

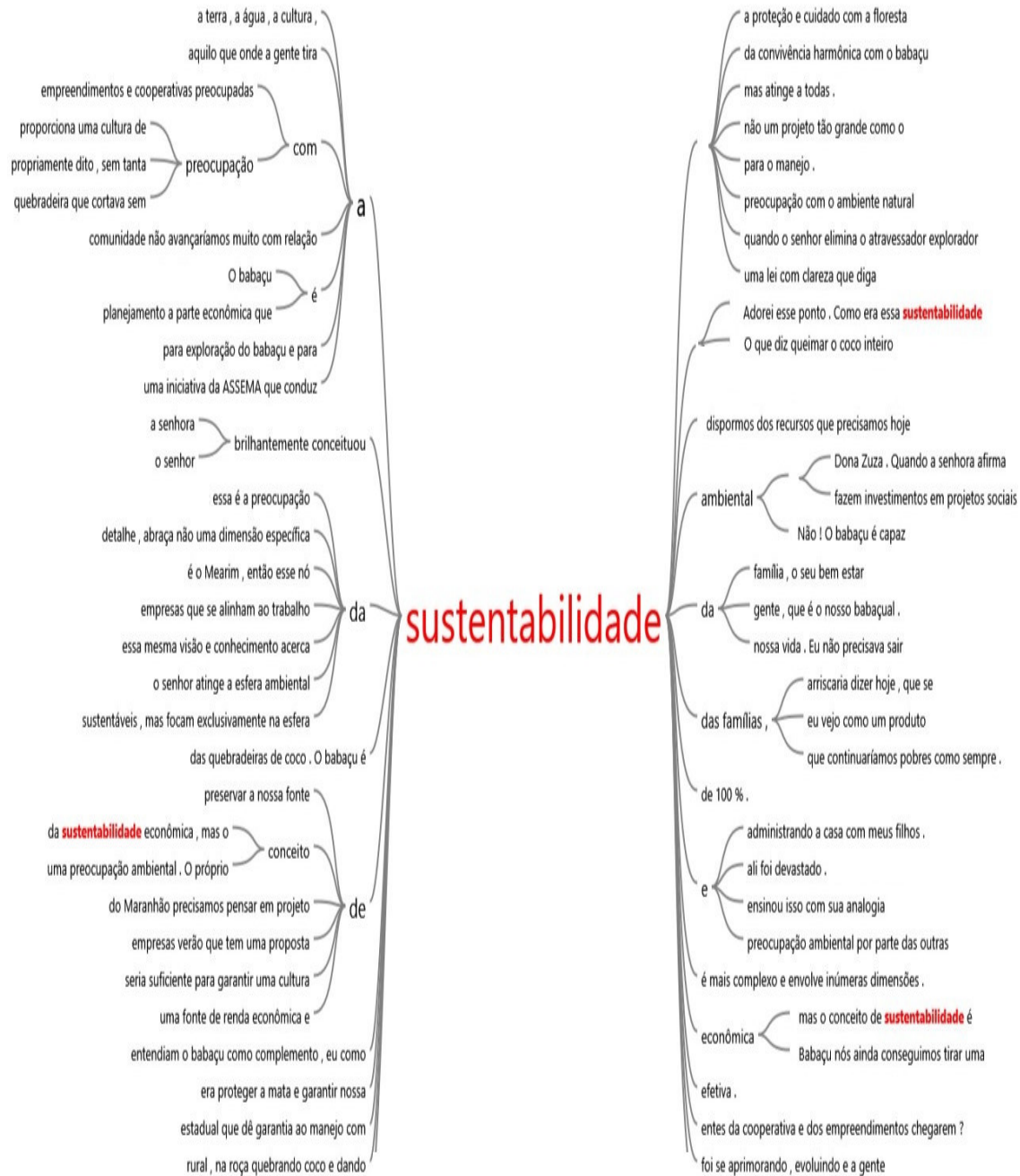
A colocação do Entrevistado 4 posiciona a esfera econômica e a capitalização das operações produtivas da cadeia do babaçu como primordiais para a materialização de atitudes efetivas de proteção e conservação das florestas nativas. O Entrevistado 6 reconhece no recurso natural uma fonte determinante para a sustentabilidade das comunidades agroextrativistas, porém, acrescenta que sobreleva o eixo econômico ao declarar: “[...] não há ouro algum no mundo que pague mais que o babaçu [...]”. Os vocábulos “ouro” e “pague” fundamentam essa proposição.

Deheinzelin (2008) aprimora essa visão acentuando que, para serem legítimas, tais ações infalivelmente devem abranger não somente a dimensão econômica, mas os demais eixos incorporados pela economia criativa, a citar: o social, o natural e o intangível (simbólico, cultural, conhecimento, saberes populares e experiências).

No que tange aos entraves relacionados à factibilidade do viver sustentável no Médio Mearim, o “nó da sustentabilidade” para o Entrevistado 3 está na “convivência harmônica com o babaçu”. A locução “babaçu”, nesse caso, deve ser interpretada a partir de uma ótica totalizante, que abranja todo o ecossistema nativo. Para o interlocutor, entre os agentes condutores da problemática impeditiva que usufruem da sustentabilidade factível estão “[...] o agropecuarista, o pessoal que trabalha com fogo e agrotóxico na agricultura no meio desse nó [...]”. Por fim, sentencia: “[...] essa é a grande discussão. Esse nó é difícil de desatar [...]”.

Com a intenção de proporcionar indícios e contextos adicionais ao termo “sustentabilidade”, mapeados pela totalidade das fontes codificadas, consubstancia sua árvore (Figura 1), fundada na correlação simbólica da palavra base (raiz) com outros elementos semânticos basilares (folhas), os quais evidenciam o contexto em que fora proferida.

Figura 1 – Mapa de árvore da palavra “sustentabilidade”

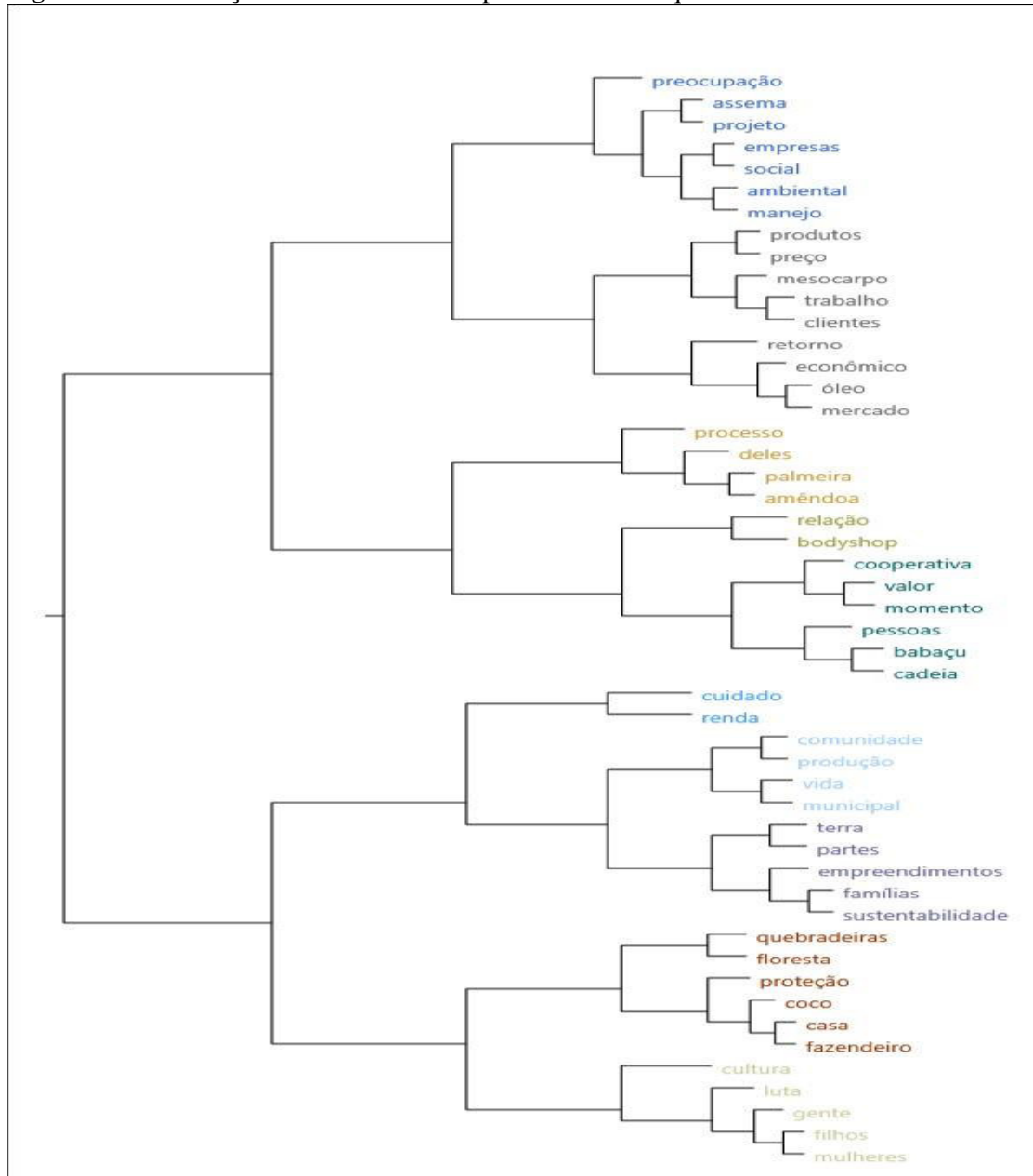


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Exibe-se, abaixo, a nuvem das 100 palavras mais frequentes nas fontes examinadas (Figura 2), complementando as informações dispostas na (Tabela 4). Ressalta-se que, na medida em que a recorrência de aparecimento aumentar, maior será o tamanho visual do termo no diagrama. Essa técnica é operada para fins didáticos, objetivando descomplexificar a visualização dos dados e seus níveis de reincidência e expressividade nas comunicações.

catalisado – ou não, como ainda será abordado neste capítulo – por **empreendimentos** atuantes em determinadas **partes** do território (**terra**), conferindo incremento na **produção**, geração de **renda**, estímulo ao cuidado da palmeira nativa e **vida** à sustentabilidade nas **comunidades**.

Figura 3 – Distribuição em clusters das 50 palavras mais frequentes nas fontes



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Destaca-se que a segunda divisão do diagrama, em harmonia indissociável com a precedente, conduz à inferência: **pessoas** politicamente organizadas em **cooperativas** e em **relação** parceriada com determinados empreendimentos, a exemplo do **Body Shop**, que agrega **valor** à **cadeia** do **babaçu**. Com isso, **processos** são criativamente aprimorados e os **produtos**

derivados da **amêndoa** de babaçu, como a farinha de **mesocarpo**, oportunizam **retornos econômicos** ascendentes. Isso é processado sem um plano de **manejo, projeto** defendido e ensinado pela **ASSEMA** na qualidade de instrumento da sustentabilidade ambiental – em ação conjunta com os empreendimentos que investem em desenvolvimento **social** das comunidades; aumentando, dessa forma, a **preocupação** em manter a floresta viva.

Como já aludido, este ensaio consiste em uma pesquisa interdisciplinar, efetivada em diversificados recortes geográficos e mediante grupos heterogêneos de sujeitos. Diante dessa multiplicidade de variáveis, faz-se mister, nesta etapa da análise de conteúdo, o cruzamento das informações codificadas pertinentes a esses atributos de “cidade investigada” e “função do entrevistado”, em cada uma das categorias de análise.

Intenciona-se, desse modo, evidenciar as contribuições angariadas nessas esferas de informações, tanto para construção das categorias de averiguação e das unidades de registro correspondentes, quanto para examinar e compreender posturas individuais e coletivas, visões sociais e corporativas, processos, preocupações e cultura.

Processou-se, inicialmente, a contagem de referências de codificação por cidades investigadas nas categorias do inquérito (Gráfico 7). Diante da matriz de cruzamento dessas variáveis, constatou-se que no município de Pedreiras há um volume superior de termos sistematizados em todas as categorias de pesquisa. Atribui-se isso à atuação da ASSEMA em todas as dimensões de sustentabilidade na região do Médio Mearim, sediada na cidade. Essa sentença se fundamenta em dados oriundos das entrevistas, nas quais, para aclarar o trabalho operado pela associação, salientam-se as seguintes falas que indicam tal maturidade:

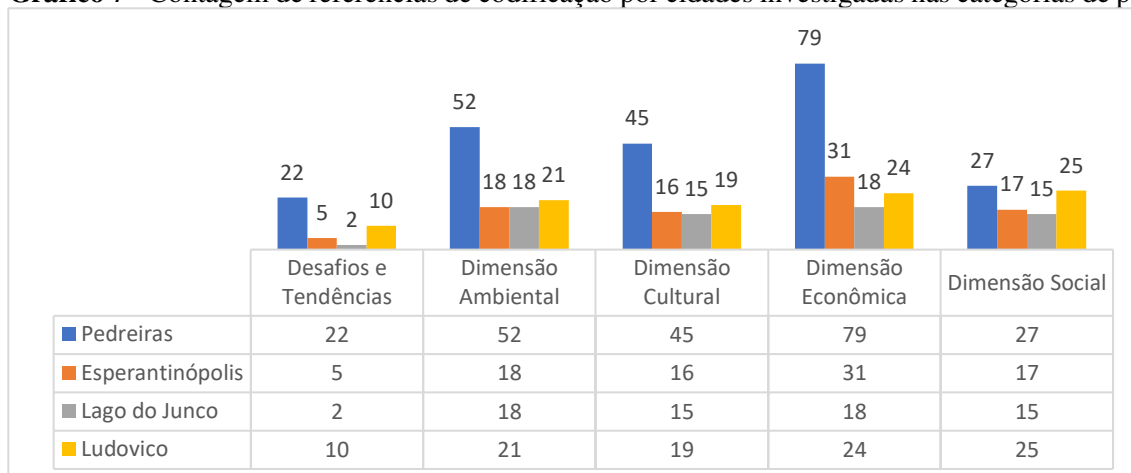
[...] criamos a ASSEMA para organizar os assentados para fazer a gestão de seus assentamentos, administrar a produção, criar um fortalecimento político, cooperativismo, pra fortalecer o associativismo, para criar oportunidade de formação acadêmica para nossos filhos e jovens [...]. (Entrevistado 2).

[...] a ASSEMA é uma associação de associações, uma espécie de guarda-chuva que tem sócios coletivos e individuais, trabalha em 16 municípios na região do Médio Mearim. Caracterizada mais pelo trabalho de assessoria política e técnica a agricultores familiares, quase todos eles extrativistas do babaçu e trabalha com agroecologia com incentivo a projetos produtivos que são desenvolvidos com os princípios da agroecologia e, também, trabalha o aproveitamento do babaçu, o extrativismo do babaçu. Apoia organizações, associações e cooperativas que fazem o aproveitamento direto do babaçu, produzindo subprodutos como sabão, sabonete, torta, mesocarpo, vários produtos [...]. (Entrevistado 1).

A ata de constituição da associação colabora com as unidades de registro supratranscritas ao dispor que a sua missão é assessorar projetos e processos de execução nas zonas desapropriadas ou arrecadadas pelo poder público, além de “[...] fortalecer a organização econômica, social e política dos trabalhadores rurais assentados, contribuindo para o avanço

das lutas populares, sobretudo da reforma agrária e preservação ambiental de áreas de assentamento [...]” (ASSEMA, 1989, p. 2).

Gráfico 7 - Contagem de referências de codificação por cidades investigadas nas categorias de pesquisa

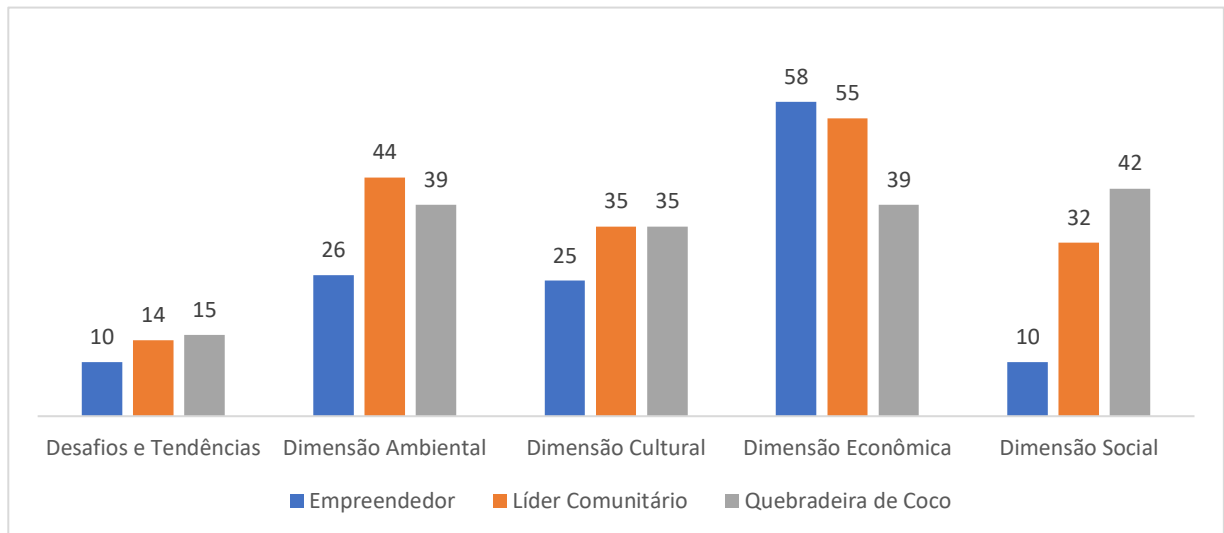


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A ASSEMA estabelece um novo processo de mediação e mobilização na esfera das lutas socioambientais, colocando a originalidade em sua mobilização política, não mais restrita às dimensões econômicas e sociais, mas a uma profusão de causas e esferas calcadas na valorização cultural e qualidade de vida (GAIOSO, 2000). Lima Neto (2007) conclui que a associação reúne sócios e parceiros que congregam o objetivo comum de consolidar as terras readquiridas e efetivar a sua sustentabilidade.

Realizou-se outro profícuo concatenamento de codificações (Gráfico 8), correlatando-se, referências de codificação qualificadas pelas funções dos entrevistados nas categorias de pesquisa. São três atuações profissionais distintas e visões de mundo complementares, porém, com focos específicos e vigorosamente posicionados. O diagrama aponta os empreendedores como líderes de referências mapeadas e dispostas percentualmente na dimensão econômica, única em que esses sujeitos lideram. Apesar disso, nota-se a presença de elementos codificados, ainda que em menor recorrência que os demais entrevistados, pertencentes a outras categorias. Destaca-se a contribuição à construção da dimensão social, com apenas dez referências codificadas ou 11,9% do total pertencente a essa categoria de pesquisa; e a ambiental, com 26 referências ou 23,9%.

Gráfico 8 - Contagem de referências de codificação por função do entrevistado nas categorias de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Ainda sobre os empreendedores entrevistados, os baixos índices apresentados nas demais categorias da sustentabilidade podem apontar desequilíbrio de preocupações, onde a busca por produtividade e lucratividade pode se proceder em detrimento da inovação em processos e soluções de problemas ambientais. Tal busca atinge diretamente o ecossistema do babaçu, geração de valor à sociedade, desenvolvimento regional, além da valorização e perpetuação da cultura local das quebradeiras de coco.

Apropriando-se dos dados explicitados até este ponto, vislumbra-se o descortinar da disposição dos alicerces iniciais da edificação de uma cultura de sustentabilidade no recorte geográfico investigado, em caráter incipiente. Para que a construção desse latente viver sustentável não seja comprometida ou suspensa, Cohen, Smith e Mitchell (2006) recomendam atenção às motivações do empreendedor, sobretudo ao autodeclarado sustentável, concebendo essa modalidade contemporânea de empreendedorismo como aquela que almeja lucros a partir da geração de valor econômico, social, cultural e ambiental.

Parrish (2008) preconiza um modo de empreender integralizado à prática e ao conceito de desenvolvimento sustentável, incorporando às estratégias e aos planos de desenvolvimento de um empreendimento as dimensões ambientais, culturais e sociais, considerando tanto a lucratividade quanto a perpetuidade humana no globo. O autor ainda alude que a competência de colaboração acurada de uma organização para o desenvolvimento sustentável incrementa quando as metas de criação de grandezas econômicas reduzem.

Verificou-se, também, contribuições e possíveis inferências oportunizadas pela matriz de contagem de referências de codificação por unidades de registro, as quais estão em conexão com os papéis profissionais do entrevistado na cadeia produtiva.

Faz-se imperioso informar que os empreendedores entrevistados não fizeram alusão aos termos ou expressões codificáveis nas subcategorias de “mobilização política” e “não monetário”, componentes estruturadores das dimensões social e econômica, respectivamente. Relata-se ainda que esses profissionais contribuíram inexpressivamente para a concepção e formação das repartições relativas à “cooperação, colaboração e associação” (1 referência ou 2,44% do total de itens compartimentalizados) e ao “capitalismo, empresas e exploração” (2 referências ou 4,76%), sendo esta pertencente à esfera econômica e aquela à social.

A competência de manifestar recorrentemente expressões e inquietações ligadas às categorias de análise social, cultural e, sobretudo, ambiental foi incumbência das quebradeiras de coco babaçu e líderes comunitários, apesar dos empreendedores terem manifestado entendimento e atenção concreta compatíveis ao universo não econômico do viver sustentável. Essas preocupações, que auxiliaram na concepção das unidades de registro deste ensaio, conglomeraram as seguintes temáticas: a) manutenção da floresta de babaçu em pé, através da difusão de valores, ações e educação ambiental; b) exploração e supressão do trabalho agroextrativista da quebradeira na cadeia produtiva; c) necessidade de estruturação política e trabalho cooperativo; d) valorização da cultura local, posicionada como instrumento de sustentabilidade; e e) debate sobre os principais desafios atuais e futuros da sobrevivência cultural e humana local.

Nota-se um possível hiato entre os discursos, as práticas e visões no cerne da latente sustentabilidade das comunidades agroextrativistas no Médio Mearim. Em um dos lados posicionam-se os empreendedores, em outro os representantes dos agroextrativistas e quebradeiras de coco, estes com sólida inclinação à busca de desenvolvimento regional, geração de valor social, cidadania, representação política, valorização e manutenção cultural e urgência na proteção e conservação da mata de babaçu. Já os primeiros, apesar de não rechaçarem essas representações, direcionam esforços para contemplar e realizar ações da dimensão econômica.

Diante disso, ressalta-se que a economia criativa, em essência, ultrapassa as fronteiras do espectro econômico – geralmente restrita aos processos produtivos e manufatureiros tradicionais, ou seja, socialmente exploratórios e ambientalmente predatórios – e engloba dinamicamente grandezas ambientais, sociais e culturais dos povos. O universo da economia criativa absorve com propriedade nuances culturais e produtivas, acarretando em novos negócios e posturas empreendedoras, além de mudanças sociais e políticas nos currículos

educacionais, soluções de preservação ambiental e desenvolvimento local (GOLDEINSTEIN, 2007; REIS, 2008)

As quebradeiras de coco babaçu e líderes comunitários manifestaram profunda harmonia entre as percepções e ações, o que, como observado em campo, é disseminado ao longo desses corpos sociais. Apurou-se que isso ocorre por desejo dos trabalhadores rurais, ainda não associados ou não cooperados à integração da cadeia produtiva mais rentável e profissional, o que demanda conformação com os padrões de cuidado e preservação ambientais impostos pelos processos produtivos das associações, cooperativas e empresas multinacionais parceiras; e pela influência da educação ambiental – semeada nas comunidades pelas cooperativas em parceria com a iniciativa pública e empreendimentos – e da ação desses sujeitos formadores de opinião e conduta comuns.

Para enriquecimento desta investigação, propôs-se um segundo nível da análise de conteúdo, complementar à clássica explicitada até a presente ocasião. Foram abordadas especificamente as categorias de pesquisa, suas unidades de registro e de contexto correspondentes. O objetivo é, além de aumentar a produtividade da informação final, apreender e transmitir o estrutural e o original das significações produzidas pelos sujeitos.

5.2 Categoria Econômica

Esta categoria foi arquitetada com a finalidade de expor logicamente os resultados da pesquisa de campo concernentes à esfera econômica deste ensaio e contribuir com a consecução da problematização através de análises da dinâmica da cadeia produtiva do babaçu, dos impactos da ação empreendedora aliada à criatividade e das práticas empresariais e cooperativas direcionadas à sustentabilidade local.

Para tanto, foram selecionadas as cinco subdivisões (unidades de registro) mais representativas dessa categoria, apreciando-se criticamente os resultados expostos.

5.2.1 Cadeia Produtiva do Babaçu

Recorrendo aos trechos abaixo dispostos, foram condensados os conteúdos mais frequentes e apinhados de significância nos discursos dos entrevistados atinentes à cadeia produtiva do babaçu:

Produzíamos o extrativismo do babaçu e agricultura do arroz, feijão, mandioca, milho, horticultura e pequenos animais, tudo era levado pelos atravessadores pelo preço que

a gente não tinha nem o direito de questionar e nem dizer nosso preço, era quanto eles pagavam. (Entrevistado 12).

Se hoje fossemos dormir e amanhã não tivesse mais babaçu, as famílias iria sofrer um impacto muito grande com relação a questão econômica pois há famílias que 50%, ou mais, da renda vem do babaçu. (Entrevistado 3).

Infelizmente a gente não tem produto suficiente, nem óleo e mesocarpo suficiente para atender uma clientela maior devido à falta de tecnologia, problemas de conservação, manejo mais produtivo, acesso a áreas e mão de obra. A cadeia produtiva do babaçu é cheia de desafios. (Entrevistado 1).

Hoje vendemos o litro de óleo orgânico por R\$ 12,50, mas com rastreabilidade, com empenho das famílias, sem trabalho com crianças ou escravo, é educativo, uma coisa que desenvolve a comunidade, que tem os saberes tradicionais agregado ali dentro, que tem a tradição. Precisa ser valorizado. (Entrevistado 2).

O Entrevistado 12 rememora a histórica exploração e desigualdade de poder ainda presentes nas relações comerciais dessa cadeia produtiva. Santos (2005, p. 306) dispõe que nessas correlações sociais residem uma dupla disparidade de poder “entre capitalistas e trabalhadores, por um lado, e entre ambos e a natureza, por outro”. O Entrevistado 8 corrobora ao declarar que “era uma dificuldade muito grande vender a amêndoa, vendíamos no Piauí, muitas vezes em Pedreiras e não ganhávamos quase nada, ganhávamos centavos”. Santos (2005) alerta que esse processo resulta em externalidades socioambientais evidenciadas nos impactos ambientais e decorrentes da manufatura. Já para Acselrad e Leroy (1999), os fundamentos do desequilíbrio ecológico estão na acepção do capital posicionar a natureza como um ativo de livre acesso, e as avarias ambientais dos processos produtivos como externalidades.

Assenhora-se que a economia criativa tem a competência de atribuir valor agregado, a partir dos intangíveis, aos produtos. Entretanto, seus efeitos não se limitam à agregação de valores às mercadorias, atingindo os processos criativos de produção (DEHEIZELIN, 2009; GOLDEINSTEIN, 2008; REI, 2008; VASCONSELOS, 2008). Diante dos resultados deste ensaio, percebeu-se profunda necessidade de desenvolvimento de tecnologias e fomento à inovação, como esclarecido pelo Entrevistado 1. Isso está estagnando a produção e retardando o processo de instauração de um ecossistema de economia criativa no Médio Mearim. O Entrevistado 4 ratifica tal proposição ao reconhecer que “[...] o babaçu tem um valor econômico muito grande, com mais de 60 diversidade. Estamos engatinhando pois só estamos coletando o coco, torando as amêndoas, prensando e fazendo um óleo bruto, só filtrado, uma matéria-prima [...]”. Em consequência, encontra respaldo nas palavras do Entrevistado 10: “é um produto com capacidade para agregar valor ineficientemente aproveitado”.

Destaca-se que esse fator é fomentado pela falta de políticas e representatividade públicas efetivas, o que é descortinado quando o Entrevistado 3 enfatiza que “[...] a cadeia produtiva do babaçu merece ser vista pelo governo à altura que merece. Governos, universidade, institutos precisam olhar para o extrativismo do babaçu com um pouco mais de

propriedade [...]”. O Entrevistado 11, ao abordar as vantagens da edificação de novas tecnologias, explicou que há impasses nas percepções devido ao risco potencial de replicação dos processos capitalistas discriminatórios e exploratórios:

Há um medo de que uma tecnologia tire a matéria-prima das mãos da quebradeira e passe para as mãos dos fazendeiros. Tem o risco de apropriação e domínio dos fazendeiros. Por outro lado, as tecnologias até então criadas não tem poder de convencimento porque não são eficientes e acessíveis. O machado é um instrumento acessível para qualquer pessoa comprar e manusear. Não existe consenso se é bom ou ruim, mas o fato é que produzimos menos devido à falta de tecnologias.

O receio supracitado está evidenciado na fala do Entrevistado 6, ao mencionar que “[...] os fazendeiros não se preocupam com seres humanos, com as produtoras ou babaçu, se preocupam é com o gado dele. Manda é passar o arado e o trator pra derrubar as palmeiras [...]”. Já o Entrevistado 12 anuncia que “nossa situação antes das cooperativas, década de 1960 até meados de 1985, era igual a dos negro trazidos da África pra trabalhar nas fazendas. Só parece diferente porque não eram mais apenas os negros, mas os pobres escravizados”. O Entrevistado 11 recorda que o projeto da pecuária extensiva, implementado pelo então presidente José Sarney, acarretou na “ocupação do espaço das pessoas com boi, tirou essa possibilidade de sobrevivência da gente”. Essa afirmação é complementada pelo Entrevistado 6, quando este remonta a exploração impetrada pelos latifundiários e as origens do movimento de luta das quebradeiras de coco babaçu: “Cercaram tudo [...], mas entravamos escondido porque precisava sobreviver. Aí eles pensaram: vamos derrubar todas as palmeiras. A derrubada das palmeiras não ocorreu só por causa da pecuária [...]”.

Compreende-se que, conscientemente, os sujeitos associam a eficiência dessa cadeia produtiva à sustentabilidade, como dito pelo Entrevistado 3 no início desta seção. O Entrevistado 10 promove essa agregação afirmando que, “[...] quando a gente fala do óleo orgânico certificado, a gente pode botar aí o dobro do valor de mercado, em uma área certificada [...]”. Esse entrevistado congregou geração e incremento de renda, aprimoramento do processo produtivo e certificação ambiental impetradas por empreendimentos multinacionais com políticas de cuidado ambiental sólidas. Há uma combinação plausível dos aspectos econômicos com os ambientais, essenciais à factibilidade do viver sustentável, apesar de alicerçados em bases ainda instáveis e incipientes.

O entrevistado 8, ao ser indagado sobre a potencial existência de uma intervenção sustentável da economia na esfera ambiental, para além do posicionamento socioambiental circunscrito no discurso ecológico-mercadológico, desprovido de prática efetiva, afirmou que “[...] nessa cadeia temos empreendimentos cobrando e medindo a proteção ambiental e

remunerando o trabalho das comunidades [...]”. O Entrevistado 9 é categórico ao apontar: “[...] tenho certeza, pois você percebe que a floresta é importante financeiramente, mas por esse viés (o econômico), não pelo viés romântico [...]”. Este último, um empreendedor, desenvolve seu discurso mediante lógica de racionalização financeira e mercadológica do babaçu, inferência que se clarifica com a sua declaração:

Uma palmeira rende uma carga por ano, 100 quilos de coco inteiro; em média, após processamento, 5 quilos de amêndoa por R\$ 7,50, preço da região. Faz 16 quilos de farinha, R\$ 64,00, do endocarpo faz carvão, mais R\$ 10,00. Total de R\$ 81,50”. Eu não conheço uma floresta com o potencial desse tamanho porque ela não me dá apenas um produto, ela dá três ou quatro produtos. Em uma propriedade com 60 palmeiras produzindo e com a pastagem operando serão R\$ 4.980,00 por ano, mais o rendimento da pastagem.

Com efeito, Montibeller Filho (2001) acautela que a dimensão econômica, regida, sobretudo, pela lucratividade, conduz à produtividade exacerbada e estímulo ao consumismo irrefletido. Esse binômio, conforme aludido por Passet (1979) e reforçado por Leff (2009) e Feitosa (2016), impõe aos ciclos naturais de reprodução opressão e submissão às leis da racionalidade econômica, não raramente posicionadas como justificativa para o descuido ambiental. Sobre a relação conflituosa entre o ambiente natural e a economia, O’Connor (1998) previne que a apreciação financeira da esfera ambiental normalmente cria degradação e esgotamento de bens naturais, o que prossegue mesmo em tempos de recessão.

A construção delineada pelo Entrevistado 2 aponta para uma configuração factual da sustentabilidade, apesar de embrionária. O inquirido destaca iniciativas dispostas em todas as dimensões da sustentabilidade ao relatar a agregação de valor financeiro a partir do óleo orgânico (econômica), o que também representa avanço e criatividade inseridos no processo de fabricação, este operado através do trabalho cooperativo e colaborativos das famílias extrativistas, liberto do trabalho escravo e infantil, além de educativo (social). O entrevistado ainda salienta que essa dinâmica está a promover o desenvolvimento local e a valorização dos saberes tradicionais (cultural).

O cenário supracitado é realçado pelo Entrevistado 5, quando menciona a amplitude e as repercussões do trabalho desempenhado pela ASSEMA e cooperativas: “[...] a cooperativa influencia no preço, o mais alto da região. As pessoas que não fazem parte das cooperativas já sabem o valor da cooperativa, o que obriga o atravessador a pagar mais, subir seu preço para nivelar com o determinado pela cooperativa [...]”. O entrevistado 6 contribui ao declarar que a ASSEMA direciona seus esforços para o mercado internacional, enquanto “[...] o quilo do óleo de babaçu a R\$ 2,50 no mercado interno, já no mercado europeu ele chega a R\$ 6 porque as

peessoas lá valorizam o produto que vem de uma floresta nativa, em pé, de recursos renováveis [...]”.

5.2.2 Criatividade, Empreendedorismo e Cooperativismo

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

Nosso trabalho aqui na cooperativa ele se dá de várias formas e em aspectos diferentes. Em alguns momentos se dá na parte política, de sensibilização das pessoas para compreender o processo de organização cooperativista, em outro ele se dá na questão da qualidade da produção e na questão voltada a preservação do babaçual para podermos ter o produto que dá a sustentação de comercialização e a economia das famílias aqui. (Entrevistado 6).

A Natura fez uma coisa correta, o melhor para nós, passamos a produzir melhor. Nós somos uma das melhores produtoras porque nosso produto é puro e ambiental justamente porque o modo que a Natura passou foi melhor. Nós trabalhávamos muito, mas não sabíamos extrair o melhor desse trabalho, não sabia como era que faríamos para ter um produto de melhor qualidade. [...] Profissionalizou as mulheres. Antes da Natura nó estava procurando mercado, fizemos mídia, mas só expandiu depois do respaldo da Natura. O mercado cresceu tanto que temos muitos clientes, mas pouco produto. (Entrevistado 5).

[...] agora está todo mundo para proteger. O babaçu não é mais visto da forma de antes, tem muito mais valor hoje. Defender e proteger o meio ambiente era uma questão de algumas organizações, agora já está reconhecido por todo mundo que é um direito e dever de todos. Isso aí foi uma luta e tanto, desde a ECO 92. [...] a Body Shop ajudou a nós adquirir o selo orgânico, junto a essa necessidade está voltada, inclusive, para o não uso de agrotóxicos na região. Nós somos rastreados e fiscalizados por essa empresa. Nós fazemos acompanhamento em cada comunidade, junto as pessoas e discutimos a importância econômica disso pra essas famílias, a questão do babaçu mesmo como fonte econômica e natural. (Entrevistado 12).

“[...] sabe porque que eu entendia que parte era mais na visão de crescimento econômico? Porque diziam que a cooperativa de Esperantinópolis era pra receber 0,05% a partir da venda dos produtos que usavam o óleo de babaçu e o mesocarpo, mas não chegavam para informar quantos produtos produzidos a partir do babaçu tinham vendido. Eu achava que o interesse não era muito fiel nesse sentido, pois escondiam o valor de vendas”. (Entrevistado 11).

A Economia Criativa oportuniza a concepção inovadora e interdisciplinar de modelos de organização. Reconhece o valor da diversidade e incorpora negócios desde o mercado informal, perpassando pelas micro e pequenas empresas, e culminando nas corporações multinacionais. Singularmente, sua dinâmica conduz a afloração de empreendimentos congruentes à economia e à sociedade do futuro, sobretudo ao legitimar a economia solidária, o cooperativismo, a colaboração, a gestão compartilhada e a confiança, dispositivos poderosos de efetivação da sustentabilidade (DEHEINZELIN, 2009; FONSECA, 2012; GOLDENSTEIN, 2011; JEFFCUTT, 2000; REIS, 2008).

Vislumbra-se o estabelecimento das bases estruturais da configuração supramencionada no discurso realizado pelo Entrevistado 6. Com desenvoltura, o entrevistado

explica que seu trabalho na cooperativa (COPPALJ) é essencialmente instrucional e educativo, assessorando processos produtivos, facilitando a formação cooperativa e sensibilizando quanto à preservação da floresta de babaçu. O Entrevistado 5 explicita o trabalho desempenhado por uma organização (*The Body Shop*) na cadeia produtiva, a qual amparou a conquista de certificações técnicas imprescindíveis ao ingresso dos produtos derivados do babaçu no mercado internacional, fomentando a proteção ambiental, ainda que sob a rege da racionalização econômica.

Essa racionalização econômica fica evidente no pronunciamento do Entrevistado 11, quando alerta que, no início da construção do relacionamento com a referida empresa, a transparência na comunicação e na apresentação das demonstrações financeiras e resultados, impactantes na remuneração paga às cooperativas e comunidades, não era efetiva. O mesmo foi advertido pelo Entrevistado 6, ao indicar a atuação da Natura Cosméticos S/A:

Com a Natura a gente teve uma relação comercial que não foi boa com as meninas de Esperantinópolis porque foi feita a bioprospecção lá sem consulta delas e aí botamos na justiça e as mulheres ganharam a causa. A gente investiu isso em bolsa de estudos para filhos de quebradeiras por algum tempo e em informação social com vários seminários para nós mesmos discutirmos nossa problemática com a juventude da região da ASSEMA.

O Entrevistado 12 adiciona o conceito de “sobras” e “cantinas” – esta faz menção aos pequenos mercados que vendem produtos a preço de custo ou troca de mercadorias por produção de amêndoas; aquela se refere à participação nos resultados da cooperativa partilhada anualmente entre os cooperados, ambos oportunizados pela COPPALJ – ao testemunhar a relação instituída entre cooperativa e empreendimento:

A compreensão social e coletiva que a quebradeira de coco ganhou nessa relação é que a COPPALJ iria ficar com condições de comprar uma mercadoria para repassar para nós com uma cobrança de percentual sobre ela mais baixa do que aquela que nós iria comprar diretamente do atravessador. A outra coisa também é a questão das sobras no final de cada ano. Se a venda no mercado internacional deixa um pouco mais alto, no final do ano as sobras da cooperativa são rateadas por aquelas que colocam mais produção na cantina, na COPPALJ. Aquelas que não colocam produção como o babaçu, arroz, farinha e o milho lá na cantina, ela recebe menos, pois recebemos só pelo valor da compra da mercadoria.

Ressalta-se que é imprescindível a reinvenção da economia, pela qual “[...] os intangíveis e a sociedade em rede poderão assumir sua centralidade como catalisadores de um mundo sustentável [...]” (DEHEINZELIN, 2008, p. 15). Para Schumpeter (1947), essa reformatação advém “da potência de criação da sociedade”, e o empreendedor é o ente detentor da competência de “[...] inseri-la no processo econômico como uma inovação [...]” (LAZZARATO, 2006, p. 256-257). Entretanto, nota-se que os parâmetros incorporados como

catalisadores e fomentadores do processo de preservação ambiental, retorno social e valorização cultural no recorte geográfico investigado ainda estão arraigados às métricas primordialmente quantitativas (lucro), inerentes à economia industrial e ao capitalismo tradicional. Logo, “[...] não se pode medir de forma linear o que é multidimensional, sistêmico. Um tema central para que não fiquemos presos a modelos do passado é a necessidade de mudar os indicadores de riqueza e as formas de mensuração e avaliação [...]” (DEHEINZELIN, 2009, p. 15).

O emprego de processos criativos de produção, comercialização e distribuição, particularmente os suscitados pelas cooperativas e empreendimentos, citados pelo Entrevistado 12, contribuem sobremaneira para a concretização de uma ética ambiental. Essa construção também é reforçada pelo Entrevistado 2, quando menciona que o foco na produção de carvão seria um desperdício de potencial, “[...] além de ser mais degradante ambientalmente, não se deve esquecer que o babaçu gera produtos com valor agregado e onde se pode negociar uma margem de preço e lucratividade maiores [...]”. O Entrevistado 11 evolui essa concepção ao inserir o domínio social nos aspectos econômicos e ambientais mencionados:

[...] hoje o jovem da nossa comunidade, a maioria deles, está indo para o Mato Grosso, indo procurar serviço em outras cidades. Isso porque se for para quebrar coco, da forma que as amêndoas estão, não adiante porque você não compra nem uma chinela japonesa que é 10 reais, mas se tivesse valor, o nosso jovem não sairia da nossa comunidade, não. Nós já temos jovens que saíram da nossa comunidade, mas voltaram e estão inseridos junto com a gente nas cooperativas. Tem um jovem, inclusive, da comunidade de Ludovico que ele aproveita o coco babaçu e faz artesanato que é uma beleza. Ele disse que não abandona a comunidade dele.

Destaca-se que o Entrevistado 1 conjectura sobre a constituição embrionária de uma cultura de sustentabilidade ambiental, oportunizada pela atuação das cooperativas em parceria com empreendimentos sustentáveis. Sobre isso, ele ressalta que “[...] terá muito mais gente interessada e preocupada. Se eu estou produzindo dali e estou com uma boa produção, não irei proteger por que? Eu tenho que proteger e vou [...]”.

A sustentabilidade econômica prescreve a consumação da faculdade econômica e ampara majoritariamente a equidade na distribuição das riquezas concatenada com a minimização das externalidades socioambientais. (ACSELRAD; LEROY, 1999; FEITOSA, 2016, LEFF, 2009; SILVA, 2000). O Entrevistado 3 aponta o alcance desse cenário ao reportar que, antes da cooperativa, o relacionamento comercial era estabelecido com os “[...] donos das propriedades, num sistema que vou chamar escravista porque as pessoas quanto mais produzia, mais pobre ficava. Era obrigado a vender a força de trabalho para poder adquirir alguma coisa para alimentar a família [...]”. Tal construção é validada pelo Entrevistado 1: “[...] a COPPAESP uma mãe para nós. A cooperativa não bota dificuldade para as produtoras [...]”.

5.2.3 Desenvolvimento das Comunidades Extrativistas

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

Nossos pais dizia que as terras não podia ser vendidas, que eram de Deus. Da mesma forma que as palmeiras não poderia ser derrubada, que foi Deus que plantou. Não são direito dos fazendeiros e, com força nisso, nós lutamos. Hoje nós nos consideramos mulheres ricas, porque antes só tinha uma roupa para ir pro mato, hoje temos opções de roupas, de escolas e de cursos que os filhos irão fazer. Conseguimos alfabetizar muitas de nós com trabalho cooperativo. (Entrevistado 8).

Temos (ASSEMA) a preocupação de conversar com as empresas que são nossas clientes de que é preciso fazer repartição de benefícios. A L'Oréal Brasil, dona da Body Shop, chegou e falou que queriam cumprir com essa parte da legislação, enviou equipe, negociamos. Há um repasse de recurso para a cooperativa que ela aplica em projetos comunitários, por exemplo 1% da renda de um produto tem que ser destinado a cooperativa, que apresenta um projeto técnico avaliado pelas empresas, fazem a execução e prestam conta. (Entrevistado 1).

A minha necessidade está sendo cumprida com a extração do mesocarpo. Minha casa não tinha lajota, não era rebocada e dentro de três anos coloquei a lajota, reboquei, comprei móvel, cuidei da saúde do meu esposo, cuidei da minha saúde, ajudava meus filhos quando precisavam. Eu quebrava coco para vender a amêndoa e agora o mesocarpo. Assim fui levando a vida. O babaçu tem muita utilidade. (Entrevistado 5).

Além de reverenciar a conexão ancestral e divina que as comunidades extrativistas do babaçu investigadas firmam com a natureza, o Entrevistado 8 concebeu riqueza como o usufruto de opções de acesso, liberdade e escolhas. Sen (2010) pontua que o desenvolvimento é um processo de oferta e catalisação das liberdades factuais que os sujeitos devem dispor. Nesse cenário, o crescimento econômico é fragmento estrutural e, necessariamente, precisa ser agente viabilizador do acesso à educação, à saúde, à democracia e à equidade de direitos. A materialização do desenvolvimento submete-se drasticamente à conjuntura de livre agente dos indivíduos (SEN, 2010).

Entretanto, o Entrevistado 2 alega que “[...] a quebradeira não é vista como sujeito da história, contribuíram com impostos de vendas em 600 mil reais em 2017. Mostramos que quebradeira e o babaçu têm valor, e muito grande [...]”.

Apropriando-se da conceitualização de Sen (2010), que firma o desenvolvimento como um processo de oferta de alternativas e escolhas, o Entrevistado 5, em congruência com o disposto, contribui: “Antes eu vendia pro atravessador porque não tinha outra opção, era vender pra ele ou passar fome. As mulheres não mais quebra o coco pra vender a amêndoa, mas pra vender o óleo, o mesocarpo e o sabão. Tem mais lucro!”. O Entrevistado 9 afirma que “[...] o babaçu é ouro verde [...]”, mas, mediante o Entrevistado 11 é “[...] ouro verde com potencial para distribuição de renda, que não vai dar dinheiro somente para o grande produtor, vai promover desenvolvimento local [...]”.

Conforme a concepção desta pesquisa, deve-se apreender, na cadeia produtiva do babaçu, o desenvolvimento e a sustentabilidade – fatores de uma equação não circunscrita no domínio econômico – como mecanismos de plausibilidade da configuração social material, onde todos tenham oportunidades de exercer a livre prática da cidadania plena, a qual envolve o domínio de direitos e obrigações legais. O Entrevistado 7 afirma que a relação edificada entre cooperativas e empreendimentos colaborou para a legalização do trabalho dos agroextrativistas, além da metrificação dos parâmetros a serem seguidos para proteção natural: “[...] se olha desde aspectos legais envolvendo a operação e funcionários até o eixo ambiental. O trabalho está sendo realizado com amparo legal. Checa se as conformidades ambientais do processamento estão sendo cumpridas.”

Montibeller Filho (2001) aborda que o desenvolvimento sustentável é manifestado através do crescimento assistido pelo vultoso melhoramento da qualidade de vida dos sujeitos, sendo, para a economia ecológica, resposta à crise ambiental, gerada pela teoria economicista e excludente, contemporaneamente vigente. Feitosa (2016) explica que o paradigma da sustentabilidade transpassa o desenvolvimento e o codesenvolvimento, ou seja, a evolução consistente e crescente da economia, com perturbação minimizada sobre a natureza e progresso social.

Contempla-se a construção supracitada nos discursos dos Entrevistados 1 e 5. O último, ao descrever um melhoramento acentuado em sua qualidade de vida, esmiúça o acesso à saúde, à moradia, ao auxílio econômico destinado aos familiares e à produção criativa, com valor agregado de derivados do babaçu; já aquele reporta, novamente, a “repartição de benefícios”, entendida como a distribuição, mediante mérito e desempenhos, dos lucros anuais excedentes aos cooperados e associados. O Entrevistado 12 relewa a estrutura colaborativa com a qual os extrativistas do babaçu estão conectados, elucidando o destino das “sobras” e “cantinas”: “Em assembleia discutimos como será a partição de benefícios, quanto nós temos pra distribuir entre os cooperados e para ser reinvestido na cooperativa. Imagine, nós começamos com cinco itens de mercadorias, hoje nós tem mais de mil [...]”.

Porém, cumpre destacar, conforme alertado pelo Entrevistado 1, que “[...] há outros casos em que empresas não cumpriram e estamos em diálogo. Um benefício além do preço que valoriza o trabalho das comunidades que conservam mesmo o palmeiral. Temos que se adaptar, mas eles também têm que cumprir o que a legislação exige [...]”.

5.2.4 Redes

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

A ASSEMA recorre a parceiros como a Central do Cerrado para buscar clientes. Há uma rede de movimentos no Brasil em defesa do cerrado, se ajuda muito com relação a isso. Nunca fechamos negócios com cliente que não temos uma referência, que participem de alguma forma dessa rede na qual buscamos referência de seriedade do cliente. (Entrevistado 1).

Todo mundo é ator protagonista no plano de manejo. Ninguém pode dizer que fulano está fora do processo. O fazendeiro, o agricultor, a quebradeira de coco, o morador que só tem a casa e não tem a terra, os atravessadores que pegam o caminhão e levam para as agroindústrias, as próprias agroindústrias de óleo, prefeituras, secretarias de estado e o ministério público devem ser protagonistas do plano de manejo. Sem isso, sem as parcerias não se chega a lugar algum, não se mantém a floresta em pé. (Entrevistado 8).

Quando o corpo social está sistematizado e engendrado em redes de relacionamentos – ou redes de valor, conforme Reis (2008), com outros grupos e sujeitos atuantes em um dado ecossistema -, há sinergias que tendem a ensejar a viabilização e o impulsionamento de ações direcionadas à consecução de objetivos comuns. Esse cenário oportuniza resultados substanciais e a edificação de soluções consistentes, perenes e alinhadas às necessidades globais da rede. É imprescindível a execução de práticas que avigorem as relações em teia – expressas, nesta pesquisa, através de cooperativas e associações de pequenos produtores, calcadas na solidariedade e cuidado ambiental (SILVA, 2013).

Salles (2006, p. 18) ensina que esse é um “[...] ambiente das interações, dos laços, da interconectividade, dos nexos e das relações, que se opõe claramente àquele apoiado em segmentações e disjunções [...]”. O Entrevistado 6, em reciprocidade ao disposto até o presente momento, anuncia:

Demora pra consolidar (cooperativas), mas nem quero que se consolide, quero sempre algo que precise ser feito. Aqui nós quando as pessoas querem começar uma discussão de se associar, eu informo duas coisas com precisão: esquece o meu e coloque o nosso. Aqui é o nós e o nosso. Aqui ninguém fala mais que a cooperativa é de fulano, aqui é uma organização nossa. Aqui não produzimos para mim, mas para nós.

Os discursos dos Entrevistados 1 e 8 exteriorizam a formatação, ainda em especificidade inaugural, da rede de valor na qual estão inseridos. Trata-se de uma teia que intenciona ser interdependente, multifacetada e transversal, suplantando o paradigma concorrencial ortodoxo (DEHEINZELIN, 2009; REIS, 2008). O Entrevistado 1 enfatiza a comunhão de informações e relacionamentos direcionados à prospecção de clientes e realização de negócios com segurança, norteados por um ecossistema que visa à proteção do biosistema

do cerrado; enquanto o Entrevistado 8 manifesta o indubitável imperativo de cooperação entre todos os sujeitos circunscritos na incipiente rede produtiva de materialização do plano de manejo, vital para a manutenção da floresta de babaçu viva e, conseqüentemente, para a qualidade de vida na região.

5.3 Categoria Social

Esta categoria foi construída com o objetivo esmiuçar os resultados da pesquisa de campo concernentes ao domínio social, destacando ações sociais cooperativas e politicamente alicerçadas, evidenciando como a luta pelo acesso ao babaçu e o trabalho colaborativo acarretaram em proteção ambiental e desenvolvimento local.

Para tanto, a seguir, foram selecionadas três unidades de registro mais representativas dessa categoria, apreciando-se criticamente os resultados expostos.

5.3.1 Cooperação, Colaboração e Associativismo

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

Decidimos arriscar a última coisa que a gente tinha que era a vida. Vieram muitos conflitos agrários, a questão deixou de ser somente pelo babaçu e passou ser também pelo direito a propriedade e nós conseguimos esse direito e organizamos a associação na comunidade. Mas só com ela não avançaríamos muito com relação a sustentabilidade de todas as famílias, continuaríamos pobres como sempre. Organizamos outras cooperativas e saímos da mão de intermediários. Nós passamos a trabalhar nos ajudando, colaborando, um passou a empurrar o outro na produção, em manter o babaçual em pé e na vida. (Entrevistado 6).

A gente sonha com as famílias criando um estabelecimento comunitário ou cooperativo ou associativo, mas sabemos que o comunitário tem dificuldades, muito amam dizer: “é o meu”. Mesmo que as famílias passassem a gerar renda nas suas propriedades sem o cooperativismo, queremos que melhorem sua produção fornecendo pra feiras da região ou dentro das comunidades, sem precisar migrar para grandes fazendas como nossos jovens. Queria que eles pudessem ter meios de gerar sua renda aqui, aproveitando melhor a terra, a água, a cultura, a sustentabilidade. (Entrevistado 11).

Eu sei que foi devastando (babaçu), mas depois que começamos com o trabalho em colaboração, em irmandade e associada mudou completamente porque a gente invade o terreno, denuncia e briga. (Entrevistado 5).

Conforme o ponto de vista deste ensaio, fundamentado nas observações sistemáticas em campo e nos discursos dos Entrevistados 6, 11 e 5, faz-se imperioso o ordenamento colaborativo e associativo dos modelos produtivos vigentes na cadeia produtiva investigada, bem como o balizamento dos processos de concepção de novos negócios e do

trabalho criativo, considerando os parâmetros mentais e atitudinais direcionados à consecução de objetivos comuns de sobrevivência.

Esse arquétipo conduz a rompimentos estruturais significativos na formatação socioeconômica e ambiental contemporâneas, oportunizando a emergência do ordenamento em rede e a maximização – democrática, justa e compartilhada – dos recursos intangíveis materializadores da qualidade de vida, além do viver sustentável. O Entrevistado 12 valida essa construção ao asseverar que: “[...] aqui seria um espaço desertado de pessoas humanas sem a nossa mobilização. Não tenho a menor dúvida porque onde as pessoas não se organizaram, tudo morreu e virou um deserto com criação de animais [...]”.

Shirky (2010) exemplifica o disposto ao ponderar sobre as implicações do conceito de excedente cognitivo, o qual, para além da aglutinação temporal coletiva, designada ao trabalho colaborativo, fomenta e consolida o senso de pertencimento a uma comunidade, propiciando o rompimento das fronteiras do individualismo e a felicidade e confiança comunitárias. O Entrevistado 2 complementa a afirmação do autor ao declarar que a organização produtiva deveria ocorrer “[...] dentro da questão da cooperação, da confiabilidade, pra juntar a produção e a gente conquistar um pequeno mercado porque não tínhamos tanto produto, mas tínhamos excedente de vontade e necessidade [...]”. O Entrevistado 8 destaca sobre a lógica conducente à cooperação, afirmando que “[...] tínhamos que sair daquela situação de exploração e pobreza, precisaria de um instrumento nosso, associado e cooperativo. Ninguém tinha muito estudo, mas nos organizamos, produzimos e juntamos nosso esforço [...]”.

Esse paradigma é indispensável para a remoção do conceito de sustentabilidade do plano estritamente abstrato – ou “mito do desenvolvimento sustentável”, segundo Montibeller Filho (2010) – e aplicação no eixo das ações individuais e coletivas. Com efeito, fica evidenciada a necessidade de desconstrução do atual modelo de competição, reconfigurando-o para o imperativo da sustentabilidade, ou seja, para a “coopetição” (DEHEINZELIN, 2009). A autora explica que a palavra híbrida representa o ganho de competição a partir da cooperação, o que otimiza o uso dos recursos, sobretudo os intangíveis, e a edificação de laços em rede produtiva; trata-se do somatório da criatividade, dos conhecimentos e dos esforços e anseios coletivos, desembocando no mesmo espaço físico, sendo este de uso compartilhado. Percebe-se o deslocamento da necessidade de posse ou propriedade de estruturas materiais para o uso compartilhado dos espaços, fator determinante na materialização da sustentabilidade.

Ressalta-se, ainda, o poder de mobilização e pluralização que as tecnologias digitais propiciam. Trata-se do despertar da economia calcada na abundância, catalisadora de padrões mais solidários de vida. Esse processo conduz à confiança, à compaixão e à criação de coletivos

dinamizados pelas tecnologias digitais; as oportunidades e os anseios de todos são transmutados em ações concretas, transformando mentalidades e comportamentos que determinam positivamente a qualidade de vida dos sujeitos (DEHEINZELIN, 2009; FEITOSA, 2016; GOLDEINSTEIN, 2011; PINE; GILMORE, 1998; REIS, 2008).

5.3.2 Mobilização Política

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

A ASSEMA veio com o intuito de lutar por uma política pública de educação para nossos jovens, por uma política ambiental. A gente vê proprietários fazer o que tem vontade com as famílias e com o babaçu. Precisa de um povo unido politicamente pra dizer que estamos aqui, nós somos uma comunidade, precisamos da questão ambiental, de ar puro, educação e renda. (Entrevistado 1).

Quando foi pra gente criar a lei de acesso e de preservação do babaçu eu estava na frente como vereadora, minhas companheiras me indicaram e elegeram. Sofri discriminação. Defendi a nossa luta e a lei de acesso era uma das minhas metas na câmara. Chegamos lá e debatemos. Transformamos uma lei apenas não derrubar, apenas um artigo, criado por uma vereadora que apesar de mulher não tinha nossa vivência. (Entrevistado 8)

O desfrute de determinados direitos, em particular pelas esferas socioeconômicas desfavorecidas, é atravancado ou obstaculizado pelas assimetrias nas relações sociais de poder e pela capacidade de influência política. Diante disso, a geração de valor social depende do empreendimento de medidas que fomentem e viabilizem, a essa esfera da população, o acesso à informação, à cidadania, à autonomia, à independência e aos processos de tomadas de decisão, os quais determinem a coletividade e o exercício efetivo de garantias legais (SANTOS, 2005; SILVA, 2013).

Os discursos erigidos pelos sujeitos supracitados apresentam notória sintonia com o disposto. O Entrevistado 1 expressa que a constituição da ASSEMA se efetivou para impor limites na atuação dos latifundiários, oportunizando uma comunidade integrada politicamente e com poder de representação e competência para geração de renda e promulgação de políticas educacionais e ambientais factuais. O Entrevistado 8 legitima materialmente essa inferência ao declarar que, após sua atividade no poder legislativo do município de Lago do Junco – viabilizado por vontade popular, “[...] minhas companheiras me indicaram e elegeram [...]” – a Lei de Acesso Livre ao Babaçu foi desenvolvida e decretada. Sobre a referida lei, o Entrevistado 2 reporta que “[...] é a lei que você entra sem o dono querer e por necessidade, para matar a fome dos filhos que estavam em casa [...] por isso podia dar o nome da luta de preservação ambiental e luta pela terra de “lei na marra [...]”.

As iniciativas socioeconômicas, culturais e ambientais, impetradas no recorte geográfico de investigação e detectadas por este ensaio – em especial nos municípios de Lago do Junco e Pedreiras, em virtude da militância da COOPALJ e ASSEMA, respectivamente –, apesar de apresentarem reconhecimento e postura ativa de edificação da dimensão política da sustentabilidade, são preambulares e exíguas para o contexto no qual estão inseridas. Esse processo, indispensável à materialização do viver sustentável, demanda constante estruturação e operação de instrumentos que maximizem a participação popular nos processos decisórios, conferindo respeito e acesso aos direitos comuns e superação de políticas parciais e exclusivas (SANTOS, 2007; SILVA, 2000).

Sales (1994) alerta para as implicações da insuficiência de cultura participativa entre os sujeitos de um dado espaço social. A cultura da dádiva, consoante a conceituação do autor, é a manifestação política das desigualdades sociais, da supressão de direitos e da perpetuação da formatação social nos moldes impostos nas fazendas e engenhos do período colonial, séculos XVI e XIX, contemporaneamente vigentes na cadeia produtiva do babaçu do Médio Mearim maranhense.

Tendo em vista o posicionamento desta pesquisa, através da cultura de participação emerge o sentimento coletivo de integração, pertencimento, corresponsabilidade, colaboração e compartilhamento de recursos, catalisadores de ações comunitárias de melhoramento da qualidade de vida de todos. Sujeitos politicamente mobilizados em suas fronteiras geográficas substancializam competências para influenciar soluções e ações, as quais são imprescindíveis à factibilidade da sustentabilidade local.

5.4 Dimensão Ambiental

Esta categoria foi desenvolvida com o objetivo de esmiuçar os resultados da pesquisa de campo concernentes ao domínio ambiental, evidenciando as condutas ambientais expressas por meio de práticas e valores sustentáveis oportunizados pela economia criativa aliada à mentalidade empreendedora. Para tanto, a seguir, foram selecionadas duas unidades de registro mais representativas dessa categoria, apreciando-se criticamente os resultados expostos.

5.4.1 Valores, Ética e Educação Ambiental

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

Na nossa (ASSEMA) política de mobilização de recursos estamos autorizados a fazer acesso com empresas, desde que estejam alinhadas ao trabalho de conservação ambiental e economia solidária. Temos apoio da empresa internacional de cosméticos, a AVEDA, além da Body Shop, ambas fabricam cosméticos com o babaçu e se alinham ao trabalho da sustentabilidade ambiental, fazem investimentos em projetos sociais, discutem com a gente o preço justo para aquisição da matéria-prima. (Entrevistado 1).

A ASSEMA tem discutido muito com as famílias o que chamamos de transição do extrativismo para o manejo. Hoje há uma forma de conservação tradicional, mas o que estamos falando é de ter um manejo mais efetivo, com introdução de espécies madeireiras pra que a biodiversidade aumente, os roedores levem esse fruto para lugares distantes e dissemine, é combater o desmatamento criminoso. Precisamos diminuir os impactos negativos no ambiente e associar o que tem de manejo tradicional com outras técnicas e tecnologias com princípios agroecológicos. (Entrevistado 2).

Quando tem evento nas cooperativas, nós quer que todos participe, inclusive quem não é da cooperativa. Isso já rendeu frutos. Tivemos quebradeiras não cooperadas que vieram, devido ao nosso trabalho de esclarecimento, denunciar derrubadas e uso de veneno [...] procuramos formas melhores de proteger o palmeiral, controlar a margem do rio, falando e mostrando que se continuar da forma que tá não vamos mais ter água pra beber, nem o alimento do rio. Queremos conscientizar também as pessoas que não fazem parte das cooperativa e nem da ASSEMA. Se continuar sem educação, mais na frente não vai mais ter nenhuma palmeira, não vai ter mais de onde produzir, não vai ter mais vida. (Entrevistado 8).

Feitosa (2016) assinala que a tomada de consciência da sociedade acerca da necessidade de preservação ambiental, iniciada desde meados do século XX, ainda não está materializada em ações efetivas pelos principais agentes da degradação do ambiente natural. O referido autor relata que essa inércia social, relacionada a um problema que afeta a vida global, ocorre também devido à falta de um sentimento individual de corresponsabilidade com a crise ambiental instaurada, em função da escassez de educação formal com qualidade. Com efeito, “[...] a sustentabilidade é um conceito central de um sistema educacional voltado para o futuro [...]” (GADOTTI, 2008, p. 77).

Os discursos supracitados corporalizam a primazia atribuída pelas comunidades agroextrativistas investigadas a partir da educação e da edificação de valores e posicionamentos éticos, fundamentados na proteção da floresta de babaçu e no desenvolvimento local. O Entrevistado 1 assevera que a ASSEMA tem autonomia para angariar investimentos oriundos de empreendimentos da iniciativa privada, desde que suas políticas e valores direcionados à sustentabilidade estejam inexoravelmente sintonizados com os defendidos pela associação. A conduta ética exigida pela ASSEMA nos relacionamentos com os *stakeholders* e em negociações contempla as dimensões legitimadas por esta pesquisa como imprescindíveis ao

despertar do viver sustentável, cristalizado quando o inquirido comunica: “sustentabilidade ambiental”; “projetos sociais”; “preço justo”; “conservação ambiental”; e “economia solidária”.

O Entrevistado 8 expressa uma preocupação holística com a proteção do ecossistema, no qual o babaçu está inserido. O entrevistado correlaciona, em harmonia com o preceituado por Feitosa (2016), a factibilidade do viver sustentável, a manutenção da vida com a educação, sobretudo das gerações mais jovens, não delimitando fronteiras para esse processo de aprendizagem, iniciado e fomentado no cerne das cooperativas, buscando alcançar integralmente a comunidade e propagar pelo Médio Mearim. O Entrevistado 12 complementa o disposto ao refletir que os sujeitos cooperados estão conseguindo sensibilizar diversos setores da sociedade para “[...] o entendimento e conhecimento de que esse ambiente precisa ser cuidado para as futuras pessoas que virão, irão encontrar a floresta de forma diferente [...]”.

O Entrevistado 2 reflete sobre a necessidade de desenvolvimento e aplicação concreta de planos de manejo da floresta de babaçu, alinhados aos preceitos de proteção do ecossistema e catalisados pela aplicação de novas técnicas e tecnologias. Em concordância com plano de manejo, o Entrevistado 9 afirma que “[...] é possível criar animais junto com o babaçu e fazer a economia fluir. Tem gente que odeia babaçu, mas precisa criar bovinos e entender que mesmo odiando dará bem-estar animal e retorno econômico [...]”.

Sobre a imprescindibilidade da edificação de condutas éticas e do ensino para consecução da sustentabilidade, releva-se a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), a qual entende que o conceito de sustentabilidade amadurece constantemente e determina como suas três áreas principais a Sociedade, o Meio Ambiente e a Economia. Portanto, para promover um processo de aprendizagem acurado, o programa EDS adota como eixo central o respeito, apresentando características particulares, a citar: (a) interdisciplinaridade; b) aquisição de valores; c) desenvolvimento de pensamento crítico e da capacidade de encontrar soluções para problemas; d) multiplicidade de métodos; (e) estímulo ao processo participativo para a tomada de decisões; f) aplicabilidade e relação estrita com a vida local (UNESCO, 2005).

É oportuno comentar que, para a implementação da visão concernente à EDS, seus atores - setor privado, sociedade civil, organizações não governamentais, governamentais e intergovernamentais – devem acatar sete estratégias, sendo elas: a) atividades de promoção e perspectivas; b) consulta e apropriação no nível local; c) parcerias e redes; d) capacitação e treinamento; e) pesquisa e inovação; f) uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação; e f) monitoramento e avaliação (UNESCO, 2005). As comunidades mapeadas atendem aos estratagemas expostos, porém, como já mencionado oportunamente nas demais seções desta

investigação, em caráter preambular, em processo inicial de engenharia de processos e relacionamentos. Outro ponto salutar é a sobrecarga de atividades nas associações e cooperativas durante a condução do processo educativo, sendo imperativa a aderência do poder público e do segmento não cooperado das comunidades.

Em conformidade com o ponto de vista desta pesquisa, a educação tem autoridade para fomentar valores e engajar condutas sociais, instituindo a cultura de sustentabilidade, aprimorada geração após geração. A cultura oriunda da sobrevivência e da luta das comunidades extrativistas, cuja essência são as quebradeiras de coco babaçu, configura-se como demanda imperativa para o alcance do desenvolvimento regional. A economia criativa é o paradigma de viabilização dessa reformatação dos modelos mentais, educacionais e estruturação da sociedade, além de, no âmbito científico, oportunizar conhecimentos solidários e colaborativos em redes tecnológicas para efetivação desse cenário.

5.4.2 Comportamentos, Ações e Práticas Comuns

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

As comunidades que nós (ASSEMA) acompanhamos no território do Médio Mearim têm um controle sobre o fogo; não é mais colocado de propósito e a qualquer hora. Já tem comunidade que queima até de noite, levando bomba de água e bastante pessoal. Antes era aleatório e parava quando só na beira de um igarapé ou estrada. Hoje só acontece assim se for criminoso em uma roça ou pastagem, fora da nossa área de influência. Outro avanço importante é que uma grande quantidade de famílias não usa mais agrotóxicos, tem o alimento e água saudável. (Entrevistado 2).

A COPPALJ vende óleo orgânico com valor ambiental e social, com selo de certificação que pra ser mantido tem que ter uma auditoria anual nas áreas produtivas pra analisar derrubadas, queimadas, degradação ambiental, vestígios de veneno, lixo acumulados nos quintais, forma de armazenamento e estocagem dos produtos. Depois vai rastrear toda a cadeia do produto, desde a coleta até o processamento e produto final. O preço fica maior e tem mais repartição de sobras. Ambientalmente ele passou a limpar melhor o quintal dele, deixou de usar o veneno, deixou de queimar de forma criminosa, conservou algumas espécies para manter a biodiversidade do palmeiral, fez o manejo melhor que antes. Não só o sócio da cooperativa ganha, mas todos que tão naquele ambiente, isto porque uma área de babaçu não serve só pra uma família, é uma área livre. No momento que esse tipo de relação com as empresas e com o negócio do óleo e do mesocarpo obriga as pessoas a fazer isso, educa mas há um apelo econômico também porque sabe que se não fizer não vai ter o retorno econômico, então beneficia diretamente os sócios das cooperativas e indiretamente os que estão naquele ambiente florestal e empolga outras famílias que não estão nesse sistema a entrar. (Entrevistado 8).

Silva (2000) instrui que a continuidade da completude de ecossistemas dá-se através de ações preventivas, frente as diversas formas de degradação. O autor dispõe que esses modelos de poluição, os quais devem ser ativamente monitorados e combatidos, englobam aspectos concernentes ao equilíbrio na exploração de insumos naturais, à perpetuação da

diversidade, à cautela no que tange à capacidade de regeneração do ambiente natural (MONTIBELLER FILHO, 2001), os quais são a fundamentação de inúmeros estudos e projetos de investigação da sustentabilidade em sua expressão ambiental.

Faz-se oportuno distinguir as intervenções que impactam na qualidade de vida socioambiental e que configuram a (in)justiça ambiental. Acselrad, Mello e Bezerra (2009) ensinam que a justiça ambiental é um movimento moderno pelos direitos civis, através do qual os sujeitos compreendem amplamente a relação interposta entre seus locais de trabalho, comunidades, meio ambiente e saúde; envolve princípios e comportamentos que asseguram que nenhum grupo social, sobretudo os integrados por minorias étnicas ou de classe, absorvam consequências ambientais negativas desproporcionais, decorrentes de decisões das esferas econômica e política. O objetivo é salvaguardar os direitos das comunidades, conferindo proteção ambiental justa e equânime.

Dessa forma, os inquiridos supracitados ilustram medidas e comportamentos concretos direcionados à interferência positiva na integridade das dimensões do viver sustentável. O Entrevistado 2 relata as conquistas capitaneadas pela ASSEMA e pelas cooperativas, através das quais, em suas áreas de influência, não mais ocorrem queimadas sem planejamento e sem alocação de recursos de contenção e controle. Outrossim, um quantitativo cada vez maior de famílias não mais recorre ao uso de agrotóxicos. São ações sociais comuns que não somente resguardam o equilíbrio natural, como também conduzem a melhoria da qualidade de vida local e a adequação aos critérios de proteção ambiental e estruturação das áreas produtivas e do trabalho, pactuados com os empreendimentos parceiros.

O Entrevistado 6 descreve práticas reservadas à preservação da água, afirmando que “[...] as comunidades preservaram a mata ciliar nos córregos dentro de suas propriedades, outras deixam uma reserva no topo de uma cerra. Estamos trabalhando o reaproveitamento da água das chuvas com cisternas e racionamento [...]”. O discurso desse sujeito é interessante, pois vislumbra a materialização do conceito de sustentabilidade ambiental, o qual está corporificado em ações reais do dia a dia nas comunidades, como disposto pelo Entrevistado 12: “[...] muitas comunidades se preocupam até com torneiras abertas [...] Temos ações concretas, não pagamos água nas comunidades, mas temos controles rígidos [...] temos essas preocupações e conhecimentos nas nossas comunidades [...]”.

Cabe esmiuçar a construção patenteada pelo Entrevistado 8. O sujeito interrogado elaborou um raciocínio complexo, envolvendo diversas esferas e agentes da sustentabilidade. Pormenorizou a cadeia produtiva desenvolvida em parceria com empreendimentos, associando a geração de valor socioambiental à confecção de produtos com selo de certificação. Esse fato

requer, para tal, rigorosos e metódicos procedimentos de averiguação das áreas produtivas, auditando processos manufatureiros, parâmetros de proteção e preservação ambientais, aspectos legais de operacionalização do trabalho, bem como a execução da repartição dos resultados financeiros excedentes entre os cooperados e o incremento do valor justo para aquisição dos insumos da floresta.

O que se configura latente na concepção supracitada é a tempestuosa interdependência instituída entre o cuidado ambiental e o retorno econômico, elementos comuns e historicamente dicotômicos. Conforme já assinalado, a racionalização econômica das intervenções humanas na dimensão ambiental pode resultar em relações sustentáveis enviesadas e frágeis, facilmente liquefeitas diante da não consolidação das metas de lucratividade.

Como já explicitado, as comunidades extrativistas investigadas empreendem ações emergentes, objetivando a formação de redes de relacionamento, a construção e o fomento de valores e ética ambientais; valorizando as comunidades; e dirigindo energias para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, essas comunidades ainda necessitam de maior expressividade econômica, reconhecimento e valoração socioculturais, além de representação política para efetivamente blindarem seu território contra a insustentabilidade.

5.5 Dimensão Cultural

Esta categoria foi desenvolvida para compreensão das implicações da cultura das quebradeiras de coco babaçu e para mapear e dispor ações concretas e mensuráveis que integrem a sustentabilidade ambiental ao modo de pensar e agir consciente nas comunidades investigadas. Assim, foi selecionada a unidade de registro central desta categoria, apreciando-se criticamente os resultados expostos.

5.5.1 Cultura da Sustentabilidade Ambiental

Para esta unidade de registro, dispõe-se:

Nós precisa trazer mais protetores ambientais e conscientização pro valor do babaçu. Já conseguimos trazer mais gente para o nosso time. Elas (quebradeiras) conseguem fazer isso muito bem. Hoje estamos conseguindo fazer coisas que muitos outros setores da sociedade não fazem, como trazer cada vez mais pessoas pro entendimento e conhecimento de que esse ambiente precisa ser cuidado pras futuras gerações. Elas são os guardiães da floresta e grandes propagadoras do cuidado ambiental, formadoras de um exército de cuidado e proteção da floresta de babaçu. Nas nossas falações

dizemos que não é uma questão de propaganda, mas são as pessoas diretas na construção da preservação. (Entrevistado 6).

A valorização econômica da economia do babaçu tem um reflexo direto na valorização da identidade cultural que as quebradeiras têm com a palmeira. É como se não se separasse o aproveitamento econômico da reprodução cultural. Elas têm uma ligação muito forte com o fazer, com o cuidar da palmeira, com o manejar de forma tradicional. É uma relação de troca, a palmeira dá muitos frutos e produtos a elas, mas elas também devolvem, não apenas as quebradeiras como as famílias como um todo. Incentivar esse tipo de trabalho tem um retorno ambiental muito forte e cultural também uma vez que valoriza o trabalho delas e respeita o modo de vida das comunidades e contribui pra formar uma cultura de proteção ambiental. (Entrevistado 1).

Um processo histórico de crítica, de admissibilidade, de implementações e reformulações dos contornos e limites da intervenção da sociedade civil na natureza qualificam o horizonte edificador da sustentabilidade ambiental. Tal configuração implica elementos diversificados, intrínsecos às diversas dimensões da sustentabilidade e arrolados até o presente momento neste estudo (BELLEN, 2004). Com efeito, Feitosa (2016) delibera que a fertilização de nichos socioambientais originais introduzem novos termos de classe natural e da natureza humana.

O final do século XX, em reação às implicações socioambientais nocivas do desenvolvimento econômico, evidencia o despertar da consciência social sobre a temática (BELLEN, 2004). O autor alude que ferramentas de aferimento dos índices e níveis de sustentabilidade nesse cenário foram arquitetadas mediante fundamentação não devidamente explícita. Feitosa (2016) chancela o disposto e esclarece que a tomada de consciência sobre a degradação ambiental e o emprego desses instrumentos avaliativos inconsistentes estão atravancados nas fronteiras restritivas do discurso desprovido de prática real das ações cotidianas sustentáveis, sobretudo dos agentes determinantes dessa assolação.

Ponderações críticas em relação a essas práticas sustentáveis conduzem a “[...] trilhas em meio à longa caminhada que deve resultar na adoção de atitudes conscientes, ao amparo da legislação ambiental com uma efetiva fiscalização e da incorporação do princípio da logística reversa ao dia-a-dia de pessoas, empresas e instituições [...]” (FEITOSA, 2016, p. 51). Atitudes racionais e códigos de condutas éticas endereçadas à sustentabilidade ambiental foram oportunamente evidenciados na seção anterior. Neste espaço, identificam-se os resultados que potencialmente revelem a absorção dessas posturas no dia a dia dos sujeitos, de forma corriqueira e, inclusive, inconsciente. Em síntese, conjectura-se sobre os símbolos das condutas sociais que, porventura, constituem uma cultura de sustentabilidade ambiental.

Feitosa (2016) esclarece que a sustentabilidade ambiental é propalada como uma súplica para o equacionamento de um desequilíbrio que acomete à sociedade, mas que, “[...]”

individualmente, sabem que não deram causa, e para o resgate de uma condição ambiental que a grande maioria não sabe ter perdido, ou mesmo se existiu [...]”. Essa inércia social, significativa quanto à crise ambiental, é resultado da “[...] falta de educação formal com qualidade ou mesmo de instrução [...]” (FEITOSA, 2016, p. 52); falta de mobilização e representatividade políticas, e carência de sentimento de pertencimento e corresponsabilidade socioambiental e econômica comunitários – já debatidos neste capítulo.

Jacobi (2003) legitima o princípio supramencionado ao dispor que a argumentação e a prática sustentável devem contemplar as interações sociopolíticas inseridas nos espaços urbanos, resultando no reconhecimento da existência de atores sociais relevantes, práticas educativas e diálogos transparentes, os quais consolidam a engenharia de valores éticos e corresponsabilidade. Ademais, demandam políticas de desenvolvimento que abrangem a integralidade das dimensões sustentáveis.

Observou-se nas comunidades a ativação da consciência quanto à imprescindibilidade de minimização significativa da degradação da floresta de babaçu, bem como da condução racional dessa inquietação mediante ações factuais. O Entrevistado 6 patenteia essa inferência ao declarar que mais pessoas devem ser instruídas sobre a preservação do ecossistema do babaçu e educadas para a sustentabilidade local, inserindo-as no processo formal de salvaguarda desse patrimônio ambiental e cultural. O entrevistado finaliza seu discurso clarificando que a intenção das “falações”, ou seja, do processo socioeducativo, é o engajamento de todos – não se restringindo aos agentes cooperados ou envolvidos na cadeia produtiva – e a materialização de ações e valores ambientais. Forma-se, então, uma cultura comum viva de sustentabilidade ambiental.

Este trabalho de evangelização ambiental das comunidades extrativistas é consumado em comportamentos da coletividade. O Entrevistado 2, complementado pelos Entrevistados 9, 10, e 3, ressalta sobre a ação de replantio de espécies madeiras em povoados de Lago do Junco, Esperantinópolis e Bacabal, somando 145 hectares de área reflorestada: “[...] a gente tá visando a melhoria na qualidade de vida alimentícia e econômica das famílias [...] boa parte dessas plantas são madeira da região que acabaram, como ipê e jatobá, e madeiras exóticas de outras regiões, como o mogno [...]”.

O Entrevistado 1 informa que a valorização econômica do babaçu, fomentada pela economia criativa e dinamizada pelas parcerias com empreendimentos sustentáveis, conduz a intervenção das comunidades na natureza através de caminhos pavimentados pela identidade cultural das quebradeiras, além do resgate dos costumes e do conhecimento ancestral, que são indicadores do futuro e podem culminar na consolidação de uma cultura de proteção ambiental.

Cabe apontar que o inquirido embasa seu discurso na apreciação econômica do insumo natural, recorrentemente assinalado nas entrevistas. Logo, esta investigação apreende esse discurso como ponto de enfraquecimento das ações sustentáveis empreendidas no recorte geográfico pesquisado.

O Entrevistado 10 enfatiza que as próprias quebradeiras de coco babaçu ativas nas cooperativas posicionam o cuidado ambiental como condição necessária para o retorno financeiro: “[...] elas colocam que isso pode gerar consequências em seus rendimentos. Se cortarmos as palmeiras desordenadamente iremos ficar sem a renda [...] é uma preocupação real de proteção da natureza, mas embasada pelo retorno financeiro [...]”. O Entrevistado 7 contribuiu com a racionalização econômica da proteção natural e relembrou discursos de determinados agroextrativistas: “[...] usar agrotóxicos em determinadas comunidades vai prejudicar a renda das palmeira contaminadas [...] se derrubar as palmeiras de determinada localidade a gente vai ficar sem a renda dela [...]”.

Ao ser questionado sobre a possível ocorrência de ações legítimas de proteção da floresta de babaçu, sem a rentabilização da cadeia produtiva proporcionada pela economia criativa, o Entrevistado 4 declara que: “[...] teria preocupação, claro. Ninguém pode dizer que seria zero, mas não seria efetiva [...]”, potencialmente restrita ao plano conceitual, sem prática corporificada.

Os sujeitos investigados reconhecem que são agentes degradadores do ambiente natural, porém, com um contingente continuamente reduzido, através da educação e da atuação conjunta de conscientização e esclarecimento das cooperativas, associações e extrativistas. Em outras palavras, possuem menor expressividade e poder de degradação quanto aos apresentados por determinados latifundiários e empresas com diretrizes centradas irrestritamente na lucratividade.

Apesar disso, vislumbrou-se, nesses extrativistas cooperados, postura ativa e direcionada ao equacionamento da crise ambiental, indispensável à sobrevivência local, onde os agentes se posicionam como líderes e catalisadores desse processo, lutando para a materialização do viver sustentável nas comunidades, apesar de estarem situados desproporcionalmente na base das relações de influência sociopolíticas e fundamentarem suas intenções de preservação no retorno financeiro. Com efeito, isso torna suas medidas vulneráveis, apesar de fundamentadas na educação ambiental e em práticas de ações concretas.

5.6 Desafios e Tendências

A presente categoria foi desenvolvida para o levantamento dos principais desafios e tendências vislumbrados a partir da apuração em campo, os quais são basilares à sustentabilidade local. Para tal, a seguir, optou-se por listar objetivamente as inquietações e conjecturas comuns aos discursos documentados e às perspectivas para cenário e mercado examinados.

Os desafios e eventuais tendências prospectados para o recorte geográfico desta pesquisa, situados como condições impreteríveis à concretização do viver sustentável, são:

- a) Estabelecimento e consolidação de vínculos efetivos e imperecíveis entre comunidades agroextrativistas, associações, cooperativas, universidades, empreendimentos, centros de pesquisa e desenvolvimento e latifundiários, cujo foco é o aprimoramento de processos e instrumentos produtivos – sobretudo a quebra do coco babaçu, a qual deve ser realizada de forma eficiente, humanizada e de propriedade exclusiva das quebradeiras –, desenvolvimento de novos produtos, estímulo à criatividade, arquitetura, fabricação e disponibilização de novas tecnologias em geral;
- b) Elaboração de métricas singulares para aferição acurada dos níveis de sustentabilidade alcançados, abrangendo e respeitando todos os eixos essenciais ao conceito e imprescindíveis à melhoria da qualidade de vida;
- c) Construção de indicadores capazes de enquadrar e mensurar resultados e implicações dos elementos intangíveis fomentados pela economia criativa nas comunidades (felicidade, satisfação e realização pessoal e profissional, aplicação de recursos não financeiros, sentimento de pertencimento e corresponsabilidade, reconhecimento da identidade cultural local, entre outros);
- d) Concepção de uma marca sólida para os produtos derivados do babaçu. Recurso intangível fundamental para o posicionamento adequado no mercado nacional e internacional, agregação de valor cultural, valorização da cadeia produtiva às comunidades e aos envolvidos no processo;
- e) Transmutação da cadeia estabelecida em rede produtiva de colaboração, associação, relacionamentos, educação e compartilhamento de recursos e soluções que absorvam todos os agentes inseridos no território. Essa estruturação em redes oportuniza proteção ao território diante das potenciais entradas de empreendimentos, com diretrizes insustentáveis que buscam explorar o ativo natural do babaçu e auxiliar no despertar de

- um sentimento de pertencimento nas comunidades e corresponsabilidade, além de rentabilizar a produção e reter as gerações jovens na região;
- f) Aprimoramento e adequação das políticas públicas de proteção da vegetação nativa, as quais, atualmente, abrem precedentes para o desmatamento da floresta de babaçu mediante simples aplicação de multas ou reflorestamento das áreas devastadas, considerando qualquer espécie madeireira para compensação. O Entrevistado 1 patenteia essa sentença ao afirmar: “podem compensar o desmatamento do babaçu com qualquer outra espécie. Pode destruir uma mata, um ecossistema rico e manter uma área improdutiva. O Entrevistado 9 complementa: “para o código florestal, floresta é floresta, a floresta de eucalipto é igual a de babaçu porque tem o verde”;
 - g) Restrição do acesso e contenção da utilização de agrotóxicos;
 - h) Aperfeiçoamento e cumprimento efetivo da Lei do Babaçu Livre;
 - i) Ampliação das fronteiras de atuação e influência da ASSEMA e cooperativas em comunhão com empreendimentos sustentáveis, o que expandirá as áreas monitoradas por esses agentes e propagará os pilares do viver sustentável viabilizados por eles;
 - j) Transição do manejo tradicional para o plano de manejo sustentável, respaldando a obrigatoriedade de seu emprego na legislação;
 - k) Inserção das novas gerações no processo produtivo do babaçu, mas sem configurar trabalho infantil e aproximar os jovens da identidade cultural local, cada vez mais distanciados. Ressalta-se que a referida cultura congrega em sua ancestralidade a proteção da floresta de babaçu, sendo indispensável a sustentabilidade no Médio Mearim. O Entrevistado 12, sobre a não identificação da juventude com a cultura da quebradeira de coco babaçu, assevera: “eu enxergo como uma causa desesperadora pra renovação, pra cultura, pra manter o conhecimento tradicional vivo e proteger as floresta”. O Entrevistado 11 expressa: “tenho medo da nossa cultura morrer. Medo da floresta de babaçu morrer. O que será de nós?”;
 - l) Promoção da educação formal, não formal e informal¹⁸, especialmente as catalisadas pelas novas tecnologias digitais, imprescindíveis para que as pessoas tenham a capacidade de avaliar e solucionar problemas acerca do viver sustentável, despertando

¹⁸ Apropriando-se da abordagem teórica disposta na Agenda 21 (UN, 1992), depreende-se que o ensino formal é aquele que ocorre nos sistemas tradicionais de ensino, como as escolas; o não formal são as iniciativas organizadas de aprendizagem, materializadas fora dos sistemas de ensino, ligadas à aplicação prática; e o informal decorre de processos naturais, compreendidos pelos pais, em igrejas ou leituras, por exemplo.

valores éticos, consciência socioambiental e política, e participação pública efetiva na tomada de decisões.

Na última seção deste capítulo, abaixo, sintetizam-se e consubstanciam-se as informações debatidas até o presente momento, recorrendo-se à expressão didática do infográfico “5D9V do Embrião do Viver Sustentável Comunitário” (Figura 4).

5.7 Entrelaçamento de Categorias e Consolidação Inferencial

Verifica-se, em face do exposto neste capítulo, que o ordenamento da tessitura conceitual e situacional, além da maturação dos processos de operacionalização e de consecução da dinâmica efetiva de economia criativa, no recorte geográfico investigado, dispõem-se em condição exordial. Com efeito, essa conjuntura impacta na percepção e no tratamento sociais concernentes à sustentabilidade, obstaculizando o equacionamento de seus entraves operacionais, preservando as intenções de cuidado socioambiental na escassez de ações factuais, desvanecendo a cultura de quebradeira de coco babaçu, restringindo a aplicação real do conceito a militantes destituídos de representação política e distanciando a potencial materialização do viver sustentável local da sua exequibilidade.

Infere-se que a factibilidade do viver sustentável no campo inquirido está a emergir – sobretudo através da dinâmica colaborativa impetrada pela ASSEMA, cooperativas, comunidades agroextrativistas e determinados empreendimentos com propositivos sustentáveis concretos –, por meio de uma engenharia calcada em bases estruturais incipientes e fragilmente alicerçadas no objetivo de retorno econômico.

Figura 4 - 5D9V do Embrião do Viver Sustentável Comunitário



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Não obstante ao supradito, advoga-se que a economia criativa se assenhora de apreciável competência para tornar factível o viver sustentável nas comunidades examinadas. Esse novo paradigma socioeconômico e cultural, em consonância com o preceituado por Deheinzelin (2009), é substancial para a sustentabilidade do corpo social agroextrativista do babaçu, no Maranhão.

Constatou-se que a preambular economia criativa do Médio Mearim transcende a mera atividade econômica, configurando-se como fator de influências presente no convívio e na evolução sociais, vitais para desenvolvimento e autonomia locais. Além disso, há a convergência, na nova economia, de todas as dimensões imprescindíveis à materialização da sustentabilidade, o que dispõe de potencial para oportunizar a reengenharia dos modelos padrões de arranjo social, o que já está a transcorrer nessas localidades, como já debatido.

Com isso, defende-se que a economia criativa em dinâmica efetiva tem autoridade para viabilizar a reformatação do modelo mental, individual e coletivo, e de arquitetura social para supressão da insustentabilidade instaurada. Isso posto, consubstancia-se, por intervenção do infográfico “5D9V do Embrião do Viver Sustentável Comunitário” (Figura 4), os vetores conducentes à sustentabilidade comunitária vislumbrados em solo de pesquisa. Dessarte, esta pesquisa intenciona desvelar uma trilha potencial de recomendações a ser percorrida para a factibilidade do viver sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho científico procurou verificar se a economia criativa pujante, viva e incorporada à dinâmica real da organização socioeconômica, cultural e ambiental foi capaz de auxiliar na construção de um viver sustentável factível nas comunidades extrativistas do babaçu do Médio Mearim maranhense, especificadamente nos municípios de Pedreiras, Esperantinópolis e Lago do Junco, incluindo-se os povoados de Palmeiral e Ludovico.

O problema de pesquisa supracitado aliado ao rigoroso delineamento e à execução minuciosa dos procedimentos metodológicos estabelecidos permitiram uma acurada observação para o desenvolvimento da informação científica, guiando esta investigação para resposta integral da problematização suscitada: pode a economia criativa ser incorporada à dinâmica real da organização social para auxiliar na construção de um viver sustentável factível?

As informações e os conhecimentos apurados a partir das observações sistemáticas e das entrevistas dos sujeitos nos recortes geográficos de inquirição, explicitados no corpo desta dissertação, oportunizaram inferências científicas fundamentadas na direção da confirmação da hipótese de pesquisa e da consecução do objetivo geral deste documento. Por conseguinte, compreendeu-se que a economia criativa – tipificada pelo empreendedorismo criativo e sustentável, pelo associativismo (expresso pela ASSEMA) e pelo cooperativismo (COPPALJ e COPPAESP) implementados na cadeia produtiva do babaçu do Médio Mearim maranhense – posicionou-se enquanto estratégia paradigmática para fomento, criação, desenvolvimento e consolidação de uma cultura da sustentabilidade ambiental, contribuindo para motivar um viver sustentável nas comunidades agroextrativistas.

Advoga-se que esse novo paradigma econômico, em prática vivente catalisada pela ação empreendedora e pelas manifestações sociais consagradas pelo trabalho cooperativo, política e tecnicamente assessorados pela ASSEMA, está a reconfigurar o insustentável sistema social, econômico, cultural, político e ambiental historicamente instaurado no Maranhão. Progressivamente e embrionariamente está a viabilizar vida à sustentabilidade por meio de comunidades de trabalhadores rurais, as quais percebem e criam valor a partir da abundância dos recursos intangíveis, do diverso, do plural, do humano. Realizam isso sem desprezar o desenvolvimento socioeconômico, o cuidado e a educação ambiental, a maximização da capilaridade da identidade cultural de quebradeira de coco babaçu e a inclusão social.

Essa alteração profunda nas estruturas do capitalismo atual tem potencial para retirar progressivamente a natureza do papel de exclusiva provedora de recursos, já que insere

a criatividade de modo visível e palpável, assim como a cultura e o conhecimento como novas fontes de recurso do sistema produtivo e da vida. Vale ressaltar que esses suprimentos intangíveis, além de renováveis, multiplicam-se com o uso dos mesmos em uma sociedade mais consciente, colaborativa, organizada em redes, solidária, engajada na proteção do ambiente e que se apropria da tecnologia como força motriz.

Como parte dessa noção, recebem destaque as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que permitem a transposição de barreiras relacionadas a espaço e tempo e estreitam os processos de mediação e interação na comunicação humana. Além disso, a informação passa a ser disseminada em outro formato, por meio do uso de vários suportes, incluindo plataformas e dispositivos móveis. Assim, considerando a discussão emergente em torno da sustentabilidade e da proteção ambiental, observa-se que o uso das TIC e de suas ferramentas é indispensável à educação contemporânea e viabilização do viver sustentável, pois encorajam comportamentos específicos, ativando o interesse na preservação do meio ambiente e estimulando a motivação e o engajamento na aprendizagem.

Entende-se que o cenário supradito, ainda distante da realidade socioeconômica averiguada em campo de pesquisa, tende a instruir, esclarecer e motivar a participação da sociedade civil no controle da gestão ambiental pública. É preciso, diante disso, munir as comunidades agroextrativistas com esses instrumentos para que sejam solidificados os pilares de um sentimento ético de corresponsabilidade, de pertencimento, de participação na governança local e de solução da crise ambiental instaurada. Como consequência, corporifica-se a base de uma cultura da sustentabilidade, imprescindível ao mundo contemporâneo.

No que tange às modificações nas esferas sociocultural e ambiental, defende-se que estas devem originalmente partir do homem, em nível individual, difundindo-se e atingindo amplitude social; materializando-se através de modelos mentais, valores, condutas e ações sustentáveis dos indivíduos componentes das comunidades extrativistas do babaçu investigadas. Eis a formação, o fomento, a consolidação e a “viralização” de uma cultura da sustentabilidade ambiental factível.

Dessa forma, o indivíduo moderno foge dos determinismos sociais, tornando-se um sujeito autocriador de identidades, pertencimento e culturas. Destaca-se, consoante versa Touraine (2010), o sujeito é qualificado por sua capacidade de criar, cujas bases estão em sua liberdade e responsabilidade diante dos autoritarismos que exaurem sua capacidade de se tornar agente que luta por direitos e causas coletivos. Nesse sentido, centra-se esse novo paradigma na noção e na capacidade que o sujeito tem de traçar e percorrer sua narrativa rumo ao social, levando em consideração as relações entre os demais indivíduos e culturas, fundamentando sua

motivação na esperança por mudanças na organização da sociedade, guiadas, sobretudo, pela luta e pela reivindicação dos direitos culturais.

Apreende-se, conforme aludido por Touraine (2010), que a contemporaneidade é caracterizada não simplesmente por essas mudanças, mas, também, pela não aceitação dos valores impostos e pela polarização das identidades de gênero, fatores visceralmente conectados com a cultura de proteção do babaçu. Trata-se, do mesmo modo, de uma luta de gênero conduzida, sobremaneira, pela militância de mulheres; trabalhadoras rurais engajadas política e socialmente na materialização da sustentabilidade local. Unem-se em um movimento social de enfrentamento, almejando a liquefação dos laços de subordinação que as prendiam aos latifundiários e empresas calcadas exclusivamente na obtenção de retorno econômico alicerçado em valores insustentáveis. Com base nisso, enfatiza-se a autoridade e imprescindibilidade do movimento feminista para reengenharia social e edificação de uma cultura que viabilize o viver sustentável.

Entretanto, infere-se que a factibilidade do viver sustentável no recorte geográfico investigado está em processo introdutório de manifestação, configurando-se incipiente. Além disso, os alicerces estruturais dispostos para instaurar a qualidade de vida inextinguível nas comunidades agroextrativistas do Médio Mearim estão fundados no solo frágil e instável da bússola do desejo primordial do retorno econômico, historicamente assentado como dispositivo mobilizador de insustentabilidade. Afirma-se isso, mesmo que ações concretas direcionadas à consolidação de uma cultura de sustentabilidade tenham sido mapeadas e estejam sendo fomentadas pela economia criativa e por ações locais empreendedoras.

A prospecção de clientes, a constituição de parcerias e a negociação da aquisição de investimentos capitaneados pela ASSEMA e em sintonia harmônica com as cooperativas sob a sua rege, intencionam, fundamentalmente, dar robustez à cadeia produtiva local do babaçu e concentram esforços no fornecimento de matéria-prima para o mercado exterior – evidenciado nos relacionamentos comerciais profissionalmente construídos, sobretudo, com empresas multinacionais de cosméticos. Essa diretriz vislumbra a globalização como agente agregador de valores socioeconômico e cultural e que permite a inserção tanto individual quanto empresarial de pequeno porte em um novo cenário cultural e comercial global, fraterno e democrático.

Contudo, esse cenário dissertado é possivelmente conflituoso para a factibilidade do viver sustentável local. A globalização traz em seu cerne a intenção deliberada de produzir um capitalismo extremo, livre de qualquer influência e autoridade em nível mundial, capaz de impor limites à atividade econômica, que exerce seu poder integralmente sobre o conjunto da

sociedade. Não mais representa uma etapa moderna para a construção de uma nova vida política, econômica e cultural, mas uma dissociação entre os mecanismos econômicos e as organizações comunitárias, as quais passam a agir em escala exclusivamente local, perdendo capacidade de pertencimento, articulação política, participação no mercado e de interação com expressividade global (SANTOS, 2007; TOURAINÉ, 2010).

Essa conjuntura dinâmica vivifica a decomposição do que se qualifica como sociedade e efetiva um processo de “dessociação”, inviabilizando, dessa forma, a existência de uma cultura de sustentabilidade. Ressalta-se que os movimentos altermundialistas desempenham papel tão importante atualmente quanto os socialistas exerciam na sociedade industrial, ao lutarem contra o determinismo e o posicionamento capitalista da economia e da sociedade. Tal organização valida e conduz a grandes transformações históricas com determinação fundamentalmente democrática, consolidando-se como instrumento contemporâneo, essencial à oposição direta do tipo de globalização que intenciona eliminar todas as formas de regulamentação social e política da atividade econômica (SANTOS, 2007; TOURAINÉ, 2010).

Esses são pontos sensíveis que desvitalizam a evolução do viver sustentável no Médio Mearim e que foram explicitados no último capítulo deste documento, especificamente através da seção de “desafios e tendências”. Simultaneamente, foram recomendadas pistas para investigações científicas futuras. Este pesquisador defende que há lacunas acadêmicas essenciais para materialização da sustentabilidade local e que necessitam de intervenção e análise científica improtelável, sendo elas:

- (a) Promoção da educação formal, não formal e informal, sobretudo as catalisadas pelas novas tecnologias digitais, imprescindíveis para que as pessoas tenham a capacidade de avaliar e solucionar problemas acerca do viver sustentável, despertando valores éticos, consciência socioambiental e política e participação pública efetiva na tomada de decisões;
- (b) Inserção das novas gerações no processo produtivo do babaçu, de modo a não configurar trabalho infantil e aproximar os jovens da identidade cultural local, cada vez mais distanciados. A preservação da floresta de babaçu depende, necessariamente, da cultura de quebradeira de coco babaçu, a qual está, segundo já explicitado, em risco de supressão.

Vislumbrou-se a cultura de sustentabilidade ambiental local como expressão decorrente da cultura de quebradeira de coco babaçu e da necessidade iminente de sobrevivência. Buscando fundamentação na expressão sociocultural desse povo, o desenvolvimento econômico da região pode alinhar-se com ideais de preservação da floresta de babaçu e amparo sociais (processo que tem a salvaguarda da ASSEMA e cooperativas de trabalhadores agroextrativistas), porém a circunstância, a seguir, deve ser analisada com cautela, pois pode debilitar a efetividade da sustentabilidade regional: o momento em que a cultura da sustentabilidade passa a ser qualificada primordialmente pelas políticas e diretrizes de sustentabilidade corporativa¹⁹, adotadas pelos empreendimento atuais na cadeia produtiva e parceiros dos corpos sociais. O retraimento dos mercados e a minimização dos lucros, sobretudo em períodos de recessão econômica, conduzem as empresas a desconsiderar os programas de preservação e proteção ambientais, vistos como geradores de custos passíveis de eliminação (MONTIBELLER FILHO, 2001).

Quantos aos objetivos específicos desta investigação, comunica-se a conquista da integralidade desses elementos norteadores do processo de construção do conhecimento averbado neste estudo científico. Elaborou-se a RSL proposta na primeira meta particular, por meio da qual foram apresentados e analisados resultados concernentes à produção acadêmica nacional sobre economia criativa, em nível de mestrado, no período compreendido entre 2008 e 2016. A intenção foi contribuir com a consolidação do seu arcabouço teórico ainda incipiente e disperso sobre essa temática.

As dissertações mapeadas, em quase sua totalidade, pesquisaram esse novo paradigma na prática real, medindo e analisando seu desempenho, bem como percebendo o potencial de sua aplicabilidade e aferindo resultados oriundos de sua atividade dinâmica. A intenção é a de análise do potencial que é atribuído a essa nova ordem. Foram expostos cientificamente os frutos de pesquisas realizadas *in loco*, alusivas ao desenvolvimento regional, empreendedorismo, edificação de cidades criativas, desenho de indicadores para a medição de aspectos subjetivos e inerentes ao novo molde econômico e social que a economia criativa prega e sobre as políticas públicas que devem emergir para estimular essa nova ordem.

Apesar da diversidade de abordagens, instrumentos, regiões geográficas e instituições de ensino em que as pesquisas foram empreendidas, apenas um dos estudos direcionou esforços para submeter tal conceito à crítica. Entende-se que testar verdades e

¹⁹ A sustentabilidade empresarial é conceituada, consoante Labuschagne, Brent e Erck (2005) como o estabelecimento de estratégias e diretrizes que atendam hoje as demandas da organização e dos *stakeholders*, preservando os recursos esgotáveis, humanos e ambientais, a serem requeridos no futuro.

conceitos é vital para o desenvolvimento da ciência e para evolução do conhecimento. Na pesquisa acadêmica sobre economia criativa, vislumbra-se uma lacuna que demanda ser preenchida por estudos que busquem validar as benesses que esse novo paradigma se propõe a viabilizar, principalmente através da submissão de suas bases conceituais e práticas à prova e à falseabilidade.

No que tange aos demais objetivos específicos de investigação, realizou-se debates críticos – interdisciplinarmente erigidos e correlacionados com a temática da economia criativa e do empreendedorismo – sobre conceitos intrínsecos à sustentabilidade, suas dimensões e restrições operacionais; aprofundou-se discussões acerca da sustentabilidade ambiental, suas interações dinâmicas e indissociáveis, tendo em vista as demais dimensões e impedimentos funcionais que a impossibilitam de ser uma prática diária.

Produziu-se, também, a análise e a disposição da estruturação da cadeia produtiva do babaçu operante nos campos pesquisados, especificamente aquelas fomentadas pelos empreendimentos sustentáveis detectados, operantes em um ambiente de economia criativa efetivo e em parceria calcada na harmonia de valores e missões com as cooperativas e a ASSEMA. Por fim, identificou-se e destacou-se como essa sinergia de atores intercede na dinâmica local de economia criativa para equacionar as restrições operacionais da sustentabilidade ambiental e fomentar a constituição de uma cultura da sustentabilidade ambiental nas comunidades agroextrativistas.

A factibilidade do viver sustentável no Médio Mearim tem horizonte enevado, assim como os direcionamentos conceituais e práticos a serem dispensados à economia criativa operante na cadeia produtiva do babaçu. Seus pressupostos facilmente elencáveis coligados a uma sustentabilidade reservada, em grande parte ao plano dos discursos destituídos de ações efetivas, ocultam desafios e insuficiências operacionais, ambientais, humanas, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas que cristalizam tendências com forte predileção à perpetuação das previsões desoladoras proferidas há cinco décadas sobre a insustentabilidade planetária.

Em conclusão, entende-se que a solução global para o quadro contemporâneo de insustentabilidade extrema perpassa, necessariamente, por intervenções setorializadas, locais ou comunitárias, a exemplo das realizações e mobilizações empreendidas pelos trabalhadores agroextrativistas investigados e que precisam ser reconhecidas e dinamizadas impreterivelmente.

Por fim, reafirma-se o pressuposto declarado por Feitosa (2016) ao dispor que o equacionamento da crise ambiental, impetrada em âmbito global, se submete à formação de uma cultura de sustentabilidade, respaldada no exercício diário de atividades disciplinadas pelo

respeito atuante à natureza, defendendo que “[...] a religação da essência do homem ao espírito da natureza sendo capaz de refletir, reduzir, recusar, reutilizar, reciclar e reverter os processos de degradação do ambiente [...]” (FEITOSA, 2016, p. 57).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, 1999. 72 p. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático).
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1984.
- ALMEIDA, A. W. B. Quebradeiras de Côco Babaçu: Identidade e Mobilização. In: ENCONTRO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE CÔCO BABAÇU, 2., 1995. **Anais...** São Luís, 1995.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís: SIOGE, 1980.
- AYRES JUNIOR, José Costa. **A Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a Refuncionalização de um Espaço Regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ASSOCIAÇÃO DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DO MARANHÃO. **Projeto Consolidação da Economia Familiar Camponesa em Regiões de Babaçuais, com a Conservação e Utilização Regional dos Recursos Naturais**. Pedreiras: ASSEMA, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da AGENDA 21**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 54-60.
- BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, jan./ jun. 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 165-196.
- BECKER, Evaldo. Natureza x sociedade: percursos e percalços de nossa trajetória científico-civilizacional. In: SANTOS, Antônio Carlos dos; BECKER, Evaldo (Org.). **Entre o homem e a natureza: abordagens teórico metodológicas**. Porto Alegre: Redes Editora, 2012. p. 47-62.
- BENDASSOLLI, Pedro F. et al. Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades. **Rev de Adm de Emp**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 10-18, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

BHIDÉ, A. V. **The Origin and Evolution of New Business**. New York: Oxford, 2000.

BYGRAVE, W. D. The entrepreneurial process. In: BYGRAVE, William D. (Ed.). **The portable MBA in entrepreneurship**. New York: John Wiley; Sons, Inc., 1997.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.

CAVES, Richard. **Creative Industries: Contracts between art and commerce**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

COHEN, B.; WINN, M. I. Market Imperfections, Opportunity and Sustainable Entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 22, n. 1, p. 29-49, 2007.

COHEN, B.; SMITH, B.; MITCHELL, R. Toward a Sustainable Conceptualization of Dependent Variables in Entrepreneurship Research. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, n. 2, p. 107-119, 2006.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização dos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

COSTANZA, Robert. Toward an operational definition of ecosystem health. In: COSTANZA, R.; HASKEL, B. D.; NORTON, B. G. (Org.). **Ecosystem health: new goals for environmental management**. Washington, DC: Island, 1992.

CUNNINGHAM, Stuart. et al. Cultural Economy: the Shape of the Field, in The Cultural Economy. In: ANHEIER, Helmut; ISAR, Yudhishtir Raj. (Ed.). **The Cultures and Globalizations**. Series 2. Londres: Sage, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

DAVIS, Susan. Social entrepreneurship: towards an entrepreneurial culture for social and economic development. **SSRN**, September 7-11, 2002. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID978868_code736500.pdf?abstractid=978868&mirid=1>. Acesso em: 23 mar. 2018.

DIMAGGIO, Paul. **Cultural entrepreneurship in nineteenth-century**. Boston: Media, Culture, and Society 4, 1982.

DEES, J. G. **The Meaning of "Social Entrepreneurship"**. [S.l.]: Ewing Marion Kauffman Foundation and Stanford University, 1998. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sede_f.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT L. DCMS. **Creative Industries Mapping Document**. Londres, 2005. Disponível em: <http://www.dcms.gov.uk/reference_library/publications/4740.aspx>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DEHEINZELIN, Lala. **Economia criativa e desenvolvimento: desafios e oportunidades**. Vitória: Entusiasmo Cultural, 2008.

_____. Economia criativa e empreendedorismo cultural. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2., 2006. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2006.

DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca. (Org.). **Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local**. Vitória: SEBRAE & SECULT, 2008.

DEHEINZELIN, Lala. **Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade**. Organizado por Anne Louette. São Paulo: Editora Willis Harman House, 2009.

DELGADO, N. et al. Empreendedorismo orientado a sustentabilidade: as inovações do caso Volkmann. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 6, n. 3. set. 2008.

DRUCKER, Peter. **Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles**. New York: HarperBusiness, 1985.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. Cultura e sustentabilidade em foco: a cultura da sustentabilidade ambiental. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 33-61, 2016.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, p. 115-148, 2001.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**, revisited. 10th anniversary edition. Nova York: Basic Books, 2002.

FONSECA, A. C. et al. **Economia criativa: um conjunto de visões**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2012. 170p.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. **Mobilização e mediação**: análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas com projetos de assentamentos - ASSEMA. 2000. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2000.

GIBBS, David. The role of ecopreneurs in developing a sustainable economy. In: WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP, 1., 2007. **Anais...** Leeds United Kingdom Leeds, UK, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

GOLDENSTEIN, Lidia. O design alavanca tudo. *Época Negócios*, jul. 2011. São Paulo. Editora Globo, 2011.

GOLDEINSTEIN, Lidia. Economia Criativa: um caminho de desenvolvimento para o país através da moda e do design. IN-MOD / SPFW, São Paulo. SP. 2007.

GOVERNO DA AUSTRÁLIA. Office for the Arts. **Creative Nation**: Commonwealth cultural policy. Austrália: Analysis & Policy Observatory, 1994. Disponível em: <<http://apo.org.au/research/creative-nation-commonwealth-cultural-policy-october-1994>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

HARTLEY, John. (Ed.). **Creative Industries**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2005a.

_____. **Creative Industries**. London: Blackwell, 2005b. Disponível em: <<http://goo.gl/mXg0s>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Diálogos: Conversas com Heloísa Buarque de Hollanda. Entrevista com George Yúdice. **Revista Idiosincrasia**, Portal Literal, 17 ago. 2005. Disponível em: <<http://portalliteral.terra.com.br/idiossincrasia/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

HOWKINS, John. The Mayor's Commission on the Creative Industries. In: HARTLEY, John. **Creative Industries**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

_____. **The creative economy**. How People Make Money from Ideas. Londres: Penguin; New Ed, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Extrativa Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Sidra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JAGUARIBE, Ana. **Indústrias criativas**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/XJuHM>>. Acesso em: 05 set. 2017.

JEFFCUTT, Paul. Management and the creative industries. **Studies in Culture, Organizations and Society**, v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.

JENSEN, Rolf. **The Dream Society**: How the coming shift from information to imagination will transform your business. Nova Iorque: McGrawLHill, 1999. 242 p.

KEATING, P. **Creative Nation**. [S.l.: s.n.], 1994. Disponível em: <<http://apo.org.au/research/creative---nation---commonwealth---cultural---policy---october---1994>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LABUSCHAGNE, C.; BRENT. A. C.; ERCK. R. P. G. Assessing the sustainability performances of industries. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, n. 4, p. 373-385, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARINI, Marilena; GUNN, Lisa. Consumo sustentável. In: BORN, Rubens Harry. (Coord.). **Diálogos entre as esferas global e local**: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 67-86.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

MARANHÃO. **Lei Estadual n. 2.979, de 17 de julho de 1969**. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1969.

LEROY, Jean-Pierre. et al. **Tudo ao mesmo tempo agora**: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2002. 198 p.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais**: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA. [S.l.: s.n.], 2007.

LOPES, José Sérgio Leite. et al. **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2014. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MAIR, J.; MARTI, I. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAY, Peter Herman. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu no Maranhão**. São Luís: EMAPA/FINEP/FUNDACAO FORD, 1990.

MARSH, Georges Perkins. **Man and Nature Or, Physical Geography as Modified by Human Action**. New York, C. Scribner & Co., 1864.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulos: Atlas, 2005.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2009.

MELLO, Ruth; ZARDO, Julia. Economia criativa: o caso das Incubadoras Rio Criativo frente às políticas culturais tradicionais. (I. Gênese, Ed.), **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, p. 109-125, 2015. Disponível em: <http://www.genesis.pucrio.br/media/biblioteca/Economia_criativa_o_caso_das_I.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MIGUEZ, Paulo. **Repertório de fontes sobre Economia Criativa**. Salvador: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2007.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MONTIBELLER F, G. **Gestão Econômico-Socioambiental de Empresas**. [S.l.]: FEPESE, 2003. (Curso de Especialização em Economia de Empresas, apostila).

MOROSINE, Maria de Fátima Moraes. **Curso - Gestão e Controle Ambiental**. João Pessoa: ABES, 2005.

NORTON, B. G. A new paradigm for environmental management. In: CONSTANZA, R.; RASQUEL, B. D.; NORTON, B. G. **Ecosystem health: new goals for environmental management**. Washington, DC: Island, 1992. p. 23-41.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O'CONNOR, J. **Natural causes: essays in ecological marxism**. New York: The Guilfor Press, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais (MONDIACULT)**. [Brasília, DF]: UNESCO, 1982.

_____. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, DF: UNESCO, 2005.

PARRISH, B. D. **Sustainability-Driven Entrepreneurship: A Literature Review**. Leeds, UK: University of Leeds, 2008.

PASSET, René. **L'économique et le vivant**. Paris: Payot, 1979.

PENSA. **Reorganização do Agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão**. São Paulo: USP, 2000.

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The Experience Economy: Work is theatre & every business is a stage**. Boston: Harvard Business School Press, 1999. 247 p.

PINE, J.; GILMORE, J. Welcome to The Experience Economy. **Harvard Business Review**, Boston, MA, EUA, jul./ago. 1998, p. 97 - 105.

PLANO da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

POTTS, Jason. **Creative Industries and Economic Evolution**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca; DEHEINZELIN, Lala. **Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e desenvolvimento local**. SEBRAE, 2008.

RÊGO, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3. p. 47-57, 2006.

RIFKIN, Jeremy. **L'âge de l'accès; La nouvelle culture du capitalisme**. Paris: La Découverte, 2005.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigmas e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 41-53.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: precedido de discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25. p. 26-37. jun. 1994

SALLES, C. **Redes da Criação**: construção da obra de arte. São Paulo: Horizonte, 2006

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174 p.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Em torno da ética ambiental. In: SANTOS, Antônio Carlos dos; BECKER, Evaldo. (Org.). **Entre o homem e a natureza**: abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012. p. 35-62.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 348 p.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2007.

SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F. et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

SCHALTEGGER, S. A Framework for Ecopreneurship. **Greener Management International**, v. 38, p. 45-58, 2002.

SCHAPER, M. The Essence of Ecopreneurship. **Greener Management International**, v. 38, p. 26-30, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SHIRKY, Clay. **Cognitive Surplus**: creativity and generosity in a connected age. New York: Penguin Group, 2010.

SILVA, S. R. M. **Indicadores de sustentabilidade urbana**: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.

SILVA, M. R. F. **Indicadores dos Negócios Sociais na Área da Saúde**: Estudo de Caso. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SWEDBERG, Richard. The cultural entrepreneur and the creative industries: beginning in Vienna. **Journal of Cultural Economics**, 2006.

TAPSCOTT, Don. **Wikinomics**: how mass collaboration changes everything. New York: Penguin Group, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

UN. **Agenda 21**: The United Nations Programme of Action from Rio. 1992. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

UNCTAD XI. **Workshop and High Level Panel on Creative Industries**. [S.l.:s.n.], 2004.

UNCTAD. **Economia criativa**: uma opção de desenvolvimento viável. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

UNITED KINGDOM. DEPARTMENT FOR DIGITAL, CULTURE, MEDIA & SPORT. **Creative Industries Mapping Document**. [Londres]: DCMS, 1998.

VASCONCELOS, Lia. Recriando a matéria-prima. Revista Economia, Fundação Getúlio Vargas, 2008.

VENTURELLI, Shalini. **From the Information Economy to the Creative Economy**: moving culture to the center of international public policy. Washington D.C.: Center for Arts and Culture, 2000. Disponível em: <<http://www.culturalpolicy.org/pdf/venturelli.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Roteiro da Entrevista

1. Empreendedores Sustentáveis:

1.1 a 1.9

1.1 Por que desenvolver um empreendimento de cunho ecologicamente sustentável?

1.2 Comente como é está estruturada e atua a sua empresa atualmente. Quais o público-alvo, produtos, processos produtivos, insumos fundamentais e relacionamento com os *stakeholders*?

1.3 O que você entende por Economia Criativa? Acredita que seu empreendimento está inserido nesta dinâmica, por quê?

1.4 Como você concebe a sustentabilidade, sobretudo a ambiental? Como a empresa fomenta a sustentabilidade?

1.5 Em se tratando de um empreendimento que utiliza o extrativismo criativo do babaçu como processo principal, como se dá a relação da sua empresa e o ambiente natural? Qual a filosofia e cultura de atuação quanto a isso?

1.6 Qual a sua percepção quanto ao entrelaçamento interdisciplinar entre a cultura, a criatividade e o meio ambiente latentes no seu cenário de trabalho?

1.7 Conte, dentro da perspectiva de exploração e cuidado com o ambiente natural, como era e com está ocorrendo o extrativismo do coco babaçu? Saberá nos dizer como era e como estaria sendo explorada a área ambiental foco do seu trabalho criativo?

1.8 É percebida alguma mudança de comportamento com relação a natureza, (preservação, descarte adequado de resíduos, desmatamento ou proteção e respeito do ecossistema explorado) despertada após o trabalho criativo empreendido na sua área geográfica de atuação motivada?

1.9 Acredita que os ganhos financeiros proporcionados com a comercialização de produtos de alto valor agregado, a distribuição igualitária e o respeito às comunidades locais de extrativista do babaçu está fomentando ações ambientalmente sustentáveis? Poderia dar exemplos?

2. Líderes ou representantes das comunidades, associações ou cooperativas extrativistas do coco babaçu:

2.1 a 2.8

- 2.1 Como é o seu trabalho enquanto representante / líder da comunidade de quebradeiras? Conte-nos um pouco da sua rotina anterior e posterior à parceria com os empreendimentos atuantes na sua região. Quais pontos melhoraram e quais precisam melhorar após essa aliança?
- 2.2 Poderia nos descrever como eram seus produtos e como são hoje? O processo de extração e produção mudou?
- 2.3 Para você, qual a relação entre a cultura das quebradeira de coco babaçu e a natureza utilizada como sustento?
- 2.4 O que a floresta de babaçu representa para você e para a comunidade?
- 2.5 Considerando o babaçu uma fonte essencial de trabalho e vida, como é a sua relação, com essa floresta? Como a comunidade se comporta diante dela?
- 2.6 Sua relação, e a da comunidade, com a natureza mudou com a chegada dos empreendimentos sustentáveis? Alguma nova intenção ou ação comunitária diária com relação a importância do cuidado e proteção ambiental? Poderia nos dar exemplos?
- 2.7 Acredita que a nova forma de empreender, os novos valores e dinâmicas de trabalho desenvolvidas colaboraram para essas mudanças? Para você, essas mudanças ocorreriam inevitavelmente, independentemente do cenário de economia criativa?
- 2.8 Sendo cultura entendida como tudo aquilo que transforma mentes e estimula ações, você acredita que atualmente exista uma cultura da proteção ambiental na sua comunidade? Essa cultura será transmitida para futuras gerações?

3. Quebradeiras de coco babaçu:

3.1 a 3.8

- 3.1 Como é o seu trabalho enquanto representante / líder da comunidade de quebradeiras? Conte-nos um pouco da sua rotina anterior e posterior à parceria com os empreendimentos atuantes na sua região. Quais pontos melhoraram e quais precisam melhorar após essa aliança?
- 3.2 Poderia nos descrever como eram seus produtos e como são hoje? O processo de extração e produção mudou?
- 3.3 Para você, qual a relação entre a cultura das quebradeira de coco babaçu e a natureza utilizada como sustento?
- 3.4 O que a floresta de babaçu representa para você e para a comunidade?

3.5 Considerando o babaçu uma fonte essencial de trabalho e vida, como é a sua relação, com essa floresta? Como a comunidade se comporta diante dela?

3.6 Sua relação, e a da comunidade, com a natureza mudou com a chegada dos empreendimentos sustentáveis? Alguma nova intenção ou ação comunitária diária com relação a importância do cuidado e proteção ambiental? Poderia nos dar exemplos?

3.7 Acredita que a nova forma de empreender, os novos valores e dinâmicas de trabalho desenvolvidas colaboraram para essas mudanças? Para você, essas mudanças ocorreriam inevitavelmente, independentemente do cenário de economia criativa?

3.8 Sendo cultura entendida como tudo aquilo que transforma mentes e estimula ações, você acredita que atualmente exista uma cultura da proteção ambiental na sua comunidade? Essa cultura será transmitida para futuras gerações?

APÊNDICE B – TCLE EMPREENDEDORES



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa: **A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão.** A sua escolha como participante se deu com base no seguinte critério: ser representante ou proprietário de empreendimento sustentável e que atue diretamente com as comunidades extrativistas do babaçu na região do Médio Mearim Maranhense, buscando o fomento criativo desta cadeia produtiva com proteção ambiental.

É importante deixar informado que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. O objetivo deste trabalho é compreender como a Economia Criativa, representada pelo empreendedorismo criativo, pode se constituir em estratégia paradigmática que fomente a criação, desenvolvimento e consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável.

Toda pesquisa implica em riscos aos seus participantes, no entanto, os riscos relacionados com sua participação são substancialmente no tocante à interpretação do pesquisador de suas respostas, ou seja, interpretação de cunho subjetivo. Outro desdobramento de dispender uma parte de seu tempo para responder às perguntas implica em comprometer a sua carga de atividades diárias, uma vez que para responder à entrevista dispensará aproximadamente 30 (trinta) minutos de seu tempo. Ademais, a sua participação neste trabalho não traz quaisquer implicações legais. Ressalte-se que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos nos termos da **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Nenhum dos procedimentos que serão utilizados neste trabalho para a obtenção de seus dados oferece riscos à sua imagem, bem como à sua dignidade humana.

A pesquisa contribuirá para a ampliação de debates e discussões acerca temática emergente e ainda incipiente da economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento uma abordagem e aplicabilidade nacional para o tema. Pode auxiliar na fundamentação conceitual do mecanismo de formação e efetivação da sustentabilidade ambiental através do



empreendedorismo criativo na cadeia do babaçu. Consequentemente a pesquisa também proporcionará benefícios sociais, uma vez que a sociedade de uma maneira geral poderá ter acesso à um estudo atual e que conterà dados de fácil compreensão de todos. No quesito financeiro, a pesquisa não fornecerá benefícios econômicos aos participantes que participarão da mesma e, também, não haverá qualquer despesa para os entrevistados que contribuirão apenas com as informações cedidas à pesquisa. Todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente confidenciais e lhe asseguramos o sigilo sobre sua participação. As informações fornecidas nesta pesquisa serão usadas e divulgadas no Curso de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas, assegurado o anonimato nos resultados dos dados obtidos.

Você também receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **forma livre** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador

Pesquisador Principal:

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO, brasileiro, solteiro, professor, com CPF nº 001.076.373-24, residente e domiciliada na Rua dos Guriatãs, Quadra 01, Edifício Alcântara, Apartamento 303, Jardim Renascença II, São Luís, Maranhão – CEP 65075-460.

CONTATO: (98) 9.8174 6656.

E-mail: jarbasfeitosa@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

CONTATO: (98) 9.8328 1445

Comitê de Ética em Pesquisa: Avenida dos Portugueses s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, em frente ao auditório Multimídia da PPPGI. Telefone: 3272-8708. E-mail para correspondência cepufma@ufma.br

APÊNDICE C – TCLE REPRESENTANTES DE COMUNIDADE EXTRATIVISTA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa: **A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão.** A sua escolha como participante se deu com base no seguinte critério: ser representante da comunidade extrativista do babaçu na região do Médio Mearim Maranhense e que atua em parceria direta com empreendimentos criativos nesta cadeia produtiva.

É importante deixar informado que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. O objetivo deste trabalho é compreender como a Economia Criativa, representada pelo empreendedorismo criativo, pode se constituir em estratégia paradigmática que fomente a criação, desenvolvimento e consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável.

Toda pesquisa implica em riscos aos seus participantes, no entanto, os riscos relacionados com sua participação são substancialmente no tocante à interpretação do pesquisador de suas respostas, ou seja, interpretação de cunho subjetivo. Outro desdobramento de dispender uma parte de seu tempo para responder às perguntas implica em comprometer a sua carga de atividades diárias, uma vez que para responder à entrevista dispensará aproximadamente 30 (trinta) minutos de seu tempo. Ademais, a sua participação neste trabalho não traz quaisquer implicações legais. Ressalte-se que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos nos termos da **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Nenhum dos procedimentos que serão utilizados neste trabalho para a obtenção de seus dados oferece riscos à sua imagem, bem como à sua dignidade humana.

A pesquisa contribuirá para a ampliação de debates e discussões acerca temática emergente e ainda incipiente da economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento uma abordagem e aplicabilidade nacional para o tema. Pode auxiliar na fundamentação conceitual do mecanismo de formação e efetivação da sustentabilidade ambiental através do empreendedorismo criativo na cadeia do babaçu. Consequentemente a pesquisa também



proporcionará benefícios sociais, uma vez que a sociedade de uma maneira geral poderá ter acesso à um estudo atual e que conterà dados de fácil compreensão de todos. No quesito financeiro, a pesquisa não fornecerá benefícios econômicos aos participantes que participarão da mesma e, também, não haverá qualquer despesa para os entrevistados que contribuirão apenas com as informações cedidas à pesquisa. Todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente confidenciais e lhe asseguramos o sigilo sobre sua participação. As informações fornecidas nesta pesquisa serão usadas e divulgadas no Curso de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas, assegurado o anonimato nos resultados dos dados obtidos.

Você também receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **forma livre** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador

Pesquisador Principal:

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO, brasileiro, solteiro, professor, com CPF nº 001.076.373-24, residente e domiciliada na Rua dos Guriatãs, Quadra 01, Edifício Alcântara, Apartamento 303, Jardim Renascença II, São Luís, Maranhão – CEP 65075-460.

CONTATO: (98) 9.8174 6656.

E-mail: jarbasfeitosa@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

CONTATO: (98) 9.8328 1445

Comitê de Ética em Pesquisa: Avenida dos Portugueses s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, em frente ao auditório Multimídia da PPPGI. Telefone: 3272-8708. E-mail para correspondência cepufma@ufma.br

APÊNDICE D – TCLE QUEBRADEIRA DE COCO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa: **A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão.** A sua escolha como participante se deu com base no seguinte critério: amostragem não-probabilística, por conveniência, de 30% (trinta por cento) das profissionais do extrativismo do coco babaçu atuantes em parceria direta com empreendimentos sustentáveis desta cadeia produtiva na região do Médio Mearim Maranhense.

É importante deixar informado que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. O objetivo deste trabalho é compreender como a Economia Criativa, representada pelo empreendedorismo criativo, pode se constituir em estratégia paradigmática que fomente a criação, desenvolvimento e consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável.

Toda pesquisa implica em riscos aos seus participantes, no entanto, os riscos relacionados com sua participação são substancialmente no tocante à interpretação do pesquisador de suas respostas, ou seja, interpretação de cunho subjetivo. Outro desdobramento de dispender uma parte de seu tempo para responder às perguntas implica em comprometer a sua carga de atividades diárias, uma vez que para responder à entrevista dispensará aproximadamente 30 (trinta) minutos de seu tempo. Ademais, a sua participação neste trabalho não traz quaisquer implicações legais. Ressalte-se que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos nos termos da **Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde**. Nenhum dos procedimentos que serão utilizados neste trabalho para a obtenção de seus dados oferece riscos à sua imagem, bem como à sua dignidade humana.

A pesquisa contribuirá para a ampliação de debates e discussões acerca temática emergente e ainda incipiente da economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento uma abordagem e aplicabilidade nacional para o tema. Pode auxiliar na fundamentação conceitual do mecanismo de formação e efetivação da sustentabilidade ambiental através do



empreendedorismo criativo na cadeia do babaçu. Consequentemente a pesquisa também proporcionará benefícios sociais, uma vez que a sociedade de uma maneira geral poderá ter acesso à um estudo atual e que conterà dados de fácil compreensão de todos. No quesito financeiro, a pesquisa não fornecerá benefícios econômicos aos participantes que participarão da mesma e, também, não haverá qualquer despesa para os entrevistados que contribuirão apenas com as informações cedidas à pesquisa. Todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão estritamente confidenciais e lhe asseguramos o sigilo sobre sua participação. As informações fornecidas nesta pesquisa serão usadas e divulgadas no Curso de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, bem como nos meios científicos, publicações eletrônicas, assegurado o anonimato nos resultados dos dados obtidos.

Você também receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **forma livre** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Pesquisador

Pesquisador Principal:

JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO, brasileiro, solteiro, professor, com CPF nº 001.076.373-24, residente e domiciliada na Rua dos Guriatãs, Quadra 01, Edifício Alcântara, Apartamento 303, Jardim Renascença II, São Luís, Maranhão – CEP 65075-460.

CONTATO: (98) 9.8174 6656.

E-mail: jarbasfeitosa@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

CONTATO: (98) 9.8328 1445

Comitê de Ética em Pesquisa: Avenida dos Portugueses s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, em frente ao auditório Multimídia da PPPGI. Telefone: 3272-8708. E-mail para correspondência cepufma@ufma.br

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ECONOMIA CRIATIVA E A FACTIBILIDADE DO VIVER SUSTENTÁVEL: a Cultura da Sustentabilidade Ambiental na cadeia produtiva do Babaçu, estado do Maranhão.

Pesquisador: JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87032218.9.0000.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.611.667

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho visa investigar como pode a economia criativa, expressa e representada pelo empreendedorismo criativo, ser incorporada à dinâmica real da organização social, econômica e ambiental para auxiliar na construção de uma cultura da sustentabilidade ambiental. Para tanto será realizado um estudo sistematizado acerca da construção teórica, ainda incipiente, de economia criativa, promovendo a demonstração da

evolução histórica, recente, do tema até culminar em sua adaptação conceitual ao Brasil e, em particular, o maranhão. Nesse sentido, a pesquisa será exploratória uma vez que se pretende sistematizar os estudos científicos na forma de dissertação acerca dos impactos ocasionados pelo empreendedorismo criativo, na dinâmica da economia criativa, na cadeia produtiva do Babaçu, no sentido de transformar o conceito de sustentabilidade ambiental, ainda fora da ação humana geral, em uma cultura local da sustentabilidade ambiental e, como a presente pesquisa abordará diversos campos da ciência, integrando conhecimentos da cultura, economia, empreendedorismo, meio ambiente e sustentabilidade; classifica-se quanto ao Campo da Ciência como um estudo Interdisciplinar, que, segundo Farias Filho (2013, p. 61), "é baseado numa relação de integração entre partes constituintes de mais de uma disciplina". Por buscar estabelecer relações entre as áreas do saber mencionadas, quanto aos seus Objetivos, pode ser classificada como Pesquisa

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040

UF: MA **Município:** SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 2.611.667

Descritiva, que, segundo Gil (2002, p. 42), é aquela que tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa também é classificada como de campo, uma vez que serão realizadas observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas com os envolvidos neste processo de empreendedorismo – sócios da empresa criativa ECOBRASIL e representantes da cadeia produtiva do Babaçu, coordenador da cooperativa e “quebradeiras” de coco, nas cidades de São Mateus do Maranhão e Vitória do Mearim – a fim de coletar dados sobre a percepção dos mesmos acerca dos reais impactos que esse empreendimento suscita em sua percepção quanto ao zelo com o ambiente natural. A análise do conteúdo das entrevistas dar-se-á por meio da interpretação das falas dos entrevistados.

A análise do conteúdo das entrevistas semi-estruturadas dar-se-á por intermédio da fala dos entrevistados. As entrevistas individuais serão gravadas e posteriormente transcritas na íntegra pelo pesquisador. As entrevistas serão previamente agendadas. Estima-se que cada entrevista tenha duração de 30 a 50 minutos. O roteiro de entrevista elaborado será subdividido em dois momentos: o primeiro relaciona-se à caracterização dos entrevistados e o segundo considera questões conceituais na intenção de satisfazer às necessidades dos objetivos propostos. Para o aperfeiçoamento desses instrumentos, os roteiros serão submetidos a um pré-teste. Como metodologia de interpretação dos dados, será priorizada a Análise de Conteúdo Exploratória e Indireta.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como a Economia Criativa pode se constituir em estratégia paradigmática que fomente a criação, desenvolvimento e consolidação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para motivar um Viver Sustentável.

2.3.2 Específicos

- Elaborar uma Revisão Sistemática acerca dos conceitos de Economia Criativa, considerando que este é um conceito incipiente;
- Debater crítica e interdisciplinarmente sobre os conceitos concernentes à Sustentabilidade, suas dimensões e restrições operacionais;
- Compreender a Sustentabilidade em sua dimensão Ambiental, suas interações dinâmicas e indissociáveis, tendo em vista as demais dimensões e entraves operacionais que a impedem de ser uma prática diária;

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 2.611.667

- Analisar a estrutura da cadeia produtiva maranhense do Babaçu, especificamente as cadeias fomentadas por empreendimentos criativos, bem como as implicações dessa interação para a sustentabilidade local;
- Compreender como os empreendimentos criativos podem, na dinâmica da Economia Criativa das localidades onde operam, solucionar as restrições operacionais da Sustentabilidade Ambiental e contribuir para a formação de uma Cultura da Sustentabilidade Ambiental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, a participação dos entrevistados não traz complicações legais e os procedimentos utilizados não oferecem riscos a sua imagem e/ou dignidade. Os riscos que podem existir referem-se ao caráter subjetivo de interpretação das suas respostas a ser realizada pela pesquisadora. Poderá, também, prejudicar o tempo dedicado as suas atividades profissionais e pessoais, uma vez que a participação na entrevista demandará de aproximadamente 30 minutos de tempo e disponibilidade. Outro provável desconforto que pode surgir durante a coleta de dados será o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais, momento em que pode haver incômodo ao falar.

Benefícios:

Os benefícios trazidos por esta pesquisa possibilitam a ampliação de debates e discussões acerca temática emergente e ainda incipiente da economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento uma abordagem e aplicabilidade nacional para o tema. Pode auxiliar na fundamentação conceitual do mecanismo de formação e efetivação da sustentabilidade ambiental através do empreendedorismo criativo na cadeia do babaçu. A pesquisa não trará benefícios financeiros para os participantes. Com efeito, nenhuma recompensa ou qualquer tipo de reembolso financeiro por contribuir com informações durante a entrevista, assim como não haverá qualquer tipo de despesa ou desembolso financeiro de sua parte para participar da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem escrito atendendo a norma culta, apresenta fundamentação teórica consistente e atualizada. A pesquisa apresenta relevância regional e impacto social. Metodologia adequada aos objetivos.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

**UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO**



Continuação do Parecer: 2.611.667

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos foram apresentados

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1086453.pdf	14/03/2018 15:55:21		Aceito
Outros	autorizacao.pdf	14/03/2018 15:53:59	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevistas.docx	14/03/2018 15:44:16	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_termo_de_consentimento_livre_e_e sclarecido_Representantes.doc	14/03/2018 15:41:47	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_termo_de_consentimento_livre_e_e sclarecido_Quebradeiras.doc	14/03/2018 15:41:34	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_termo_de_consentimento_livre_e_e sclarecido_Empreendimento.doc	14/03/2018 15:41:23	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.docx	14/03/2018 15:41:11	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/03/2018 15:36:38	JARBAS CAMPELO FEITOSA FILHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 2.611.667

Não

SAO LUIS, 20 de Abril de 2018

Assinado por:

**Flávia Castello Branco Vidal Cabral
(Coordenador)**

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br